

UFFRJ

INSTITUTO DE FLORESTAS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

DISSERTAÇÃO

**ABASTECIMENTO MUNICIPAL DE ALIMENTOS E
ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL EM LIBERDADE-MG.**

Marcelo Martins Ribeiro

2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**ABASTECIMENTO MUNICIPAL DE ALIMENTOS E ESTRATÉGIAS
DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM LIBERDADE-
MG.**

Marcelo Martins Ribeiro

Sob orientação do Professor

Renato Sérgio Maluf

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro - RJ

Agosto de 2014

363.8098151

R484a

T

Ribeiro, Marcelo Martins, 1972-

Abastecimento municipal de alimentos e estratégias de segurança alimentar e nutricional em Liberdade - MG / Marcelo Martins Ribeiro. – 2014.

74 f.: il.

Orientador: Renato Sérgio Maluf.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável.

Bibliografia: f. 63-68.

1. Abastecimento de alimentos – Liberdade (MG) – Teses. 2. Segurança alimentar – Liberdade (MG) - Teses. 3. Agricultura familiar – Liberdade (MG) - Teses. 4. Política alimentar – Brasil – Teses. I. Maluf, Renato Sérgio, 1952-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

Marcelo Martins Ribeiro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciências no Programa de Pós Graduação em Práticas de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM:

LOCAL:

Renato Sérgio Maluf (Dr.) UFRRJ/CPDA

(Orientador)

Robson Amancio (Dr.) UFFRJ/ICHS

Flaviane de Carvalho Canavesi (Dra.) Consultora PNUD/MDA

Dedicatória

Dedico esta dissertação de mestrado aos agricultores familiares e pequenos produtores rurais que por força divina mantêm o propósito de produzir alimentos saudáveis, cuidando com afinco de todas as formas de vida. Pessoas que mesmo diante da perplexidade das relações, do consumismo e do materialismo exacerbado insistem em nos religar a Mãe Terra, nos oferecendo seu fruto e seu amor.

Agradecimentos

À Associação Terra Una, que vem protagonizando novos caminhos para o desenvolvimento do município de Liberdade e região.

Aos agricultores produtores de alimentos de Liberdade-MG que confiam na terra e se mantem firmes diante de tantos desafios.

Ao professor Renato S. Maluf pela assertividade na orientação.

À Manuela Santana Ferreira por todo apoio familiar e emocional.

RESUMO

RIBEIRO. Marcelo Martins. Abastecimento municipal de alimentos e estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional em Liberdade-MG. 2014. 136 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Práticas de Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

O enfoque da Segurança Alimentar e Nutricional como eixo estratégico para se desenvolver sistemas agroalimentares locais mais resilientes vem sendo utilizado em muitos países nas últimas décadas. No Brasil tal abordagem tem apontado caminhos para equacionar as diversas dimensões que envolvem o tema do abastecimento de alimentos, desde a produção ao acesso, e houve um avanço considerável em termos de políticas públicas para o setor e o aparecimento de iniciativas promissoras de produtores e consumidores. Em municípios pequenos o fomento aos circuitos curtos de mercado por meio das compras públicas ou outras formas de comercialização direta que aproximem produtores e consumidores tem sido um grande estímulo ao aumento da oferta local de alimentos e ao acesso a uma alimentação de qualidade para uma parcela maior da população. Neste contexto o município de Liberdade/MG apresenta um número expressivo de agricultores familiares buscando acesso a circuitos curtos de mercado e estímulo a produção local de alimentos, com vistas a reestruturar seu sistema agroalimentar que atualmente depende de oferta externa de alimentos. O objetivo deste trabalho é, portanto, entender o cenário do abastecimento de alimentos no município de Liberdade-MG e propor estratégias para a reestruturação do sistema agroalimentar local, seja por meio da aplicação/formulação de políticas públicas e outros processos de articulação social. O recorte local/municipal justifica-se por haver dinâmicas específicas e importantes à este nível de sistema que devem ser melhor compreendidas, sem desconsiderar a importância da visão ampliada das dinâmicas regionais e territoriais dentro de um enfoque sistêmico.

Palavras-chave: Abastecimento de alimentos, Segurança Alimentar, Agricultura familiar, Política alimentar.

ABSTRACT

RIBEIRO. Marcelo Martins . Municipal supply of food and nutrition security strategies em Liberdade-MG. 2014. 136 p. Dissertation (Postgraduate Program in Sustainable Development Practices). Federal University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014

The focus of the Food and Nutrition Security as a strategic hub for developing more resilient local agrifood systems has been used in many countries in recent decades. In Brazil this approach have pointed out ways to equate the various dimensions involving the issue of food supply, from production to access, and there was a considerable advance in terms of public policies for the sector and the emergence of promising initiatives of producers and consumers . In small municipalities encouraging to short circuits market through public procurement or other forms of direct marketing that bring producers and consumers has been a great stimulus to increased local food supply and access to high-quality food for a larger share population. In this context the municipality of Freedom / MG presents a significant number of farmers seeking access to short circuits market and encouraging local food production, in order to restructure its food system that currently relies on external food supply. The objective of this work is therefore to understand the scenario of food supply in the municipality of Freedom-MG and propose strategies for the restructuring of the local food system, either through the application / formulation of public policies and other processes of social articulation. The local / municipal clipping is justified because there is specific and important for this level of system that should be better understood dynamics, without disregarding the importance of expanded regional and territorial dynamics within a systemic focus vision.

Keywords: Food supply, food safety, family Agriculture, Food Policy.

Lista de figuras

Figura 1: Localização Geográfica da APA da Mantiqueira e do Município de Liberdade, MG

Figura 2: Micro Bacia do Alto Rio Grande (GD1)

Lista de gráficos

Gráfico 1: Evolução da Execução Financeira do PAA no período de 2003-2012 (modalidade CPR/Estoque).

Lista de quadros

Quadro 1: População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização - Liberdade – MG

Quadro 2: Renda, Pobreza e Desigualdade - Liberdade –MG

Quadro 3: Porcentagem da renda apropriada por estratos da população, Liberdade – MG

Quadro 4: Concentração Fundiária Invertida em Liberdade-MG

Quadro 5: Vulnerabilidade Social - Liberdade – MG

Quadro 6. Orçamento anual município de Liberdade – MG

Quadro 7. Produto interno bruto (valor adicionado)

Quadro 8. Comparação do número de habitantes por gênero e faixa etária: município de Liberdade, Estado de Minas Gerais e Brasil

Quadro 9: Número de alunos por faixa de ensino em Liberdade-MG

Lista de tabelas

Tabela 1: Acesso ao crédito rural no município de Liberdade – MG

Tabela 2: Sistema de cooperativismo no município de Liberdade-MG

Lista de siglas

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia

APA - Área de Proteção Ambiental

APAL - Associação dos produtores Agroecológicos de Liberdade

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento

CEASA - Central de Abastecimento

CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

CME - Campanha Merenda Escolar

CNAE - Campanha Nacional de Alimentação Escolar

CNME - Campanha Nacional de Merenda Escolar

CNPQ - Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONDRAF - Conselho Nacional de desenvolvimento rural e agricultura familiar

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CSA - Community Supported Agriculture ou Comunidade que Sustenta a Agricultura

EMATER - Empresa de Assitência Técnica e Extensão Rural

FAO - Food and agriculture organization

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE - Insituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IMA - Instituto Mineiro de Agropecuária

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor

PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos

PIB - Produto Interno Bruto

PIN - Programa de Integração Nacional

PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PMDRS - Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção orgânica

PNAPQ - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNUD - Programa das Nações Unidas para O Desenvolvimento

POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PRONAF - Programa Nacional Não Convencionais

PRONAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

SAF - Secretaria de Agricultura Familiar

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

| | | |
|---------------------|---|----|
| | Introdução | 1 |
| Capítulo I | O município de Liberdade – MG | 4 |
| 1.1. | Aspectos físicos | 4 |
| 1.2. | Aspectos sociais, econômicos e ambientais | 5 |
| 1.3. | A agricultura | 9 |
| 1.4. | Potencialidades para o desenvolvimento rural com enfoque da Segurança Alimentar e Nutricional | 14 |
| Capítulo II | Segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar | 16 |
| 2.1. | Insegurança alimentar: a desestruturação dos sistemas agroalimentares locais | 16 |
| 2.2. | A reestruturação dos sistemas agroalimentares locais pela via da agricultura familiar de base ecológica | 20 |
| 2.2.1. | Um novo modelo de sistema agroalimentar | 20 |
| 2.2.2. | A importância dos circuitos curtos de mercado | 22 |
| 2.2.3. | O papel da agroecologia | 23 |
| 2.2.4. | Outras dimensões associadas | 25 |
| Capítulo III | Estratégias em segurança alimentar e nutricional via fomento de mercados locais na agricultura familiar. | 26 |
| 3.1. | O surgimento das principais políticas e programas para a Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Agroecologia | 26 |
| 3.2. | Contribuições das compras públicas. | 29 |
| 3.2.1. | O PAA | 29 |
| 3.2.2. | O PNAE | 33 |
| 3.3. | Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) | 25 |
| 3.4. | Estratégias e possíveis arranjos | 37 |
| Capítulo IV | O abastecimento de alimentos em Liberdade-MG e potencialidades para a Segurança Alimentar e Nutricional. | 41 |
| 4.1 | Bases metodológicas | 41 |
| 4.2. | Resultados do levantamento bibliográfico, pesquisa documental e das entrevistas | 44 |
| 4.3. | Discussão dos resultados | 50 |
| | Considerações finais | 55 |
| | Referências Bibliográficas | 59 |
| | Anexos | 65 |

INTRODUÇÃO

Pequenos municípios no Brasil sofrem muitos desafios para reorganizarem seus sistemas agroalimentares locais, que foram desestruturados pelo estabelecimento de modelos excludentes de desenvolvimento rural e formas de regulação privada do abastecimento alimentar.

Nestes locais os canais de comercialização são escassos e existe uma forte competição com produtos de baixos preços, vindos dos grandes centros urbanos. Além disso, apesar de crescente, há pouco apoio do poder público e de consumidores locais para mudar este cenário.

O município de Liberdade em Minas Gerais, enquadra-se neste contexto. Embora já tenha desfrutado de uma agricultura familiar atuante, produzindo uma diversidade grande de produtos locais, passou pelo processo de desestruturação de seu sistema agroalimentar.

Isso se deu por diversos motivos relacionados às dinâmicas dos setores da economia, que facilitaram o acesso de alimentos vindos dos grandes centros e o aparecimento dos programas de modernização da agricultura, nesta região, fundamentados na cadeia produtiva do leite. Sendo assim, a maioria dos produtores rurais acabaram se especializando e diminuindo drasticamente a diversidade de produtos gerados em suas propriedades. Passaram também a negociar com médios e grandes laticínios, realizando vendas para fora do município e o abastecimento municipal de alimentos começou a ser realizado com produtos vindos de outras regiões por intermédio dos supermercados e lojas de hortifrutigranjeiros.

Por outro lado o poder público local nunca protagonizou este processo, no sentido de investir na agricultura familiar e na produção local de alimentos e hoje a situação é de que quase todo o abastecimento de alimentos de Liberdade vem de fora, enquanto muitos pequenos agricultores e agricultores familiares no município encontram-se em franca decadência.

Isso desencadeou não só uma crise na agricultura familiar local, que impactou cada vez mais a oferta local de alimentos, mas também um problema no acesso a alimentos de qualidade por parte dos consumidores, que até os dias de hoje tem dificuldade em acessar alimentos em diversidade, e livres de agrotóxicos e OGMs (Organismos Geneticamente Modificados). Os alimentos que abastecem o município em sua grande maioria são adquiridos dos CEASAs (Centrais de Abastecimento) de Juiz de Fora e Belo Horizonte e são produtos convencionais (não orgânicos).

Os produtores locais, já há algum tempo, estão se organizando para comercializarem localmente sua produção e estimularem o retorno de outros agricultores familiares a produção de alimentos. Nos últimos 2 anos um grupo de 15 produtores tem conversado sobre a formalização da APAL (Associação dos produtores Agroecológicos de Liberdade) e buscado a inserção de seus produtos no mercado local. Esta pressão tem fomentado o surgimento de algumas iniciativas que tratam da segurança alimentar e nutricional da população.

A feira do produtor local, as compras realizadas pelo PNAE, a entregas em domicílio e até para restaurantes têm contribuído para o crescimento da venda direta, dos mercados locais e o renascimento da agricultura familiar e da agroecologia no município, resultado do esforço empreendido pelo grupo de agricultores apoiados algumas organizações. Aos poucos tem aumentado a oferta local de alimentos, inclusive em diversidade. Isso tem estimulado não só outros agricultores a produzirem, mas despertado no consumidor uma consciência a respeito da importância de se consumir alimentos de qualidade produzidos localmente.

Apesar deste esforço, o município carece de políticas públicas para incentivar a produção e o consumo local de alimentos e de equipe técnica que possa desenvolver programas públicos federais e estaduais de apoio a agricultura familiar, agroecologia e segurança alimentar e nutricional.

Não parece muito diferente da realidade da grande maioria dos pequenos municípios brasileiros que apresentam seus sistemas agroalimentares locais e regionais totalmente desestruturados, que atendem fundamentalmente a interesses de mercado em profundo contraponto ao conceito de segurança alimentar. Um enorme desafio ao fortalecimento dos circuitos curtos de mercado, da agroecologia e da agricultura familiar no Brasil que é responsável por grande parte da produção de alimentos consumidos internamente.

Reestruturar os sistemas locais/regionais de abastecimento alimentar é, portanto, um caminho para estimular a produção em bases ecológica e familiar, fornecendo alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para a população brasileira. O fortalecimento da agroecologia e da produção familiar cria condições de uma vida digna no campo, evitando o inchaço das cidades e mantendo o emprego rural. Promove o respeito a diversidade cultural e ambiental, o desenvolvimento rural sustentável e a segurança alimentar e nutricional.

Nessa dissertação adotaremos a conceituação consagrada na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e constante da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, segundo a qual “segurança alimentar e nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. Portanto, depende não apenas da existência de um sistema que garanta, quantidade e qualidade adequadas, mas que também não venha a comprometer a mesma capacidade futura de produção, distribuição e consumo (CONSEA, 2004).

É responsabilidade do poder público assegurar o direito ao acesso a uma alimentação saudável e suficiente e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo. O papel ativo que deve ser exercido pela administração pública no nível local desencadeando processos, em lugar de apenas responder às solicitações de agentes econômicos, grupos sociais ou cidadãos individuais será mais relevante quando as administrações melhor assumirem sua condição de agentes promotores de desenvolvimento no âmbito local ou regional, tendo a segurança alimentar como um dos eixos estratégicos de intervenção.

Essa dissertação se insere no contexto das políticas públicas e estratégias de fomento a agricultura familiar, a agroecologia e a segurança alimentar analisadas no âmbito do município de Liberdade/MG, onde existe um número expressivo de agricultores familiares buscando acesso a circuitos curtos de mercado e estímulo a produção local de alimentos. Pretende-se aqui, realizar uma discussão das causas desta situação e propor estratégias a nível local/municipal que possam ser executadas pela prefeitura em parceria com a sociedade civil, pautadas tanto em políticas públicas existentes como em experiências de iniciativa privada ou social.

O recorte local/municipal justifica-se por haver dinâmicas específicas e importantes à este nível de sistema que devem ser melhor compreendidas, sem desconsiderar a importância da visão ampliada das dinâmicas regionais e territoriais dentro de um enfoque sistêmico. Além disso, ressalta-se aqui a importância do poder local protagonizando processos de articulação social e desenvolvendo seu papel de ente federativo formulador e executor de políticas públicas específicas dos temas aqui abordados.

O objetivo deste trabalho é, portanto, entender o cenário do abastecimento de alimentos no município de Liberdade-MG e propor estratégias para a reestruturação do sistema agroalimentar local, seja por meio da aplicação/formulação de políticas públicas e outros processos de articulação social.

Com base neste objetivo pretende diagnosticar o fluxo de abastecimento de alimentos em nível municipal, pesquisar a percepção dos munícipes sobre o tema (agricultores, gestores

públicos e privados, consumidores e comerciantes) e apontar caminhos. Nessa perspectiva, primeiramente realizou-se o levantamento bibliográfico e a pesquisa documental sobre o universo de estudo, para situar a pesquisa no contexto local. Deste modo, partimos de dados existentes em pesquisas anteriores e informações dos gestores públicos e de organizações não governamentais atuantes no município.

O segundo procedimento metodológico foi a realização de entrevistas semiestruturadas com objetivo de obter dos entrevistados depoimentos que permitissem responder às questões da pesquisa. Para tanto, optou-se por roteiros semiestruturados. O método foi utilizado para levantamento das percepções dos agricultores, comerciantes, gestores públicos e de organizações não governamentais e consumidores sobre o abastecimento municipal de alimentos e a segurança alimentar e nutricional. Foram entrevistados 12 agricultores, 3 comerciantes, 6 gestores públicos, 3 gestores de ONGs e 4 consumidores.

O trabalho está organizado em 4 capítulos. O capítulo 1 tem como objetivo principal caracterizar o município em seus aspectos físicos, sociais, econômicos e ambientais, a situação da agricultura e apontar as potencialidades para o desenvolvimento rural com enfoque da Segurança Alimentar e Nutricional existentes em Liberdade-MG.

O capítulo 2 tem como objetivo principal explicitar os processos ao longo da história da relação dos países e setores da economia, que contribuíram para a desestruturação dos sistemas agroalimentares locais, regionais e nacionais e em seguida abordar as referências de um novo modelo de desenvolvimento rural e algumas contribuições a respeito, tais como dos circuitos curtos de mercado, da agroecologia, entre outras.

O Capítulo 3 traz uma breve discussão sobre a evolução das políticas públicas de fomento a agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional e agroecologia no Brasil, e os principais instrumentos de estímulo aos mercados locais de alimentos considerados estratégicos e seus possíveis arranjos, que utilizam a Segurança Alimentar e Nutricional como enfoque central.

O Capítulo 4 refere-se a pesquisa de campo realizada no município de Liberdade-MG, seja a apresentação das informações levantadas no diagnóstico do abastecimento alimentar, quanto a discussão das mesmas.

Concluindo as Considerações Finais compreendem algumas proposições de ações e estratégias para o estímulo a produção e consumo local de alimentos e consequente reestruturação do sistema agroalimentar local.

CAPÍTULO I – O município de Liberdade - MG

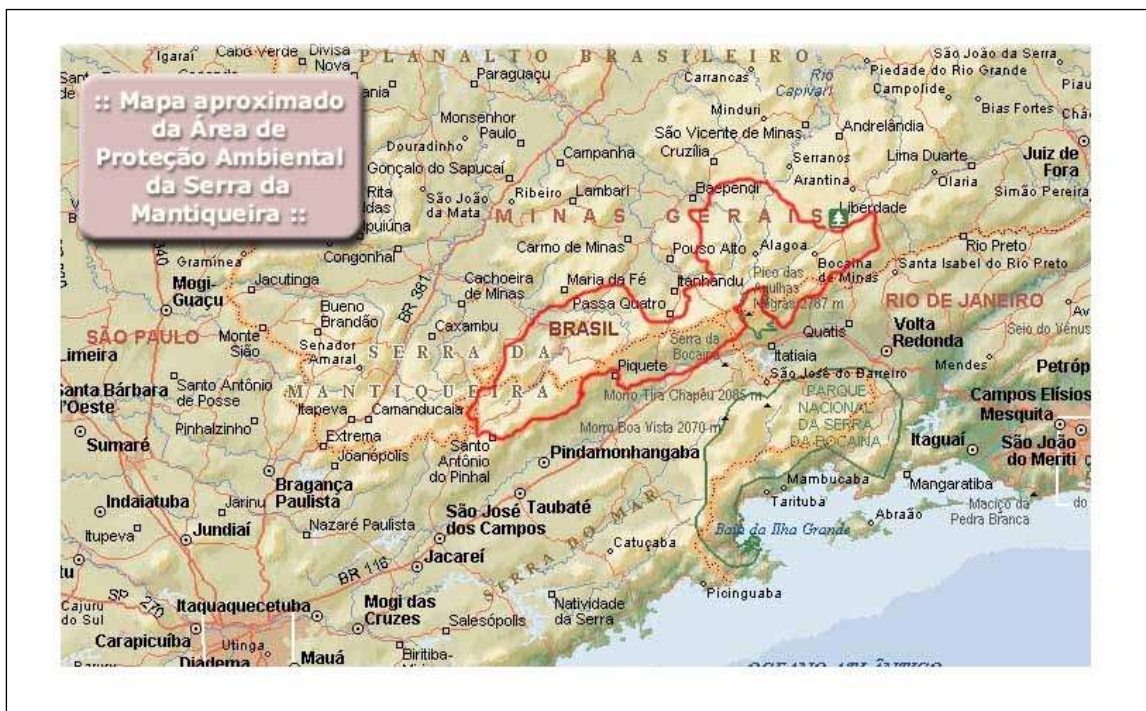
Apresentamos aqui as principais características do município de Liberdade- MG, aspectos físicos, sociais, econômicos e ambientais, o perfil da agricultura e algumas iniciativas em andamento que potencializam o desenvolvimento rural através do enfoque da segurança alimentar e nutricional, tanto no município como no entorno.

Tais informações são fundamentais para compreendermos como se dá a dinâmica municipal e para onde apontam as iniciativas e demandas atuais. O recorte municipal, sendo o foco deste trabalho, não desconsidera a importância do olhar regional/territorial nas questões de Segurança Alimentar e Nutricional, mas realça a importância das dinâmicas municipais e do poder local para a construção de bases estratégicas e políticas no setor.

1.1. Aspectos físicos

O município de Liberdade foi criado em 1938, sendo que desde 1855 era considerada freguesia com o antigo nome de Livramento. De acordo com os dados do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE, 2010), sua área é de 402,24 km². Localiza-se no Estado de Minas Gerais numa região conhecida como Sul de Minas a 1200 metros de altitude. Cerca de 50% da área do município situa-se dentro da Área de Proteção Ambiental Federal da Serra da Mantiqueira, conforme ilustra a figura 1. O município faz parte da microbacia do Alto Rio Grande, ocupando as margens que percorrem boa parte da cidade. Pertence a macrorregião Sul/Sudoeste de Minas e microrregião de Andrelândia.

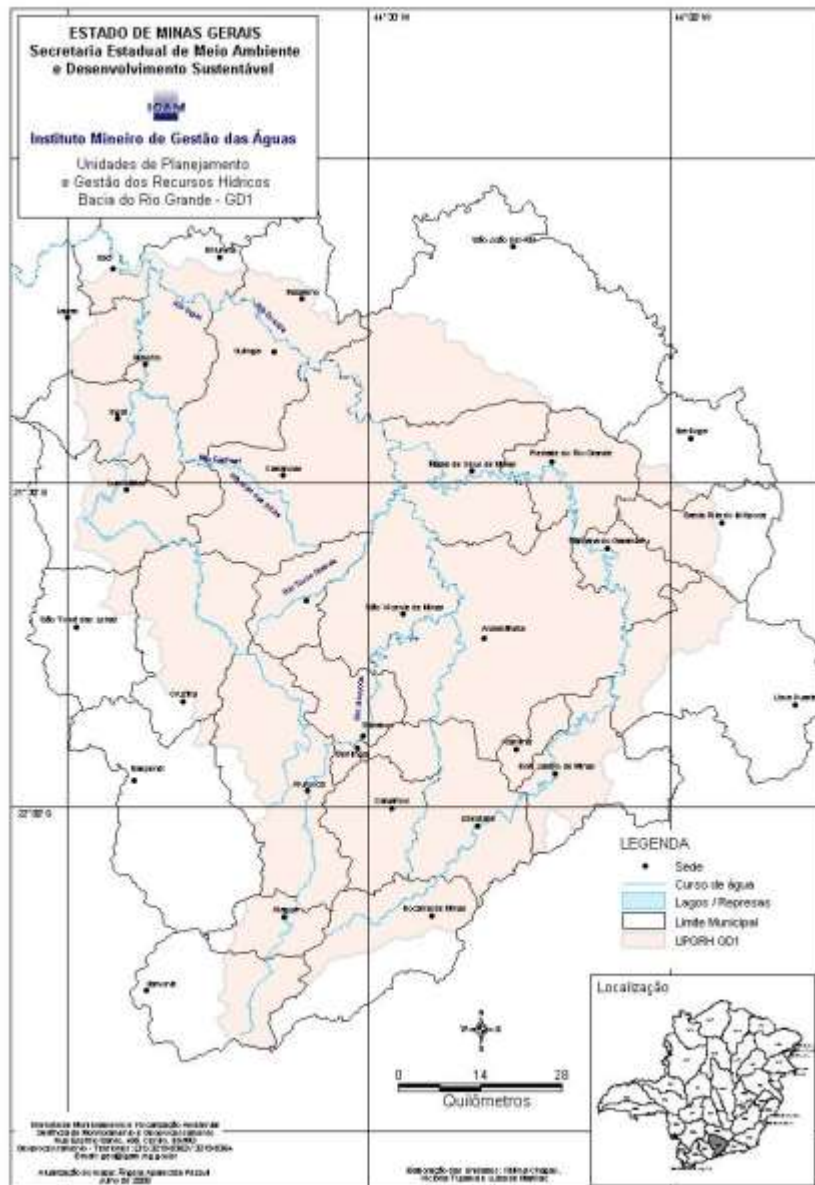
Figura 1: Localização Geográfica da APA da Mantiqueira e do Município de Liberdade, MG



Fonte: www.brazadv.com/images/mapa_apa_mantiqueira.jpg

Nesta região da microbacia do Rio Grande localizam-se as cabeceiras que formam um dos maiores tributários da Bacia do Rio Paraná (Figura 2). O Bioma é de Mata Atlântica, Floresta Ombrófila Mista, de inverno seco e verão chuvoso.

Figura 2: Micro Bacia do Alto Rio Grande (GD1)



Fonte: IGAM, 2009.

1.2. Aspectos sociais, econômicos e ambientais

Sua população é de 5.346 habitantes, dos quais 72,37 % vivem no meio urbano e 27,63% no meio rural (IBGE, 2010). Conforme podemos notar na tabela abaixo (PNUD, 2013) entre 1991 e 2010 houve expressivo decréscimo da população na área rural (de 42,63% para 27,63 %), inclusive ligeiro decréscimo da população total do município.

Quadro 1: População Total, por Gênero, Rural/ Urbana e Taxa de Urbanização - Liberdade – MG

| População Total, por Gênero, Rural/ Urbana e Taxa de Urbanização - Liberdade - MG | | | | | | |
|--|-----------------------------|------------------------------|-----------------------------|------------------------------|-----------------------------|------------------------------|
| | População (1991) | % do Total (1991) | População (2000) | % do Total (2000) | População (2010) | % do Total (2010) |
| População total | 6.045 | 100,00 | 5.792 | 100,00 | 5.346 | 100,00 |
| População residente masculina | 3.065 | 50,70 | 2.915 | 50,33 | 2.701 | 50,52 |
| População residente feminina | 2.980 | 49,30 | 2.877 | 49,67 | 2.645 | 49,48 |
| População urbana | 3.468 | 57,37 | 3.894 | 67,23 | 3.869 | 72,37 |
| População rural | 2.577 | 42,63 | 1.898 | 32,77 | 1.477 | 27,63 |
| Taxa de Urbanização | - | 57,37 | - | 67,23 | - | 72,37 |

Fonte: PNUD e IPEA.

Conforme VEIGA, J. E. (2006), Andrelândia é uma das 24 microrregiões de Minas Gerais consideradas “esvaentes” ou mais próximas da imagem dominante de uma ruralidade fortemente marcada pelo êxodo, que poderia ser indicador de excessiva especialização ou mera decadência econômica.

Em 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita foi de R\$ 9.082,42 e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal atingiu 0,672, o que lhe confere, de acordo com Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil 2013 (PNUD) a classificação na faixa de médio desenvolvimento humano municipal (IDHM).

De acordo com o referido Atlas (PNUD) a renda per capita média de Liberdade cresceu 118,28% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 250,50 em 1991 para R\$ 334,14 em 2000 e R\$ 546,79 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 33,39% no primeiro período e 63,64% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00) passou de 31,52% em 1991 para 12,37% em 2000 e para 4,86% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,63 em 1991 para 0,55 em 2000 e para 0,59 em 2010. Não há concentração elevada de terras sob domínio de grandes proprietários, sendo que em Liberdade predominam pequenos e médios produtores rurais.

Quadro 2: Renda, Pobreza e Desigualdade - Liberdade – MG

| Renda, Pobreza e Desigualdade - Liberdade –MG | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|
| | 1991 | 2000 | 2010 |
| Renda per capita | 250,50 | 334,14 | 546,79 |
| % de extremamente pobres | 31,52 | 12,37 | 4,86 |
| % de pobres | 62,54 | 37,33 | 17,73 |
| Índice de Gini | 0,63 | 0,55 | 0,59 |

Fonte: PNUD e IPEA.

Quadro 3: Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População - Liberdade – MG

| Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População - Liberdade – MG | | | |
|---|-------------|-------------|-------------|
| | 1991 | 2000 | 2010 |
| 20% mais pobres | 3,07 | 3,36 | 3,57 |
| 40% mais pobres | 8,53 | 10,47 | 10,43 |
| 60% mais pobres | 16,97 | 21,93 | 21,02 |
| 80% mais pobres | 30,79 | 39,76 | 37,22 |
| 20% mais ricos | 69,21 | 60,24 | 62,78 |

Fonte: PNUD e IPEA.

Segundo dados do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais a maior parte do município se enquadra na Zona Ecológica Econômica 3 (97% do município), definida como área de potencial social intermediário e baixa vulnerabilidade natural. Estas áreas demandam “ações que incentivem o desenvolvimento, considerando que o meio ambiente tem maior poder de resiliência, aumentando a efetividade das ações mitigadoras” (ZEE, 2013). O componente institucional é considerado precário e a gestão do desenvolvimento rural é considerada muito precária, com baixo grau de utilização econômica das terras e baixo nível tecnológico, atingindo consequentemente baixas produtividades médias. Há muitas áreas de pastagem abandonadas.

Quadro 4: Concentração Fundiária Invertida em Liberdade-MG

| Concentração Fundiária Invertida | | |
|---|------------------|------------------------|
| Classificação | Área (ha) | Porcentagem (%) |
| Muito favorável | 40258,5 | 100 |

| Detalhe da camada Concentração Fundiária Invertida | | | |
|---|---|--------------|----------------|
| Índice | Nome | Valor | Unidade |
| 2.2.1.1 | Índice de concentração fundiária – Índice de Gini | 0.4326 | % |

Fonte: ZEE do Estado de Minas Gerais.

Apesar da concentração fundiária não ser elevada o município apresenta incidência de pobreza relativamente alta, segundo dados do IBGE (2010) de 40,92%, o que confere um índice ainda elevado de vulnerabilidade social, apesar dos avanços significativos ocorridos nas últimas décadas, conforme mostra a quadro a seguir:

Quadro 5. Vulnerabilidade Social - Liberdade – MG

| Vulnerabilidade Social - Liberdade – MG | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Crianças e Jovens | 1991 | 2000 | 2010 |
| Mortalidade infantil | 28,82 | 19,69 | 15,30 |
| % de crianças de 4 a 5 anos fora da escola | - | 73,01 | 63,25 |
| % de crianças de 6 a 14 anos fora da escola | 31,48 | 8,60 | 1,97 |
| % de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza | - | 22,97 | 15,76 |
| % de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos | 1,91 | 0,00 | 0,00 |
| % de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos | 3,24 | 1,89 | 2,56 |
| Taxa de atividade - 10 a 14 anos | - | 9,98 | 5,32 |
| Família | | | |
| % de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos | 11,05 | 8,39 | 15,14 |
| % de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos | 4,74 | 4,60 | 4,48 |
| % de crianças extremamente pobres | 46,53 | 21,03 | 8,44 |
| Trabalho e Renda | | | |
| % de vulneráveis à pobreza | 79,52 | 63,70 | 46,38 |
| % de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal | - | 63,38 | 55,70 |
| Condição de Moradia | | | |
| % de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados | 0,17 | 4,85 | 1,81 |

Fonte: PNUD e IPEA.

O orçamento do município gira em torno de oito milhões anuais, conforme quadro 6 abaixo:

Quadro 6. Orçamento anual município de Liberdade - MG

| Variável | Liberdade | Minas Gerais | Brasil |
|-----------------|------------------|---------------------|--------------------|
| Receitas | 7.838.291,93 | 27.536.226.471,74 | 270.856.088.564,26 |
| Despesas | 7.406.116,12 | 23.600.196.156,94 | 232.720.145.984,84 |

Fonte IBGE (2010).

O setor que gera o maior PIB no município é o setor de serviços, seguido da agropecuária e indústria, conforme quadro 7:

Quadro 7. Produto interno bruto (valor adicionado)

| Variável | Liberdade | Minas Gerais | Brasil |
|---------------------|------------------|---------------------|---------------|
| Agropecuária | 7.736 | 15.568.048 | 105.163.000 |
| Indústria | 7.297 | 54.306.183 | 539.315.998 |
| Serviços | 30.821 | 97.398.820 | 1.197.774.001 |

Fonte: IBGE (2010).

Portanto o setor primário, ou seja, a produção agropecuária é especialmente importante no município e fornecedora de matéria-prima da agroindústria regional (principalmente leite).

Segundo dados do IBGE (2010) a renda média de uma família na área rural é de R\$ 950,00/mês, enquanto na área urbana é de R\$ 2.000,00/mês.

1.3. A agricultura

A principal atividade econômica realizada na área rural é a pecuária leiteira, sendo que o município conta com um rebanho de cerca de 12.000 cabeças produzindo 8.500 litros de leite por dia (IBGE, 2010). Os estabelecimentos agropecuários são caracteristicamente de pequeno e médio porte, somando 406 unidades e totalizando 21.816 ha. Destes 99 estabelecimentos são de agricultura familiar com DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) ativa e representam, segundo informações da EMATER local, aproximadamente, 10% da área total de estabelecimentos agropecuários do município.

Segundo censo agropecuário IBGE (2006), 10.925 ha são cobertos por pastagens, sendo mais da metade, ou seja, 5.893 ha de pastagem natural e 463 ha de pastagem degradada.

Na produção agrícola destacam-se as culturas de milho, cana-de-açúcar e feijão, respectivamente com 350 ha, 265 ha e 11 ha de área plantada em 2012 (IBGE, 2010). As lavouras perenes, principalmente frutíferas (15 ha plantados, segundo Censo Agropecuário IBGE, 2006), ainda são pouco expressivas tratando-se de pequena produção para consumo ou venda direta no município, assim como a produção de legumes e verduras, que vem recentemente tornando-se alternativa de renda para agricultores familiares.

Comparando os dados do IBGE dos anos de 2004 e 2012, houve um declínio da produção de lavoura temporária (milho, cana-de-açúcar, feijão e outras) e um acréscimo no rebanho bovino e na produção de leite. Isso mostra que os investimentos e as políticas públicas nos últimos anos incentivaram a especialização da região na cadeia produtiva do leite, conforme diretrizes da EMATER-MG (Programa Estadual da Cadeia Produtiva do Leite). Isso excluiu muitos agricultores familiares que não puderam investir em tecnologia, na melhoria de seu rebanho e pastagens, deixando-os à margem deste sistema produtivo, ou em processo de decadência, devido a baixa produtividade e preço. Tais informações são semelhantes nos municípios vizinhos de Bocaina de Minas, Carvalhos e Bom Jardim de Minas. Portanto, apesar dos investimentos em programas e políticas de incentivo no setor, apenas os agricultores mais capitalizados tiraram proveito dos mesmos e se inseriram na cadeia, seja por acesso a tecnologia quanto por escala de produção.

Apesar de existirem programas da EMATER que incentivem a agricultura familiar, lavouras, produção de hortaliças, entre outras, estes ainda são pouco expressivos nestes municípios. Por exemplo, utilizando os dados fornecidos pela EMATER para o ano de 2012, a respeito do programa de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, podemos notar que a região do sul de Minas teve um dos menores índices de aproveitamento na execução do referido programa (83% de execução dos recursos financeiros previstos e 69 % do atendimento previsto) comparado a outras regiões do estado.

Segundo dados do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e do escritório local da EMATER, Liberdade-MG não apresenta atualmente projetos do PRONAF financiados, apesar de 99 DAPs (Declarações de Aptidão ao PRONAF) ativas e não difere muito dos municípios vizinhos de Carvalhos (55 DAPs ativas), Aiuruoca (157 DAPs ativas), Bom Jardim de Minas (28 DAPs ativas) e Bocaina de Minas (36 DAPs ativas), onde a relação entre projetos financiados pelo PRONAF e declarações de aptidão também é baixa. Essas informações são reforçadas pela pesquisa no quadro a seguir realizada por REIS et al (2011) para o município de Liberdade, onde grande parte dos entrevistados não utiliza crédito com frequência. Destes, os 30% que apontam não necessitar de crédito, referem-se a médios produtores especializados na cadeia leiteira, que já foram contemplados por programas específicos de governo e estão vinculados aos laticínios da região.

Tabela 1: Acesso ao crédito rural no município de Liberdade – MG (Continua)

| MUNICÍPIO | | | % |
|----------------|-------------------------------------|-----|-----|
| LIBERDADE – MG | Conhece os programas de crédito das | Sim | 40% |
| | agências bancárias da região? | Não | 60% |
| | Tem usado com frequência o crédito | Sim | 20% |
| | rural? | Não | 80% |

Tabela 1: Acesso ao crédito rural no município de Liberdade – MG (Continuação)

| MUNICÍPIO | | | % |
|----------------|---|--------------------------|-----|
| LIBERDADE – MG | Principais dificuldades para a obtenção do crédito rural. | Garantia | 0% |
| | | Documentação/burocrática | 30% |
| | | Demora na liberação | 10% |
| | | Outros | 0% |
| | | Juros altos | 10% |
| LIBERDADE – MG | Motivos para a não utilização do crédito rural | Não necessita | 30% |
| | | Burocracia | 20% |
| | | Receio de se endividar | 20% |
| | | Documentação | 0% |
| | | Outros | 0% |

Fonte: REIS et al (2011).

Deste modo, pode-se depreender que a agricultura familiar da região tem pouco acesso a crédito rural, principalmente por falta de informação e neste sentido a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) é precária, assim como no que tange as demandas da agricultura familiar por diversificação da produção e alternativas autônomas a cadeia produtiva do leite, que cada vez mais vem sendo dominada pelos médios e grandes laticínios. Esta relação (produtor-laticínios) nem sempre cria condições de escolha ao produtor e os preços muitas vezes são impostos pelos laticínios, ao invés de negociados.

Segundo REIS et al (2011) grande parte dos produtores no município de Liberdade obtém informações de preços dos produtos que comercializam por meio do comprador, limitando sua capacidade de negociação. Isso mostra que há uma forte dependência, principalmente dos produtores de leite, em relação aos atravessadores e laticínios da região.

Outra questão fundamental relativa a autonomia dos produtores rurais refere-se ao associativismo. Este, segundo o mesmo autor, é precário no município e objeto de preocupação para o poder público. De acordo com um levantamento realizado no município sobre a questão não há uma associação local de produtores rurais regularizada. Recentemente (2013 e 2014), os produtores orgânicos reunidos num grupo ainda informal, têm empreendido esforços para a formalização da APAL (Associações dos Produtores Agroecológicos de Liberdade), ainda em fase de regularização.

Essa questão do associativismo limita ainda outras formas de escoamento da produção da agricultura familiar, tais como, nos programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que beneficiam a alimentação escolar municipal e podem ser um importante canal de comercialização e fonte de renda principalmente para os pequenos agricultores e agricultores familiares.

Outra questão apontada por REIS et al. (2011) é que a grande maioria dos produtores rurais, apesar de terem algum conhecimento sobre associativismo e de cooperativas de leite atuando no mercado local, mesmo quando cooperados, não participam das deliberações de sua cooperativa, usufruindo apenas de seus serviços. Isso mostra um perfil pouco associativista e uma postura individual das famílias no campo.

Tabela 2: Sistema de cooperativismo no município de Liberdade-MG

| MUNICÍPIO | | Sim | % |
|-----------------------|---|-------------|-----|
| | Existe alguma cooperativa e/ou associação atuando no município? | Sim | 80% |
| | | Não | 20% |
| | Tipo de cooperativa ou associação | Leite | 10% |
| | | Agrícola | 30% |
| | | Mista | 10% |
| LIBERDADE - MG | É associado dessa cooperativa? | Sim | 60% |
| | | Não | 20% |
| | Tipo de participação do cooperado | Assembleias | 0% |
| | | Eleições | 0% |
| | | Serviços | 60% |
| | Existe alguma associação formal de produtores na comunidade? | Sim | 10% |
| | | Não | 90% |

Fonte: REIS et al (2011).

Existem poucos canais de comercialização no município e a grande maioria dos compradores locais adquirem produtos alimentícios de outras regiões (CEASA de Andrêlandia, Juiz de Fora e Belo Horizonte). Uma das ações propostas por REIS et al. (2011), como uma alternativa de renda para os produtores, é a implantação de uma feira livre na região, o que é visto como viável pela maioria dos entrevistados (70 % dos entrevistados). Segundo dados do referido autor, os produtores teriam condições de comercializar nessa feira, leite e derivados (60%), seguido por produtos de origem animal (40%) e da fruticultura (20%). No final de 2013 iniciou-se uma feira do pequeno produtor aos sábados, que atualmente conta com 15 produtores rurais. Segundo depoimento de alguns feirantes, entrevistados durante a pesquisa de campo desta dissertação, “a feira começa as 8 horas da manhã e antes das 11 horas todos os produtos acabam”. Isso mostra um crescimento da demanda da população pelo acesso a produtos produzidos localmente e sem o uso de agrotóxicos, embora as vias para a comercialização de alimentos locais sejam ainda muito restritas e dependentes da implementação e fortalecimento de políticas públicas municipais, quais sejam: maior apoio a regularização da APAL, melhor estruturação da feira livre e assistência técnica principalmente no acesso aos projetos de PRONAF, PAA e PNAE. Outras demandas vias organização de consumidores ainda são pouco expressivas.

Ainda com relação as questões de comercialização, REIS et al. (2011) aponta que em termos de políticas públicas e privadas, justifica-se a implantação de um centro de processamento e transformação de produtos agrícolas que poderia complementar tal mecanismo de comercialização, haja vista as características da matéria-prima, altamente afetada por fatores climáticos, entressafra, perecibilidade, entre outros fatores que afetam a qualidade do alimento. Assim, seria possível aumentar o período de vencimento do produto final, a exemplo dos lácteos e dos hortifrutigranjeiros.

De modo geral, os agricultores entrevistados por REIS et al. (2011) têm uma visão positiva da vida no campo, inclusive considerando-a melhor do que a vida no meio urbano. Esta constatação fica evidente quando se verificou que cerca de metade dos entrevistados não mostrou interesse na migração temporária para as cidades em busca de trabalho. Esse interesse de permanecer no campo fica evidenciado quando, ao serem perguntados sobre o que fariam se recebessem auxílio financeiro extra, a exemplo de apoio creditício, responderam que aplicariam esses recursos na própria propriedade, o que demonstra um vínculo com o campo, refletido na visão de vida rural em relação à urbana (REIS et al., 2011).

Segundo pesquisa no município realizada pelo mesmo autor quando perguntados sobre “o que os filhos desejam para o futuro”, apenas 20% informou que os filhos desejam continuar no meio rural. Existe, portanto, uma tendência de descontinuidade nas atividades das famílias agricultoras em função do desinteresse dos jovens pelo campo.

A quadro a seguir do IBGE, mostra que o município apresenta uma quantidade pequena de jovens em relação ao estado e país, provavelmente pela migração dos mesmos para municípios maiores em busca de estudos, por conta da ausência de escolas técnicas, profissionalizantes ou mesmo universidades próximas.

Quadro 8. Comparação do número de habitantes por gênero e faixa etária: município de Liberdade, Estado de Minas Gerais e Brasil.

| Idade | Liberdade | | Minas Gerais | | Brasil | |
|-------------------------|-----------|----------|--------------|----------|-----------|-----------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| 0 a 4 anos | 135 | 101 | 523.258 | 504.533 | 5.638.154 | 5.444.151 |
| 5 a 9 anos | 182 | 153 | 726.034 | 702.961 | 7.623.749 | 7.344.867 |
| 10 a 14 anos | 240 | 232 | 858.109 | 830.051 | 8.724.960 | 8.440.940 |
| 15 a 19 anos | 219 | 189 | 868.022 | 851.253 | 8.558.497 | 8.431.641 |
| 20 a 24 anos | 193 | 176 | 874.104 | 859.390 | 8.629.807 | 8.614.581 |
| 25 a 29 anos | 156 | 181 | 851.586 | 853.105 | 8.460.631 | 8.643.096 |
| 30 a 34 anos | 217 | 209 | 790.229 | 805.450 | 7.717.365 | 8.026.554 |
| 35 a 39 anos | 208 | 199 | 694.342 | 722.116 | 6.766.450 | 7.121.722 |
| 40 a 44 anos | 194 | 216 | 671.738 | 702.039 | 6.320.374 | 6.688.585 |
| 45 a 49 anos | 182 | 190 | 628.195 | 666.388 | 5.691.791 | 6.141.128 |
| 50 a 54 anos | 166 | 174 | 548.830 | 584.829 | 4.834.828 | 5.305.231 |
| 55 a 59 anos | 137 | 141 | 441.415 | 479.714 | 3.902.183 | 4.373.673 |
| 60 a 64 anos | 122 | 159 | 339.165 | 376.212 | 3.040.897 | 3.467.956 |
| 65 a 69 anos | 110 | 98 | 251.626 | 20.172 | 2.223.953 | 2.616.639 |
| 70 a 74 anos | 100 | 78 | 191.852 | 233.376 | 1.667.289 | 2.074.165 |
| 75 a 79 anos | 55 | 67 | 129.276 | 168.843 | 1.090.455 | 1.472.860 |
| 80 a 84 anos | 37 | 29 | 76.292 | 112.030 | 668.589 | 998.311 |
| 85 a 89 anos | 11 | 13 | 34.862 | 56.569 | 310.739 | 508.702 |
| 90 a 94 anos | 5 | 5 | 12.469 | 24.269 | 114.961 | 211.589 |
| 95 a 99 anos | 2 | 2 | 3.332 | 7.576 | 31.528 | 66.804 |
| Mais de 100 anos | 0 | 2 | 739 | 1.904 | 7.245 | 16.987 |

Fonte: IBGE (2010).

Segundo Aguiar e Stropasolas (2010) os diversos projetos de vida e visões de mundo contrastantes entre os membros do grupo doméstico tem dado margem a constituição de conflitos de gerações no âmbito da agricultura familiar. Além da questão do acesso a informação, aos estudos, esses conflitos ocorrem no geral devido ao modelo de gestão da

propriedade centralizado no pai, na dificuldade dos pais em aceitar novas ideias e projetos destes jovens, e na falta de autonomia financeira dos filhos.

Esse desinteresse no caso da região de estudo é reflexo também de certa decadência na cadeia do leite e dificuldades de estabelecimento de novos projetos pela falta de incentivo técnico e financeiro, além da dificuldade de acesso a canais de comercialização para outras cadeias produtivas. Isso se deve, principalmente, a falta de incentivo de órgãos públicos locais no desenvolvimento e na aplicação de políticas públicas municipais, estaduais e federais que apoiam a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável.

Tal fato contribui para o aumento do êxodo rural e a concentração da renda nas mãos de poucos agricultores de médio porte dotados de mais tecnologia e especialização produtiva. Os poucos agricultores familiares e pequenos agricultores que continuam na cadeia do leite, encontram-se em processo de decadência, por várias questões já discutidas, entre elas: o mau manejo de suas pastagens, baixa tecnologia utilizada na produção, baixo nível de organização social e baixa diversidade de atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas no campo.

1.4. Potencialidades para o desenvolvimento rural com enfoque da Segurança Alimentar e Nutricional

Conclui-se que o foco dos esforços das políticas públicas locais na especialização da cadeia produtiva do leite, reduz a possibilidade de diversificação da produção e consequentemente da oferta variada de alimentos produzidos localmente, além de marginalizar um número expressivo de agricultores familiares do município. Isso torna muito frágil o abastecimento municipal de alimentos que fica dependente de mercados distantes, tais como Andrelândia, Juiz de Fora e Belo Horizonte, dificultando o acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes. Além disso, não promove o desenvolvimento rural em bases sustentáveis, aumentando a insegurança alimentar no município.

Ao contrário, a produção de alimentos pelos pequenos agricultores e sua comercialização local pode contribuir consideravelmente para o fortalecimento da agricultura em Liberdade, criando condições de fixação destas famílias no campo, ao mesmo tempo que, melhorando a situação do abastecimento alimentar da população urbana. Esta reestruturação do abastecimento local de alimentos traz consequências positivas não só para o desenvolvimento do município, mas da região como um todo.

Apesar dos entraves apontados anteriormente existe na região e mais especificamente em Liberdade, um número expressivo de agricultores familiares dispostos a mudar este quadro e condições ambientais bastante propícias para esta mudança. A região é muito rica em água e recursos naturais, tem condições edafoclimáticas favoráveis a várias culturas agrícolas de alto valor agregado, tais como frutas temperadas, oliveiras, além de olerícolas com alto potencial de desenvolver o mercado local via PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PNAE e organização de consumidores dispostos a apoiar a agricultura. Apresenta paisagens muito procuradas pelo turismo e está inserida na Área de Proteção Ambiental Federal da Serra da Mantiqueira entre outras unidades de conservação, que contribuem para um forte equilíbrio ecossistêmico.

Neste cenário, políticas de segurança alimentar e nutricional, tendem a gerar resultados exitosos, tanto no ambiente rural quanto urbano, proporcionando diversificação de atividades no campo (atividades agrícolas e não agrícolas) e acesso a alimentação de qualidade, por meio do estreitamento da relação agricultor-consumidor.

REIS et al. (2011) aponta que uma alternativa de renda nas propriedades rurais seria o turismo rural, uma modalidade comprometida com a atividade produtiva e agregadora de valor a produtos e serviços, integrados com a agricultura familiar. Seria interessante criar um

circuito turístico rural no qual os turistas poderiam conhecer a cultura rural regional, incluindo o artesanato (REIS et al., 2011).

O município apresenta uma demanda por alimentação escolar com 3 escolas municipais do ensino fundamental, 1 escola estadual com ensino fundamental e médio e 2 estabelecimentos pré-escolares (1 municipal e 1 privado). O número de alunos matriculados encontra-se no quadro a seguir:

Quadro 9: Número de alunos por faixa de ensino em Liberdade-MG.

| Variável | Liberdade | Minas Gerais | Brasil |
|-------------|-----------|--------------|------------|
| Pré-escolar | 98 | 4.310,12 | 47.547,21 |
| Fundamental | 719 | 28.124,04 | 297.024,98 |
| Médio | 261 | 8.489,83 | 83.768,52 |

Fonte IBGE (2010).

Na região, em municípios vizinhos existem 12 associações de produtores rurais que reúnem cerca de 450 famílias agricultoras, iniciando processos de transição agroecológica e implementando circuitos curtos de comercialização via feira livre, PAA, PNAE e organização de consumidores. Atuam neste contexto as prefeituras locais, EMATERs e ONGs. Portanto, existem fontes inspiradoras e exemplos regionais que podem ser replicados no município.

Em Liberdade- MG existem iniciativas que impactam positivamente no abastecimento local de alimentos, executadas pelo poder público em parceria com Organizações Não Governamentais desenvolvendo projetos ligados a segurança alimentar, tais como o projeto de viveiro de mudas de hortaliças no CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) o projeto de PANCS (Plantas Alimentícias Não Convencionais) em parceria com a EMATER e recentemente um projeto de NEA (Núcleo de Estudos em Agroecologia) financiado pelo MDA/CNPQ, sediado no município vizinho de Bocaina de Minas, de âmbito regional. Uma ONG local (Associação Terra Una) também vem desenvolvendo uma rede de segurança alimentar e nutricional a partir de seu centro de formação em sustentabilidade. Além de promover cursos e vivências sobre o tema, abastece seu refeitório com alimentos locais produzidos ecologicamente, estimulando a produção agroecológica dos agricultores vizinhos e consequentemente a reestruturação do sistema agroalimentar local. Além disso, 3 famílias de agricultores já desenvolvem projetos no PNAE, embora atendendo menos de 30% da alimentação escolar de 1 escola municipal e 1 escola estadual.

Através do fomento aos programas de compra direta da agricultura familiar, citados anteriormente, tem-se investido na organização da produção e regulamentação dos produtores com objetivo de aumentar a participação da agricultura familiar e agroecológica no cenário produtivo do município e região, criando assim novas estratégias de impulso ao desenvolvimento rural que se estruture em outras vocações regionais para além da cadeia produtiva do leite.

Portanto, há um enorme potencial local de desenvolvimento rural a partir do fomento aos circuitos curtos de mercado, seja por meio das compras públicas ou organização de consumidores dispostos a criar uma rede de abastecimento alimentar de qualidade. Iniciativas assim pautadas no apoio a agricultura familiar e aos sistemas de produção agroecológicos,

certamente criam condições de segurança alimentar e nutricional da população do município, além dos benefícios econômicos gerados.

CAPÍTULO II - Segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar

Para que possamos compreender melhor porque há um enorme contingente de agricultores familiares sem acesso a mercado, ao mesmo tempo em que há um enorme contingente de consumidores sem acesso a uma alimentação saudável e suficiente em muitos municípios brasileiros, vamos em seguida tentar compreender quais foram os processos ao longo da história da relação dos países e setores da economia, que contribuíram para a desestruturação dos sistemas agroalimentares locais, regionais e nacionais.

Em seguida vamos abordar as referências de um novo modelo de desenvolvimento rural e algumas contribuições a respeito, tais como dos circuitos curtos de mercado, da agroecologia, entre outras. Estas são referências importantes para a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis e serão brevemente apresentadas neste capítulo.

Tal abordagem nos permite encontrar as possíveis causas da insegurança alimentar pela qual passam muitos municípios no Brasil e pensar em estratégias de reestruturação dos sistemas agroalimentares locais, de modo a fortalecer a agricultura familiar e o pequeno agricultor, consolidando o desenvolvimento sustentável no meio rural.

O recorte “sistema agroalimentar local” refere-se ao recorte municipal, opção feita neste trabalho em função de haver dinâmicas específicas e importantes a serem melhor compreendidas neste nível federativo, sem perder a luz da importância complementar das dinâmicas regionais e territoriais sob um enfoque mais sistêmico. Ciente de que a Segurança Alimentar e Nutricional não se resolve a nível municipal, pois é interdependente das dinâmicas regionais e territoriais, mas semeia-se a nível local/municipal em função principalmente da descentralização das políticas públicas de SAN, e da importância do poder local na solução das questões aqui abordadas.

2.1. Insegurança alimentar: a desestruturação dos sistemas agroalimentares locais

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional tem sido crescentemente utilizado para expressar uma ampla gama de significados e interesses envolvendo a questão alimentar e as políticas públicas. Diversas formulações na literatura sugerem interpretações complementares, outras antagônicas e muitas delas enfatizam o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional como originalmente formulado, como um conceito macro, nacional, em termos de significância e aplicabilidade (CUNHA E BORGES, 1997).

Segurança Alimentar e Nutricional é um termo recente em nossa história, pois as questões relativas a falta de alimentos surgiu principalmente no início do século XX após os sucessivos períodos de guerra. Mais precisamente, segundo MALUF et al (2001), o termo "Segurança Alimentar" começou a ser utilizado após o fim da Primeira Guerra Mundial. Com a traumática experiência da guerra e a consequente escassez de alimentos, vivenciada sobretudo na Europa, tornou-se claro que um país poderia dominar o outro controlando seu fornecimento de alimentos. A alimentação seria, assim, uma arma poderosa, principalmente se aplicada por uma potência em um país que não tivesse a capacidade de produzir por conta própria e suficientemente seus alimentos (MALUF, 2001). Portanto, esta questão adquiriu um significado de segurança nacional para cada país, apontando para a necessidade de formação de estoques "estratégicos" de alimentos e fortalecendo a ideia de que a soberania de um país dependia de sua capacidade de auto-suprimento de alimentos.

Outra questão importante refere-se ao fato de que a segurança alimentar e nutricional esteve por muito tempo ligada, quase que exclusivamente, à produção agrícola, ou seja a existência da oferta de alimentos. Esse entendimento foi dominante até o fim da década de 70

quando acreditava-se que a oferta de alimentos determinava a segurança/soberania alimentar dos países (MALUF, 2001).

Inclusive este foi um dos principais argumentos da Revolução Verde que pretendia aumentar a produção e a produtividade na agricultura na tentativa de solucionar a escassez de alimentos. Organismos internacionais como o Banco Mundial, fundações de pesquisa e institutos internacionais vinculados a grandes empresas multinacionais contribuíram na difusão de um modelo de produção alimentar, que ficou conhecido como "*Revolução Verde*", orientado para o aumento expressivo das produções nacionais de alimentos (Cunha e Borges, 1997).

Mas na análise dos primeiros resultados da Revolução Verde percebeu-se que a recuperação na produção de alimentos não significou o desaparecimento dos males da desnutrição e da fome. Pelo contrário, trouxe inúmeros impactos sociais e ambientais agravando os problemas nutricionais e da fome, além de aumentar a concentração fundiária e a dependência dos agricultores, depauperando o conhecimento e a cultura do campo que encontrou dificuldades para se inserir neste novo modelo de desenvolvimento rural.

No caso brasileiro, onde o crédito rural subsidiado na década de 70 foi o principal instrumento de modernização da agricultura, este modelo de desenvolvimento agrícola contribuiu para intensificar o processo de concentração fundiária e de renda atingindo graus de elevada desigualdade, deflagrando um processo descrito como "modernização conservadora" da agricultura, em que o processo de desenvolvimento tecnológico não foi acompanhado de mudanças estruturais nas relações econômicas e sociais (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

É neste contexto que começa a se perceber que, mais do que a oferta, a capacidade de acesso aos alimentos por parte dos povos em todo o planeta mostra-se como a questão crucial para a Segurança Alimentar e Nutricional (MALUF, 2001).

A persistência da fome levou a discussão sobre a segurança alimentar e nutricional a novos rumos, pois, ainda que fossem mantidos enormes estoques de alimentos, particularmente nos países desenvolvidos, o problema estava longe de ser resolvido. Desloca-se, portanto, o foco do debate para a garantia do acesso da população aos alimentos. Assim, o tema da Segurança Alimentar e Nutricional deixou de ser discutido pela ótica estritamente produtiva e agregou a questão da distribuição (ORTEGA E BORGES, 2012).

Essa mudança de enfoque implicou privilegiar a capacidade dos países acessarem os alimentos disponíveis em quantidade suficiente em termos globais, pela via do comércio internacional ou da ajuda alimentar, com o argumento da ineficiência produtiva dos países periféricos (MALUF, 2001), ou seja, de que estes não tinham capacidade de ofertar alimentos a sua população. O diagnóstico básico da insegurança alimentar pautou-se no *déficit* na produção de alimentos e suscitou a difusão de uma série de ações coordenadas internacionalmente com o intuito de promover o aumento da oferta nacional de alimentos em países menos desenvolvidos (CUNHA E BORGES, 1997).

Segundo MALUF (2007) argumentos de (in)eficiência são a justificativa básica para desqualificar questões de soberania e da segurança alimentares, em favor de uma estratégia de inserção internacional com benefícios incertos e restritos a pequena parcela da população. Tais argumentos favoreceram a criação dos sistemas agroalimentares internacionais que sustentaram a criação de grandes corporações fornecedoras de alimentos, em detrimento do mercado doméstico dos países receptores.

A ajuda alimentar destinada aos países mais pobres serviu de instrumento comercial para os países donantes e gerou impactos significativos sobre os sistemas agroalimentares nacionais dos países receptores, especialmente sobre os pequenos produtores. O recurso de alguns Estados à ajuda alimentar como forma menos custosa de prover alimentos à sua população prejudicou esforços dos agricultores de satisfazerem as necessidades de uma

população crescente, que se viu agravada pela repercussão sobre os preços internos quando na venda dos produtos recebidos a título de ajuda alimentar (MALUF, 2000). Os alimentos oriundos da ajuda alimentar, subsidiados, concorriam com a produção doméstica e conseqüentemente desenvolviam uma crise profunda nos sistemas agroalimentares nacionais, regionais e locais. Foi neste momento e sob esta estratégia de segurança alimentar que as grandes corporações agroalimentares acabaram por dominar o cenário do abastecimento alimentar mundial.

De acordo com LIPIETZ (1992, apud FRIEDMANN, 2000) o regime alimentar pós guerra, fundamentalmente na Europa e nos EUA, foi o setor mais intensamente regulado pelo Estado de todos os setores das economias “fordistas”, mas esta regulação perdurou até as grandes corporações agroalimentares crescerem além destes regimes nacionalmente regulados. O modelo liberal-produtivista, gradativamente, colocou o abastecimento alimentar sob o domínio de formas de regulação privada, que privilegiava a lógica mercantil.

Portanto, o processo de ajuste a realidade de interdependência global teve uma abordagem orientada para o mercado e neste contexto o ambiente que melhor conduziria a segurança alimentar incluiu a liberalização dos mercados domésticos e internacionais, para permitir a maximização das taxas de crescimento econômico (MALUF, 2000). Conforme já explicitado, esta diretriz trouxe consigo a necessidade de maior eficiência no abastecimento da população que se traduziu em menores preços, menores perdas e maior qualidade, favorecendo o acesso aos mercados internacionais de alimentos.

Internamente o abastecimento de alimentos foi concentrando-se nas centrais de comercialização e distribuição, em detrimento da produção doméstica e das formas de comercialização direta (agricultor-consumidor), quais sejam, os circuitos curtos de mercado (feiras livres e o mercado varejista). O recurso da importação permitiu o acesso aos alimentos com preços melhores do que se baseados na produção doméstica e no caso brasileiro sem protecionismo do estado.

O papel do estado nas políticas de abastecimento alimentar se transformou profundamente na mudança do modelo fordista para o liberal-produtivista. No Brasil, na década de 80, contribuíram para a inação do estado a falta de entendimento por parte dos planejadores públicos, aliada a uma profunda crise financeira. Mas a partir da década de 90 esta omissão se transformou em uma política dirigida, onde a diretriz passou a ser a não intervenção (BELIK, 2000).

A falta de regulação do Estado e a priorização pelo comércio internacional estavam longe de se constituir em fonte de segurança alimentar e nutricional, pois apesar da geração de emprego e renda, e oferta de alimentos à custo reduzido, trouxe uma desestruturação do sistema agroalimentar regional e nacional, acarretando em sérios problemas sociais relacionados a falta de acesso a alimentos e pobreza.

À medida que o modelo liberal-produtivista foi minando as bases do modelo fordista, os problemas sociais e ecológicos se multiplicaram. A terra e o trabalho foram redirecionados da alimentação e das exportações tradicionais para a provisão de fluidos mercados voláteis à custa da estabilidade dos agricultores e trabalhadores agrícolas (FRIEDMANN, 2000).

.Portanto, apostar na liberalização dos mercados significou desconhecer que a própria natureza dos mercados impossibilitou torna-los mecanismos suficientes (autocorretores) e eficientes (promotores da equidade e bem estar social), em especial no abastecimento alimentar (BELIK, 2000).

Segundo MALUF (2000) os sistemas agroalimentares são um campo propício à ocorrência da busca por eficiência produtiva, que trazem consigo a exclusão social. Isso contribuiu muito para a exclusão da Agricultura Familiar dos processos de fomento agrícola e das políticas públicas por muitos anos no Brasil. As economias agroalimentares locais

sofrendo grande desestruturação, desencadearam a crescente ameaça a agricultura familiar, sua cultura e conseqüentemente a diversidade genética dos cultivos alimentares.

Porém, as inúmeras conseqüências e impactos negativos causados pelo sistema agroalimentar estabelecido, preconizado durante a Revolução Verde, que fortaleceu o monopólio das grandes corporações, não implica considerar a orientação para o mercado externo como um erro de percurso. De acordo com MALUF (2000) a busca por um elevado grau de autossuficiência não significa exclusiva orientação para o mercado doméstico, como a convencional diferenciação entre produção para mercado interno versus exportações. Trata-se de reconhecer o papel da produção doméstica de alimentos, ao mesmo tempo, que o papel das trocas internacionais no abastecimento alimentar. É nessa diversidade de atuações de mercado que emerge a sustentabilidade e o fortalecimento do sistema agroalimentar nacional.

As iniciativas de integração econômica regional que explorem as complementariedades e regulem os conflitos entre os países-membros podem contribuir nesta direção desde que elas não se limitem a simplesmente reproduzir as demandas por liberalização comercial. Mesmo a importação de alimentos, em algumas circunstâncias, serve como instrumento auxiliar na regulação dos mercados (MALUF, 2000).

Segundo CUNHA E BORGES (1997) a política agrícola brasileira se orientou basicamente para a busca de vantagens e competitividade para o produto brasileiro (e não necessariamente para os produtores) estabelecendo uma artificial dicotomia de produtores agrícolas: aqueles que produzem para exportação, tiveram sua renda mantida em níveis elevados, permitindo seu desenvolvimento tecnológico e comercial; e os produtores cuja exploração é destinada à produção de produtos alimentares consumidos internamente, em sua maioria privados dos benefícios das culturas exportáveis e à margem dos incentivos à organização e capacitação tecnológica.

A difusão do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional como um estado de Bem-estar nacional teve na ação da FAO (*Food and Agriculture Organization*), órgão internacional vinculado à ONU que trata da produção agrícola e alimentar, seu principal difusor. A partir de uma série de eventos e fóruns internacionais com a participação de entidades governamentais e não governamentais, a FAO contribuiu na difusão de uma formulação ampliada do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional que conjuga a auto-suficiência alimentar à questão da equidade, ou seja, o acesso universal aos alimentos dentro de um recorte nacional (CUNHA E BORGES, 1997).

Contudo, houve a necessidade de adoção de políticas ativas para a promoção da produção doméstica e a necessidade de estabelecer nova lógica onde a segurança alimentar deixava de ser uma ressalva tolerável ao funcionamento das forças de mercado. Para superarmos as questões sociais e condições de acesso a alimentos é preciso promover, uma profunda reorientação nas estratégias de desenvolvimento em vigor na maioria dos países do Terceiro Mundo, que estão em visível contradição com os objetivos da segurança alimentar e da equidade social. No caso do Brasil essas políticas e estratégias começaram a operar mais expressivamente somente depois do ano 2000, mas especificamente com a posse do governo Lula.

Segundo MALUF (2007), a efetivação do direito à alimentação tem, entre seus componentes, o exercício soberano de políticas de segurança alimentar que se sobrepõem aos supostos princípios de 'boa economia' ou à lógica mercantil estrita.

A ênfase conferida às condições de acesso aos alimentos pelas famílias como condicionante para a segurança alimentar não significa dar como equacionada a questão da produção agroalimentar, principalmente quando se vai além da mera oferta ou disponibilidade de alimentos para considerar os aspectos sociais, econômicos, espaciais e ambientais da produção e do abastecimento alimentar.

De acordo com MALUF (2000), mesmo que se admita um maior grau de abertura externa dos países por razões que extrapolam a dimensão meramente econômica, sustenta-se que os objetivos e políticas de desenvolvimento -entre os quais se insere o da segurança alimentar- devem prevalecer sobre os objetivos e políticas estritamente comerciais, e orientar os esforços de regulamentação do comércio internacional. Ao considerar a ordem internacional é inevitável incorporar questões de soberania à noção de segurança alimentar, valendo-se do princípio da soberania alimentar que se fundamenta no caráter essencial e politicamente sensível dos alimentos e nos aspectos culturais associados a estes bens.

Tomando a definição proposta na Declaração de Yaoundé (1996 apud MALUF, 2001), a soberania alimentar dos povos se exprime na capacidade dos Estados e das pessoas de:

- produzir os alimentos necessários à população em todas as regiões do mundo, de modo a reduzir a dependência ligada à ajuda alimentar;
- controlar, conservar e utilizar seus recursos genéticos e seus conhecimentos próprios;
- garantir a disponibilidade e o acesso de todos a uma alimentação sadia, diversificada e que respeite a diversidade das culturas e hábitos alimentares;
- tomar decisões de modo autônomo concernentes a suas políticas agroalimentares

A busca de algum grau de auto-suficiência na produção de alimentos básicos constitui-se num princípio ainda válido de soberania alimentar a ser adaptado ao ambiente atual de maior abertura econômica.

Como atributos da disponibilidade agregada de alimentos (ou seja, a auto-suficiência nacional de alimentos) são considerados como básicas quatro condições: *suficiência*, *estabilidade*, *autonomia* e *sustentabilidade* na produção de alimentos (VALENTE, 2000).

A *suficiência* entendida como a produção em quantidade necessária para atender as necessidades de consumo básico da população, deve ser mantida em níveis constantes e estáveis ao longo do tempo. A *estabilidade* pressupõe uma estrutura produtiva organizada, para evitar flutuações sazonais de oferta e preços. A estabilidade implica, portanto, maturidade das organizações e das políticas que permitam uma oferta equilibrada e contínua.

Esta situação pressupõe, por sua vez, uma *autonomia* nacional na produção alimentar, expressa na oferta de insumos, tecnologia e meios de produção que permitam produzir alimentos sem depender essencialmente de importações. Uma quarta condição é a da *sustentabilidade* da produção de alimentos do ponto de vista ambiental, aspecto necessário para garantir a produção de alimentos no longo prazo sem que haja uma destruição dos recursos naturais que permitem a produção alimentar.

Portanto, durante o referido processo histórico e sua conseqüente dinâmica econômica ocorreu a desestruturação dos sistemas agroalimentares domésticos a partir do estabelecimento de sistemas agroalimentares globais, dominados por grandes corporações. Este fato não trouxe soluções para a pobreza e a fome, e despertou uma reflexão sobre a necessidade de reformulação das bases conceituais da Segurança Alimentar e Nutricional. Este novo enfoque considerou aspectos sócio-econômicos, culturais, espaciais e ambientais, aliando-se ao fortalecimento da Agricultura Familiar, ao desenvolvimento rural sustentável, a Agroecologia e ao estabelecimento dos circuitos curtos de mercado. Tudo isso, na busca de uma reestruturação dos sistemas agroalimentares locais.

2.2. A reestruturação dos sistemas agroalimentares locais pela via da agricultura familiar de base ecológica

2.2.1. Um novo modelo de sistema agroalimentar

A crise do modelo agroalimentar abre espaço para a discussão de novas proposições de desenvolvimento local que incorporem não apenas variáveis técnico-produtivas, econômicas e ambientais, mas também valores éticos, sociais e culturais. Princípios como autonomia, solidariedade, segurança alimentar, justiça social, respeito à cultura e tradição locais podem ser incorporados nas relações entre produção e consumo. Assim, o que se procura desenvolver são iniciativas que estruturam processos diferenciados de desenvolvimento rural, baseados na construção de sistemas agroalimentares alternativos em escala local, que visem e realizem articulações regionais, nacionais e internacionais, tendo como um dos pilares de sustentação a construção de circuitos de proximidade de comercialização e a valorização dos mercados locais (DAROLT, 2013).

Segundo FRIEDMANN (2000) alternativas ao modelo liberal-produtivista surgem como sistemas de produção diversificados e regionalmente organizados, através do “engajamento negociado” com consumidores, varejistas, fornecedores de insumos e governos. A referida autora cita que os governos têm um enorme potencial de apoiar diversas práticas agrícolas não prejudiciais ao meio ambiente e alimentos regionais culturalmente diversos. Isso ocorre fundamentalmente por meio do estímulo a demanda por alimentos locais oriundo de compras públicas e outras políticas públicas locais em segurança alimentar. As compras públicas oferecem grandes possibilidades para a mudança das economias de escala, no sentido de fortalecer a produção orgânica local frente às grandes redes comerciais continentais (FRIEDMANN, 2000).

Ressalte-se, ainda, o papel ativo que pode (e deve) ser exercido pela administração pública no nível local desencadeando processos, em lugar de apenas responder às solicitações de agentes econômicos, grupos sociais ou cidadãos individuais. Esse papel será mais relevante quando as administrações melhor assumirem sua condição de agentes promotores de desenvolvimento no âmbito local ou regional, tendo a segurança alimentar como um dos eixos estratégicos de intervenção (MALUF, 2000).

Quando o poder público utiliza o seu poder de regulação, de decisão sobre alocação de recursos e de ator-chave no abastecimento alimentar consegue promover mudanças no comportamento da sociedade (MORGAN e SONNINO, 2008; MARECHAL, 2008).

Segundo SEN, A. (1981), as atividades agroalimentares de pequena escala são grandes geradoras de ocupação e renda e ofertantes de alimentos de qualidade e diversificados, tornando-se componente central de estratégias de desenvolvimento em equidade e segurança alimentar no Brasil.

MALUF (2002) cita que uma estratégia de desenvolvimento econômico que promova as atividades agroalimentares realizadas por pequenos e médios produtores rurais e urbanos, combina o apoio a atividades econômicas equitativas e sustentáveis, com a ampliação da oferta de alimentos de qualidade, de um modo mais favorável à expressão da diversidade dos hábitos de consumo (ótica da segurança alimentar). O apoio aos pequenos produtores de alimentos promove a equidade e a inclusão social, ao mesmo tempo em que resulta em maior e mais diversificada oferta de alimentos à população.

Conforme GUEDES (2009) o fortalecimento da agricultura familiar pode efetivamente constituir-se numa das principais estratégias de efetivação de uma política de segurança alimentar no Brasil.

Uma característica importante das iniciativas que promovem a produção agroalimentar é a de que elas possibilitam enfrentar, em simultâneo, tanto a necessidade de criar oportunidades de trabalho e de apropriação de renda a essas famílias, como a de ampliar e melhorar a oferta de alimentos em âmbito regional e nacional (MALUF, 2000).

É também um forte instrumento para reduzir os elevados índices de pobreza rural no Brasil. Pode-se afirmar que, de modo geral no Brasil, a viabilização das atividades de produção agroalimentar continua sendo elemento importante para a reprodução das famílias

rurais em condições dignas, embora com diferenças regionais no interior do país (MALUF, 2002).

O fortalecimento dos mercados domésticos, onde está incluído o sistema agroalimentar é uma nova estratégia de desenvolvimento que deve ser priorizada nas políticas públicas.

As questões de mercado despontam, em geral, como o principal determinante das possibilidades de êxito dos programas de apoio à produção agroalimentar, ao lado do acesso ao crédito em condições adequadas (MALUF, 2001). Tem um papel fundamental na viabilização da produção da agricultura familiar e de pequeno porte e na busca por alternativas de mercado que suplantem a padronização, a escala e outras tendências vigentes.

2.2.2. A importância dos circuitos curtos de mercado

Conforme DAROLT (2013), a compra em circuitos curtos é uma forma de fugir da padronização imposta pelo sistema agroalimentar industrial que uniformiza modos de vida e direciona o consumo.

Há, portanto, uma busca pela valorização dos circuitos curtos de mercado como forma de promover o fomento a produção familiar de alimentos, ao mesmo tempo que facilitar o acesso a uma alimentação de qualidade e diversificada, atendendo assim aos anseios da segurança alimentar e nutricional.

Segundo DAROLT (2013) reinventar os mercados locais, aproximar produtores e consumidores, e estimular a compra de alimentos de base ecológica em circuitos curtos de comercialização são alguns desafios para se criar um modelo de consumo alimentar ecologicamente correto.

Em anos recentes, como a cadeia alimentar global tem se expandido, uma grande variedade de termos tem sido usados na academia, política, debates técnicos ou públicos para ilustrar inovações na reorganização na cadeia de abastecimento alimentar, visando a reconexão entre produtores e consumidores e relocando a agricultura e a produção de alimentos. Isso inclui os circuitos curtos de mercado, rede alternativas de abastecimento alimentar, sistemas de produção local e vendas diretas. (KNEAFSEY, M, 2008).

Em nível mundial, a falta de investimentos em formação de agricultores, serviços e infraestrutura para comercialização em circuitos curtos como mercados locais e regionais, tem debilitado o setor da agricultura de pequena escala em muitos países (IAASTD, 2008).

Conforme DAROLT (2013) as iniciativas bem-sucedidas em circuitos curtos acontecem, normalmente, em locais onde se verifica a formação de uma rede com estreita interação entre o poder público, entidades não governamentais, organizações de agricultores e participação de consumidores.

O Estado tem papel decisivo no desenvolvimento dos circuitos curtos e pode ajudar na implementação e fortalecimento de redes de comercialização, bem como promover e ampliar o mercado institucional (merenda escolar, compra antecipada para programas sociais). As ações devem ser direcionadas para superar problemas de reduzido volume de produção; pouca diversidade e regularidade na oferta de produtos ecológicos; desarticulação entre oferta e demanda; problemas de infraestrutura e logística; bem como campanhas com informação qualificada sobre alimentos orgânicos aos consumidores. Para tanto, os desafios passam pela criação de estruturas de apoio à produção, distribuição e comercialização, com suporte institucional e financeiro, especialmente nos casos que envolvem grupos organizados de produtores familiares, na fase inicial do processo de transição agroecológica (DAROLT, 2008).

A comercialização de produtos agroalimentares por meio do mercado institucional surgiu no Brasil em 2003 com o Programa de Aquisição de Alimentos, porém as primeiras

experiências dessa natureza apareceram em 2001 com a merenda ecológica no Sul do Brasil, conforme relataram SCHIMITT E GUIMARÃES (2008).

MALUF (2002) também destaca o chamado mercado institucional que engloba as compras governamentais de alimentos para serem utilizados em programas e organismos públicos (alimentação escolar, hospitais, presídios, distribuição de cestas básicas, etc.). Alguns deles, como a alimentação escolar, têm papel central no acesso aos alimentos por uma parcela vulnerável e numericamente expressiva da população. Em países onde as compras governamentais são significativas e conta-se com uma gestão transparente, a participação de pequenos e médios fornecedores -notadamente, as associações de pequenos produtores agrícolas- nos programas públicos de alimentação, dos quais sempre estiveram excluídos, pode constituir-se em importante instrumento de alavancagem para estes produtores.

Segundo PACHECO et al (2010) a abertura do mercado institucional para a absorção dos alimentos ecológicos da agricultura familiar foi a principal questão inovadora referida pelas experiências que aponta um importante avanço no sentido da intersectorialidade necessária para que as ações de soberania e segurança alimentar sejam efetivas.

MARSDEN (2003) ressalta que a formação de cadeias alimentares que reconectem os produtores e os consumidores, por meio da mediação das instituições públicas, podem até contra arrastar os modelos dominantes de abastecimento agroalimentar, dominados pelas longas cadeias do agronegócio e do setor varejista na distribuição de alimentos.

Para FRIEDMANN (2000), algumas regiões e municípios muito pequenos, que apresentam mercado limitado, podem buscar alternativas de comercialização nas compras governamentais.

Aproximar as relações entre a produção e o consumo de alimentos, traz vantagens não só no menor custo de transporte, mas também na qualidade e confiabilidade dos produtos e sua maior identificação com hábitos de consumo locais.

Além das compras públicas existem diversas iniciativas de consumidores dispostos a apoiar pequenos agricultores obtendo em troca alimentos produzidos localmente e de qualidade. Segundo DAROLT (2013) um movimento que vem trazendo respostas à pergunta sobre forma alternativas de como aproximar agricultores e consumidores é o da Agricultura Apoiada pela Comunidade ou pelo Consumidor, conhecido nos países de língua inglesa como CSA – *Community Supported Agriculture*.

Os circuitos curtos continuam a se desenvolver com novas formas de distribuição inventadas a cada ano (lojas virtuais por internet; cestas diversificadas; feiras de produtores noturnas; vendas e degustação na propriedade; restaurantes com cardápios orgânicos, merenda escolar orgânica, entre outros), o que demanda treinamento e informação qualificada para produtores e consumidores. Assim, para se criar um modelo alimentar ecologicamente correto será preciso reinventar os mercados locais apoiando os circuitos curtos, aproximar produtores e consumidores, e tornar os consumidores protagonistas e conscientes do seu futuro (DAROLT, 2013).

2.2.3. O papel da Agroecologia

Outra contribuição importante para o debate das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional está no crescente interesse pelo desenvolvimento de sistemas orgânicos de produção e de base agroecológica que contribuem positivamente para o equacionamento do tema na agenda ambiental global (produção & conservação), conforme documento do Relator Especial da ONU para o Direito à Alimentação, Olivier De Shutter (2010).

Este debate diz respeito à qualidade dos alimentos e sua sanidade. Ou seja, todos devem ter acesso a alimentos de boa qualidade nutricional e que sejam isentos de componentes químicos que possam prejudicar a saúde humana. Estes dois elementos são da

maior importância em um contexto atual que favorece o desbalanceamento nutricional das dietas alimentares, bem como o envenenamento dos alimentos, em nome de uma maior produtividade agrícola ou com a utilização de tecnologias cujos efeitos sobre a saúde humana permanecem desconhecidos (MALUF, 2001).

A promoção da agroecologia, da produção orgânica e de alimentos saudáveis tem relação importante com a política de segurança alimentar e nutricional do país. As últimas Conferências de Segurança Alimentar e as plenárias do CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, apontam para a necessidade do país estimular a produção agroecológica e promover uma alimentação saudável.

O CONSEA juntamente com o CONDRAF (Conselho Nacional Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar), o Conselho Nacional da Juventude, entre outros movimentos e organizações, vem indicando que a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é oportuna para a inclusão produtiva, para a valorização do jovem e da mulher e para a promoção da segurança e soberania alimentar.

Conforme Decreto Federal nº 7.794/2012 que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, uma das sete principais diretrizes desta política é promover a soberania e segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada e saudável.

Para que o Brasil possa alcançar o objetivo de segurança alimentar e nutricional sustentável são necessárias políticas públicas que destinem recursos para o processo de conversão da agricultura baseada no modelo agroquímico para uma agricultura sustentável, baseada nos princípios da Agroecologia (CAPORAL e COSTABEBER, 2003).

Conforme SILVA et al (2011) fica clara a importância de uma agricultura que produza alimentos básicos saudáveis, sem resíduos químicos para o consumo da população, assim como uma agricultura mais respeitosa com o meio ambiente, de modo a assegurar a conservação da base de recursos naturais indispensável para a produção ao longo do tempo. Isso só é possível com uma agricultura baseada nos princípios da Agroecologia.

A Agroecologia oferece caminhos para o alcance da segurança e da soberania alimentar, a partir dos agricultores de base familiar engajados em processos locais de transição agroecológica (MOREIRA, 2012).

Conforme cita WEID (2004) a combinação do aumento do número de agricultores familiares com o uso generalizado da agroecologia permitiria um incremento substancial na produção alimentar brasileira a custos mais baixos do que a dos sistemas agroquímicos adotados no agronegócio.

Para STAMATO (2012) com a Revolução Verde se percebeu que a fome não se deve somente a falta de produção e distribuição de alimentos, mas sim a maneira de produzi-los. Neste contexto a agroecologia teria condições de incrementar consideravelmente a produção de alimentos no Brasil.

GLIESSMAN (2000), enfatiza que a busca da sustentabilidade, incluindo condições de segurança e soberania alimentar, passa pela adoção de princípios agroecológicos nos desenhos e composição de agroecossistemas.

A agroecologia passa, então, a integrar nas suas propostas a busca de formas alternativas de comercialização dos produtos, que objetivam, por um lado, permitir melhores condições de construção de mercados por parte dos agricultores e, por outro, possibilitar maiores condições de acesso aos alimentos ecológicos por parte dos consumidores (DAROLT, 2008).

Segundo PACHECO et al (2010) no relatório Soberania e Segurança Alimentar na Construção da Agroecologia, publicação da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia) a agricultura ecológica passa a ser a opção mais sustentável e saudável para a produção de alimentos para os agricultores familiares das diferentes regiões, devendo portanto ser

difundida. As experiências de agroecologia, ao incorporarem dimensões da estratégia de segurança e soberania alimentar, articulam um amplo leque de iniciativas: o resgate e a conservação de sementes e raças animais locais e a diversificação dos sistemas produtivos, com ações voltadas para a valorização do auto-consumo; o resgate de culturas alimentares; a valorização do alimento de qualidade; a educação alimentar; a melhoria da saúde, assim como ações que tratam o mercado a partir da ótica dos consumidores, contribuindo para a construção de um novo padrão de consumo que valoriza a sustentabilidade ambiental, social cultural e econômica.

2.2.4. Outras dimensões associadas

Apesar das questões de mercado, especialmente o desenvolvimento dos circuitos curtos serem essenciais para o fomento a produção local de alimentos e para o sucesso das iniciativas em segurança alimentar e nutricional, a produção para autoconsumo é um componente importante para a reprodução das famílias rurais, inclusive para aquelas que produzem regularmente para o este mercado.

Segundo MALUF (2002), abordar a produção mercantil não implica desconsiderar o papel que cumpre a produção para auto-consumo como componente fundamental da segurança alimentar. Tida como sinônimo de atraso pelos adeptos da modernização fundada na especialização produtiva, a presença da produção para auto-consumo sempre constituiu-se num importante instrumento de proteção frente às incertezas e oscilações da produção mercantil. A inexistência de condições de produção para auto-consumo pela carência de recursos (água, área útil, etc.), ou a perda destas condições devida a opções como a da especialização produtiva, são causas de insuficiência alimentar que se somam aos indicadores de pobreza rural medidos em termos da renda monetária.

Conforme WEID (2004) fica evidente que um dos primeiros resultados dos programas de promoção da agroecologia é o aumento e a diversificação do consumo familiar de alimentos a partir da produção própria. Longe de representar uma volta ao passado, o auto-abastecimento tem efeitos significativos na qualidade da alimentação da família, já que os produtos comprados, cada vez mais industrializados, são um dos fatores de queda da qualidade nutricional da dieta.

Além da produção de alimentos constituir importante fonte de renda das famílias rurais, é base para a maioria das atividades rurais não-agrícolas (turismo, artesanato, etc.). Segundo MALUF (2002) dedicar-se à produção de alimentos para o mercado interno e, mesmo, para exportação, não se constitui na única e obrigatória alternativa visando promover a segurança alimentar das famílias no meio rural. Esta pode ser obtida através da exploração de produtos não-alimentares, de atividades rurais não-agrícolas e de ocupações urbanas, todas com o objetivo de assegurar trabalho e renda às famílias rurais que são, no mais das vezes, pluriativas.

A oferta de bens privados, por sua vez, não é a única relação mantida pelos agricultores com a sociedade, pois esta abrange um conjunto de outras funções caracterizadas como bens públicos tais como a preservação da paisagem, a diversidade agrobiológica, a herança cultural e a própria segurança alimentar (MALUF, 2002)

O associativismo também cumpre um papel vital nos sistemas agroalimentares locais, envolvendo agricultores familiares e pequenos produtores. A experiência demonstra que o grau de associativismo é fortalecido pelos laços comunitários entre os participantes e pela valorização das redes de economia solidária, sobretudo na gestão do crédito e na comercialização da produção (MALUF, 2002).

Desta maneira podemos compreender como a segurança alimentar e nutricional aliada a agricultura familiar e a agroecologia podem promover a reestruturação dos sistemas

agroalimentares nacionais, regionais e locais. Neste sentido, nos últimos anos no Brasil, diversas políticas públicas que foram formuladas e encontram-se em operação, têm apontado caminhos importantes para aumentar a soberania/segurança alimentar e nutricional pela via do fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia.

Em municípios pequenos como Liberdade é essencial que o apoio a agricultura familiar pela via das compras públicas, assistência técnica a transição agroecológica e o desenvolvimento de atividades não agrícolas, seja exercido pelo poder público local em parceria com agricultores e organizações não governamentais, de modo que estes instrumentos políticos sejam estimulados e efetivamente implementados.

CAPÍTULO III – Estratégias em segurança alimentar e nutricional via fomento de mercados locais na agricultura familiar

Conforme referências apresentadas, os circuitos curtos de mercado são potenciais estimuladores da produção local de alimentos e conseqüentemente do estabelecimento de um sistema de abastecimento alimentar que cria bases para o desenvolvimento da segurança alimentar e nutricional de um município ou região. Há também um forte vínculo entre os sistemas de abastecimento alimentar locais e o fortalecimento da agricultura familiar baseada numa produção agroecológica.

Portanto, pretende-se aqui fazer uma breve discussão sobre a evolução das políticas públicas de fomento a agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional e agroecologia no Brasil, e quais os principais instrumentos de estímulo aos mercados locais de alimentos que podem ser considerados numa política local que utilize a Segurança Alimentar e Nutricional como enfoque central. Além da abordagem dos instrumentos de compras públicas pretende-se introduzir uma discussão sobre alternativas de aproximação produtor-consumidor de iniciativa não governamental, reunidas atualmente sobre o conceito de Comunidade que Sustenta a Agricultura ou em língua inglesa CSA (Community Supported Agriculture).

E finalizando, apresentar e discutir estratégias de arranjos entre estes instrumentos e alternativas, que possam potencializá-los e adaptá-los às condições locais do município em estudo.

3.1. O surgimento das principais políticas e programas para a Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Agroecologia

Na década de 1970 surgiram os primeiros programas federais contemplando ações (não exclusivas) para os pequenos produtores rurais, tais como o Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), o Programa Especial de Apoio da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo), o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) e o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), este seguido pelo Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP).

Segundo Grisa (2012) a ideia de criar o “Programa Nacional de Promoção de Pequenos Produtores Rurais (Produtores de Baixa Renda)” partiu da observação de que permaneciam intocadas as distorções na estrutura agrária e nos mecanismos de incentivo de mercado (apropriados para gerar respostas de produção e produtividade no segmento moderno da economia rural), enquanto o setor tradicional da pequena produção, sem acesso a tais incentivos teria agravado sua pobreza relativa, em prejuízo da equidade social para a maioria da população rural e sob certo aspecto da eficiência econômica. Esse seria o primeiro programa nacional destinado exclusivamente a este segmento social.

O POLONORDESTE, primeiro referencial de política pública para a pequena produção no Brasil, representou, em certa medida, uma tentativa de aplicar e dar continuidade ao referencial das políticas de modernização da agricultura brasileira iniciadas no início da década de 1960, o qual se institucionalizou em um conjunto “tradicional” de políticas agrícolas (crédito, assistência técnica, seguro etc.), sem mudanças na estrutura agrária. Assim como a maioria dos demais programas citados, constituídos como iniciativas regionais e com objetivos variados, tiveram seus resultados muito aquém do planejado.

É importante ressaltar que a construção destas políticas para a pequena produção (POLONORDESTE e PAPP) não contou diretamente com as ideias do segmento representativo da agricultura familiar (GRISA, 2012). Ainda que, no caso do PAPP, em determinados contextos sociais, os pequenos produtores tenham participado ativamente na sua execução, os mesmos não puderam intervir na elaboração cognitiva e normativa da política e de seus instrumentos. Isto ficou a cargo dos acadêmicos e grupos políticos partidários. Muitas críticas surgiram à centralização e à complexidade das ações do Estado, à falta de transparência nas ações públicas, à ausência de participação e empoderamento dos beneficiários e à necessidade de focalização nos referidos programas.

Segundo GRISA (2012) dois referenciais de política pública para a pequena produção foram institucionalizados no período 1960-90: um modernizante e outro de alívio à pobreza. O destaque dado a eles não significa, contudo, a inexistência de outros referenciais de políticas públicas para a pequena produção, caso, por exemplo, do Programa Nacional de Promoção de Pequenos Produtores Rurais (Produtores de Baixa Renda). Todavia, esses referenciais de política pública não foram institucionalizados, seja em virtude de que se confrontaram com ideias e interesses hegemônicos e divergentes, seja em razão de que o próprio ambiente político e institucional (ditadura) excluía a participação política de determinados atores.

Com o processo de abertura democrática em meados da década de 1980 ocorreu maior visibilidade e participação dos segmentos representativos da agricultura familiar nas instâncias decisórias, reivindicando políticas diferenciadas para o pequeno produtor.

Ao mesmo tempo, uma mudança paradigmática aconteceu na academia, a qual passou a ressaltar a importância econômica da agricultura familiar nos países desenvolvidos e a capacidade de adaptação desta a contextos econômicos, sociais, culturais e ambientais distintos.

Em 1994, em consequência destas reivindicações dos agricultores familiares, o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que operava basicamente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). O PROVAP seria o embrião da primeira e mais importante política pública criada dois anos mais tarde e destinada aos agricultores familiares, o PRONAF.

Segundo SCHNEIDER et al (2004) o PRONAF nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo.

A década de 1990 é considerada um marco da criação de políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar, notadamente a partir da institucionalização do PRONAF.

O programa a partir de 1999, passou por diversas reformulações: institucionais com a criação da Ministério do Desenvolvimento Agrário; financeiras no tocante a taxas de juros e formas de pagamento, entre outras; e no âmbito de suas modalidades (criação do PRONAF alimentos, pesca, agroecologia, etc.)

A criação do PRONAF Alimentos foi uma resposta ao fato de ter se tornado explícito o déficit de produção alimentar no Brasil. Portanto, esta modalidade de PRONAF, que trata de uma política governamental de estímulo (aumento e diversificação) à produção de alimentos básicos como feijão, milho, trigo, mandioca e leite, é o ponto de estreitamento do diálogo entre agricultura familiar e segurança alimentar. Segundo WEID (2004) esta política trouxe efeitos imediatos tanto na melhoria da alimentação das famílias como no aumento da renda auferida pelos produtores.

Com a eleição, em 2002, de um governo que se relacionava com movimentos sociais, algumas ideias até então rejeitadas pelos grupos político partidários apareceram: fome e Segurança Alimentar e Nutricional (BUAINAIN E FONSECA, 2012).

Portanto, outras políticas públicas foram elaboradas visando esta categoria social, sendo a maior parte delas complementares ou tributárias das próprias características do PRONAF, e como resultado do reconhecimento da agricultura familiar pelo poder público e pela sociedade (GRISA E WESZ JUNIOR, 2010).

Conforme TAKAGI (2006), o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva colocou o problema da fome no centro da agenda política brasileira e internacional, com um compromisso claro: pretende erradicá-la do cenário nacional por meio de ações integradas que estruturam uma política permanente de segurança alimentar e nutricional.

Conforme GRISA (2012) neste processo de produção de ideias participaram diferentes grupos, entre eles: grupos político partidários, ONGs, movimentos sociais, intelectuais e sociedade civil reunidas sobre o tema da segurança alimentar e nutricional, academia, organizações sindicais, movimentos sociais rurais e ONGs relacionadas com a agricultura familiar e agroecologia. Fruto desta combinação de ideias, o PAA emergiu com um referencial de política pública que integra a política agrícola e a política de segurança alimentar e nutricional, diferenciando-se das demais políticas existentes até então para a agricultura familiar.

O Programa de Aquisição de Alimentos, articulando a compra de alimentos produzidos pelos agricultores familiares a ações de segurança alimentar e nutricional, trata-se do encontro da política agrícola com a política de segurança alimentar e nutricional, o que, implica uma determinada interpretação de segurança alimentar e uma dada compreensão da política agrícola e da agricultura familiar.

As instâncias de diálogo de Segurança Alimentar e Nutricional vinham buscando intervir nas políticas públicas de abastecimento e SAN desde o início da década de 1990 e, com a mudança na participação política de atores da referidas instâncias e a recriação do CONSEA a partir de 2003, passaram a ter uma participação mais ativa na construção e no monitoramento das políticas públicas, sendo o PAA uma destas (GRISA, 2012).

Resultado deste debate, em 2006, foi instituída a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), que entende por Segurança Alimentar e Nutricional - SAN a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Dentro da ótica aqui definida, pode-se afirmar que a segurança alimentar e nutricional está regida por determinados princípios. O primeiro deles é que a segurança alimentar e a segurança nutricional são como “duas faces da mesma moeda”, não podendo se garantir uma delas sem que a outra também esteja garantida. O segundo princípio está no fato de que somente será assegurada a segurança alimentar e nutricional através de uma participação conjunta de governo e sociedade, sem que com isto se diluam os papéis específicos que cabe a cada parte. Por fim, é preciso que se considere o direito humano à alimentação como primordial, que antecede a qualquer outra situação, de natureza política ou econômica, pois é parte componente do direito à própria vida (MALUF, 2000).

Segundo HESPANHOL (2007), todos os esforços investidos na construção de políticas públicas ainda não foram suficientes para transpor as barreiras das desigualdades no rural brasileiro já que não há uma efetiva política de desenvolvimento do campo que considere as suas várias dimensões e que contemple o seu perfil heterogêneo e multifuncional.

GRISA (2012) reforça, que apesar dos avanços, a desarticulação entre as políticas públicas, notadamente entre as políticas de incentivo à produção (crédito e assistência técnica) e as políticas de comercialização (PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, por exemplo), limitam o potencial do PRONAF em promover mudanças no padrão de desenvolvimento agrícola.

Em 2012 um novo marco surgiu com a PNAPO (Política Nacional de Agroecologia e produção Orgânica) que integrou os temas Segurança Alimentar, Agroecologia e Produção Orgânica, de modo a elaborar um Plano (PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica) envolvendo 10 ministérios e criando mecanismos de incentivo a agricultura familiar baseada na produção ecológica de alimentos e no Desenvolvimento Rural Sustentável.

Neste estudo abordaremos 2 principais políticas públicas que estimulam os mercados locais de alimentos (PAA e PNAE) e outras estratégias de circuitos curtos de mercado que possam estimular a agricultura familiar, a transição agroecológica e a segurança alimentar e nutricional em pequenos municípios, onde a demanda por alimentos ainda é crescente, embora ainda dependente de oferta externa.

3.2. Contribuições das compras públicas.

As compras públicas são instrumentos fundamentais para estimular a produção local de alimentos e conseqüentemente criar estratégias efetivas de segurança alimentar e nutricional.

Em municípios pequenos como Liberdade-MG este instrumentos tem uma importância singular já que direcionam uma demanda já existente por alimentos, criando um mercado local permanente que pode e deve ser acessado pelo agricultor familiar do município. Estes agricultores normalmente tem dificuldade de concorrer com produtos de origem externa (por preço, quantidade e até qualidade) e encontram um mercado mais seguro nas compras públicas. Com isso podem se desenvolver, serem reconhecidos pelos consumidores locais e atingir outros mercados também promissores.

3.2.1. O PAA

O PAA foi construído com um referencial de política pública que concilia elementos de política agrícola e componentes da política de SAN (Segurança Alimentar e Nutricional), o que implica em definições sobre quem produzirá, o que será produzido, o modo como vai fazê-lo e para quem. Com efeito, o apoio à agricultura familiar, o estímulo a produções agroecológicas e diversificadas, a incitação ao resgate, produção e consumo de alimentos locais, e o atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social são elementos considerados no PAA e que vão ao encontro do enfoque da segurança alimentar e nutricional (GRISA, 2012).

Criado em 2003, o referido programa é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção (BRASIL/MDA, 2011).

Parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social. Os produtos destinados à doação são oferecidos para entidades da rede

sócio assistencial, nos restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias e ainda para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal.

Outra parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações da agricultura familiar, para formação de estoques próprios. Desta forma é possível comercializá-los no momento mais propício, em mercados públicos ou privados, permitindo maior agregação de valor aos produtos. A compra pode ser feita sem licitação. Cada agricultor pode acessar até um limite anual e os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais.

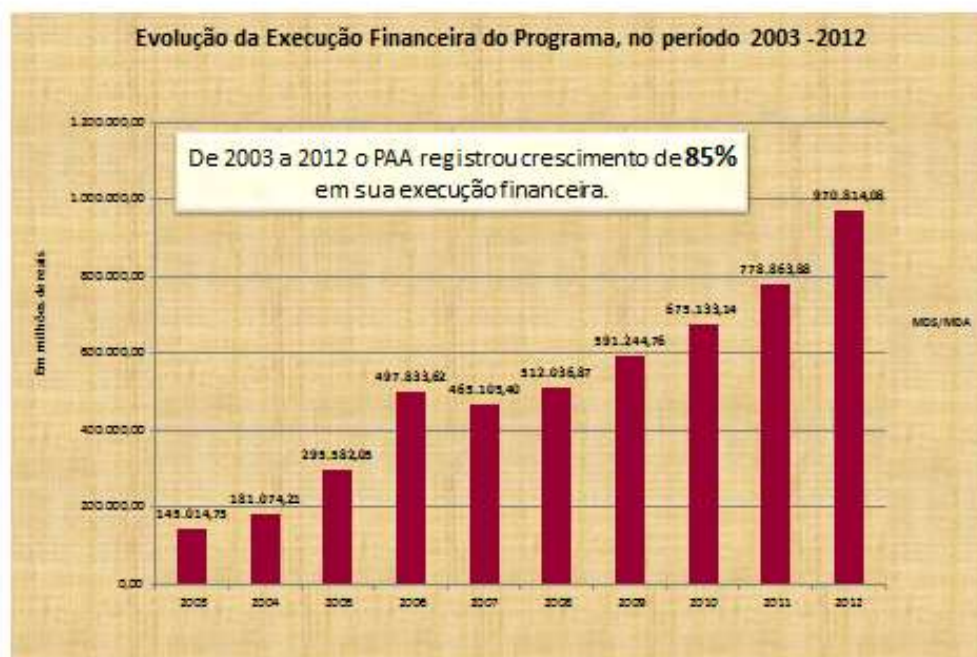
Segundo GRISA (2011), o PAA resultou da confluência de dois debates importantes da década de 90 no Brasil. O primeiro teve como questões centrais o combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira. O segundo debate foi dirigido ao reconhecimento da agricultura familiar como categoria social pelas políticas governamentais.

Portanto, o PAA contempla tanto as demandas de acesso aos alimentos das populações em situação de insegurança alimentar como as necessidades dos agricultores familiares de conseguir mercados para seus produtos.

O PAA foi criado como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero, tendo sido acompanhado ao longo de sua formulação e implementação pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e por diferentes organizações da sociedade civil. Sua operacionalização envolve diferentes mecanismos de aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Governo Federal, sendo alguns deles executados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e outros implementados por meio de convênios estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com governos estaduais e municipais.

O programa completou, no ano passado, uma década. Nesse período, mais de quatro milhões de toneladas de alimentos foram adquiridas de 388 mil agricultores familiares. Segundo dados do MDA (Ministério do desenvolvimento Agrário), já são 452 municípios e 23 estados, e está previsto em 2014 1,3 bilhão em compras da agricultura familiar. Apesar de ainda relativamente limitado em recursos e beneficiários, o programa tem dado contribuições importantes para a agricultura familiar e a segurança alimentar e nutricional no país.

Gráfico 1: Evolução da Execução Financeira do PAA no período de 2003-2012 (modalidade CPR/Estoque).



Fonte: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa/9807298>

Segundo SILVA (2011), as políticas públicas voltadas para o setor agrário, em especial a agricultura familiar tem desempenhado papel importante do Estado na intervenção no processo produtivo e comercial dos produtos agrícolas. A implementação do PAA no município de Bananeiras - Paraíba pôde garantir pela prefeitura local a compra da produção familiar, possibilitando maior estabilidade à atividade agrícola, garantindo ocupação e renda ao produtor em seu próprio local, incentivando a permanência e a inclusão social no campo e proporcionando melhores condições de vida.

Segundo GRISA et al (2011), o PAA, especialmente a modalidade Compra com Doação Simultânea (CPR-Doação), tem incitado mudanças importantes na matriz produtiva das unidades familiares, notadamente no que concerne à diversificação produtiva. O programa tem sido responsável por restaurar a policultura, predicado de um modo de vida camponês. Isso porque, em muitas regiões do Brasil, a modernização da agricultura conduziu os agricultores a ingressarem na especialização produtiva, na monocultura e na produção de commodities, não raro destinadas ao mercado externo, o que, por sua vez, expôs esses agricultores a contextos de acentuada vulnerabilidade social.

Nessas situações, o PAA tem se destacado por incentivar a diversificação, na medida em que conecta a oferta da produção familiar a uma demanda diversificada. Segundo algumas avaliações que tiveram como objeto de investigação a implementação do programa em diferentes ambientes rurais, muitos agricultores passaram a diversificar e valorizar produtos locais que, até então, eram depreciados ou não tinham seu valor comercial reconhecido. Frutas, verduras, produtos de origem animal e agroindustrializados são exemplos de alimentos adquiridos pelo PAA.

Segundo DORETTO E MICHELLON (2007) o programa possibilita a expansão da produção dos produtos já existentes no estabelecimento agropecuário e também de outros que podem ser cultivados no local, mas que por motivos de falta de demanda não são produzidos.

Para VIERA e VIANA (2009) o PAA tem influenciado os agricultores a permanecerem ou a retornarem ao modo específico de funcionamento do campesinato, principalmente em relação ao sistema de policultivo e à diversificação da produção.

Além da diversificação, o PAA incentiva a produção em bases agroecológicas ou orgânicas, ou seja, apoia sistemas de produção que prezam pela preservação do meio ambiente, pela valorização da biodiversidade, pelo aproveitamento dos recursos locais, pela utilização de sementes crioulas e pelo respeito à diversidade cultural e aos saberes locais (GRISA et al, 2011).

Segundo SURITA (2004) o PAA em São Lourenço do Sul e Pelotas (RS), são emblemáticos nesse sentido, pois todos os itens adquiridos pelo programa são produzidos com métodos ecológicos.

O PAA também estimula a produção e o consumo de alimentos regionais. Isso se traduz em resgate e preservação de muitos costumes, hábitos e culturas que vinham sendo esquecidos ao longo das gerações. Segundo PANDOLFO (2008) o PAA auxiliou a revitalizar os moinhos coloniais, uma marca da agricultura familiar regional que vinha arrefecendo em Tenente Portela (RS).

Conforme DELGADO et al (2005) o PAA também tem contribuído para o aumento, a diversificação e a melhoria da qualidade da alimentação das famílias produtoras. Esse é um aspecto importante do programa em relação a Segurança Alimentar e Nutricional. Segundo DORETTO E MICHELLON (2007), houve mudança nas duas extremidades das cadeias agroalimentares, isto é, na expansão da área de produção, principalmente pelas técnicas desenvolvidas e também nos hábitos alimentares da população. O PAA tem ajudado a melhorar a alimentação da família devido à diversificação da produção, assegurando assim sua “sobrevivência imediata” (VIERA E VIANA, 2009).

De acordo com TRICHES E FROEHLICH (2008), o PAA tem contribuído para reconectar a produção ao consumo local respeitando a sazonalidade, a proximidade, os atributos de qualidade, o saber-fazer local, as relações sociais, etc.

Conforme GRISA et al (2011) isso significa novas possibilidades de ingressar no mercado e, ao mesmo tempo – sobretudo para as famílias do Sul e Centro-Oeste do Brasil –, oportunidades para distanciar-se dos mercados de *commodities* agrícolas que se mostram inadequados às especificidades dessa categoria social, principalmente no que se refere à escala de produção e ao padrão tecnológico. Além da garantia de mercado, as normas do PAA permitem que as aquisições sejam feitas com base em preços de referência, que devem levar em conta as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar. Trata-se de uma inovação, considerando que a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) sempre utilizou mecanismos de aquisição de caráter universal.

Conforme DELGADO et al (2005) o programa também tem colaborado para a recuperação dos preços regionais recebidos pelos agricultores, havendo casos em que o simples anúncio da compra pública foi suficiente para elevar a cotação de um produto. Segundo PANDOLFO (2008), referindo ao município de Tenente Portela (RS) após o início do PAA, os feirantes notaram um aumento na procura de suas barracas na feira, isso porque, como a maioria deles também comercializa através do programa seus produtos, estes se tornaram mais conhecidos, valorizados e demandados pelas pessoas atendidas pelas doações do programa.

A criação desses novos mercados é estratégica diante da preocupação de que os agricultores familiares não se tornem dependentes do PAA. O objetivo é fazer deste apenas um *ponta-pé inicial* para a inserção nos mercados (GRISA ET AL, 2011).

Observa-se que o acesso de associações/cooperativas ao PAA e o envolvimento destas com outras instituições têm contribuído para o seu próprio fortalecimento. As Associações/cooperativas passam a ter maior conhecimento sobre gestão administrativa e mercados, assim como constroem um capital social que lhes concede maior reconhecimento social, político e econômico, permitindo o acesso a outros recursos fundamentais. Assim como tem incitado o surgimento de novas associações (GRISA et al, 2011).

Conforme SILVA (2011) as políticas agrícolas implantadas no município de Bananeiras-PB, segundo dados da EMATER local, trouxeram impactos econômicos mediante a verificação das diferenças na renda auferida pelos participantes, mas elevadas em relação àqueles que não participam do mesmo. Revelam ainda, as muitas transformações nos sistemas produtivos, tais como: o plantio de novos produtos, a utilização de tecnologias, a ampliação da área, etc. Os impactos nos sistemas produtivos foram à diversificação e a expansão da área.

Algumas análises também sinalizam a necessidade de uma participação mais ativa do poder público municipal, sobretudo na modalidade *Compra com Doação Simultânea*, particularmente no que se refere à estruturação de uma logística adequada para a implementação do programa. Relações sinérgicas entre organizações e administrações locais podem contribuir para ampliar os resultados do PAA (GRISA et al, 2011).

Dentre as limitações apontadas por GRISA (2011) estão: o desconhecimento e a falta de informação por muitos agricultores em relação ao programa e as instâncias, não atender o público mais carente e exigir contrapartida em organização, a exigência do DAP como limitação e atraso na liberação do recurso. Outras dificuldades são: o transporte da produção, a falta de assistência técnica e de estruturas inadequadas de armazenamento e conservação dos alimentos.

Segundo SILVA (2011) os fatores que corroboram com a dificuldade na comercialização junto PAA são: a sazonalidade e o custo de produção, que se torna elevado, em detrimento da falta de mecanismo que possibilite uma maior produção com um menor custo unitário, além da falta de mercado e o atravessador, acompanhados das leis de fiscalização sanitária.

Para DORETTO E MICHELLON (2007) o PAA pode sofrer melhorias se apoiado nas seguintes ações: que a CONAB possa estar mais próxima do município para coibir a politicagem entre as entidades com potencial de serem proponentes junto ao PAA;; fortalecer o Conselho Gestor nos municípios para que a sociedade organizada possa de fato exercer a sua função de acompanhar e corrigir os rumos das ações públicas no âmbito do município; no sentido de poder rastrear as ações do programa no município, pelo Conselho Gestor ou pela Coordenação do programa, seria importante que cada agricultor emitisse Nota do Produtor para cada produto entregue à entidade proponente; eliminação do descompasso entre o período da liberação dos recursos e o da produção agrícola.

De acordo com NETO, M.P.N. (2012) os principais pontos negativos do PAA estão no aspecto burocrático e descontinuo da política, não proporcionando assim progressos mais expressivos por parte dos agricultores, e estas dificuldades tem incentivado os mesmos a aderirem ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

3.2.2. O PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar tem sua origem no início da década de 40, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta de o governo federal oferecer alimentação ao escolar. Porém, não havia disponibilidade de recursos financeiros. Na década de 50, pela primeira vez, se estruturou um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública. Em 31 de março de 1955 foi instituída a Campanha de

Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação, que em 1956 passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional. No ano de 1965, o nome da CNME foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) e surgiu um elenco de programas de ajuda americana, entre os quais destacava-se o Programa Mundial de Alimentos, da FAO/ONU (Food and Agriculture Organization/Organização das Nações Unidas). E somente em 1979 passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). (BRASIL/FNDE, 2009).

Embora o PNAE tenha sido criado em 1979, somente com a promulgação da Constituição Cidadã em 1988, foi assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental, como programa complementar à política educacional. Em 1993, inicia-se o processo de descentralização dos recursos financeiros destinados ao PNAE para os estados e municípios com o intuito de aperfeiçoar o desempenho; introduzir mudanças na sistemática de compras; implantar a produção alternativa de alimentos; e utilizar produtos básicos in natura e semi-elaborados da localidade, o que permitiu melhorar a aceitabilidade das refeições e diversificar os cardápios (ABREU, 1995).

Dessa forma, mudanças significativas têm sido observadas na operacionalização do Programa, que se refletem na melhoria da qualidade dos serviços. Alterações na sistemática de compras, implantação de produção alternativa de alimentos e utilização de maior volume de alimentos in natura foram os procedimentos incorporados ao PNAE, especialmente nas duas últimas décadas (BORGES, 2005).

A partir de junho de 2009, a Lei nº 11.947 determinou que pelo menos 30% do valor destinado à alimentação escolar brasileira deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar. Em seu artigo 14 estabelece que “do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (BRASIL/FNDE, 2009).

A aquisição de gêneros alimentícios é realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas. As escolas poderão complementar a demanda entre agricultores do território rural, estado e país, nesta ordem de prioridade.

O Programa é atualmente coordenado nacionalmente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação. O referido órgão é responsável pelo repasse dos recursos financeiros para aquisição de alimentos, cabendo aos Estados e Municípios complementar estes recursos além de cobrir os custos operacionais (STURION et al., 2005).

O PNAE está inserido na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) desde 2005 como um dos seus eixos estruturantes de acesso aos alimentos.

Experiências em vários países europeus com programas governamentais de alimentação escolar mostram que o poder público tem papel decisivo em relação aos mecanismos de aquisição de alimentos, ao incentivo de determinados modelos de produção sustentáveis e de saúde pública (DAROLT et al., 2013).

Segundo RIBEIRO et al. (2013) o PNAE cria mecanismos para o fortalecimento dos agricultores familiares, a formação de hábitos alimentares saudáveis e o desenvolvimento local dos municípios brasileiros, por meio de compras públicas e permite o fortalecimento da agricultura familiar.

Os programas escolares representam uma forma de combinar refeições culturalmente apropriadas, emprego local e compra direta de alimentos regionais frescos e/ou prontos (FRIEDMANN, 2000).

O PNAE tem sido um instrumento capaz de legitimar a sustentabilidade nas suas diferentes dimensões, pois busca a localização e a regionalização da alimentação escolar e constitui-se em expressivo mercado consumidor de diferentes demandas reprimidas da economia urbana e rural (RIBEIRO et al., 2013).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) aponta como principais oportunidades do PNAE para a Agricultura Familiar: a capacidade de produção da agricultura familiar como fornecedora de alimentos diversificados e de qualidade; a sensibilização crescente das Prefeituras para vislumbrar o PNAE como instrumento de desenvolvimento local; e a conscientização crescente da sociedade para a necessidade de hábitos alimentares saudáveis, preservação das tradições alimentares locais e da produção com baixo impacto ambiental (BRASIL/MDA, 2011).

Outras oportunidades merecem destaque como a segurança e a garantia de comercialização dos produtos da agricultura familiar com quantidades, periodicidade, tipo de embalagem e preços negociados previamente; o aumento da circulação de riquezas no âmbito local, do dinamismo na economia local e desconcentração da renda regional, estimulando também outras atividades; potencial da agricultura familiar se estruturar de modo mais profissional para a comercialização e a inserção no mercado; possibilidade de incorporação de produtos orgânicos/agroecológicos na Alimentação Escolar, disseminando sistemas de produção de menor impacto ambiental (BRASIL/MDA, 2011).

Segundo PACHECO et al (2010) é nesse sentido que a agricultura ecológica familiar e camponesa deve, por direito, ser considerada a principal fornecedora dos mercados institucionais, em particular o Programa Alimentação Escolar que é o maior comprador público de alimentos.

Segundo DORETTO E MICHELLON (2007) é justo servir alimentação escolar de qualidade, pois o tempo de deslocamento(ida e volta) das crianças da área rural até a escola é grande, aliada à baixa condição de vida das famílias e principalmente porque boa parte delas tem no período de permanência na escola o maior suprimento alimentar diário.

Conforme RIBEIRO et al. (2013) é importante a continuidade, afirmação e ampliação deste programa e o engajamento dos administradores do ensino público como secretários estaduais e municipais, prefeitos, coordenadores, diretores, professores, agentes educacionais e comunidade escolar para incentivar esta conquista que pode dar sentido à uma política de segurança alimentar e nutricional.

Segundo SILVA (2011) fatores que corroboram com a dificuldade na comercialização junto ao PNAE, assim como no PAA, referem-se a sazonalidade e o custo de produção, que se torna elevado, em detrimento da falta de mecanismo que possibilite uma maior produção com um menor custo unitário, além da falta de mercado e o atravessador, acompanhados das leis de fiscalização sanitária. Por outro lado, um fator importante para a execução desses programas no município são os incentivos a produção por meio de Assistência Técnica, Corte de Terra e Distribuição de Sementes que proporcionam ao homem do campo condições de trabalho, produção e renda SILVA, 2011).

Para tanto, é necessário que os atuais obstáculos legais e normativos sejam removidos. A sinergia entre esses dois programas (PAA e PNAE), não apenas potencializa a produção agroecológica e o desenvolvimento local, como também valoriza as culturas alimentares e os alimentos regionais, a alimentação de qualidade das crianças e das famílias, possibilitando, inclusive, a implementação de ações educativas em alimentação e nutrição (RIBEIRO et al., 2013).

3.3. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA)

No Brasil a maioria dos produtores de base ecológica com bons resultados de comercialização em circuitos alternativos tem utilizado principalmente três canais de vendas (feiras do produtor, cestas em domicílio e, mais recentemente, os programas de governo – PAA e PNAE), mas há uma gama de alternativas que se desenvolvem junto com o crescimento da demanda. Entre elas existe a opção de vendas nas propriedades associadas em circuitos de turismo rural, restaurantes, lojas especializadas, cooperativas de consumidores, vendas em rede via circuitos de circulação e comercialização, além de vendas em lojas virtuais pela internet (DAROLT et al., 2013).

Um dos canais de venda que vem se desenvolvendo no Brasil mais recentemente, além das compras públicas é conhecido como CSA (Community Supported Agriculture) ou em português Comunidade que Sustenta a Agricultura.

O CSA é um formato de trabalho em rede em que o agricultor deixa de vender unicamente seus produtos no mercado competitivo (muitas vezes por meio de intermediários) para vender os produtos agroecológicos diretamente aos consumidores conscientes e, com isso, passa a contar com uma rede de apoio que viabiliza a organização e o financiamento de sua produção, colaborando para o desenvolvimento sustentável da região e estimulando um comércio justo, solidário e direto.

Ao vender os seus produtos localmente, produtores esperam melhorar a renda e diminuir o poder dos intermediários, mantendo a sua autonomia para decidir sobre o que produzir, como produzir e para quem vender. Ao comprar diretamente, os consumidores expressam seu desejo de apoiar a economia local, bem como estreitar o relacionamento com os produtores (DAROLT, 2008).

O sistema de agricultura apoiada pelo comunidade (CSA) é um contrato de parceria que se baseia no pré-financiamento total da produção pelos consumidores. Esse pré-financiamento permite fornecer um crédito antecipado para os agricultores no fomento à produção. No sistema convencional habitualmente o agricultor arca com todo o risco da produção. Esse sistema permite que os riscos dos agricultores sejam diminuídos e compartilhados com os consumidores, com vantagens para os dois lados (DAROLT, 2008).

O funcionamento depende da forma como o orçamento agrícola é apoiado pelos consumidores e como os produtores, em seguida, entregam os alimentos. Existem casos que vão desde a participação dos consumidores nos trabalhos de campo até a colheita pelos consumidores, passando por uma grande diversidade de práticas: coleta de cestas na propriedade pelos consumidores, fornecimento de ingredientes das cestas a granel pelo produtor e, em seguida, preparação das cestas por um grupo de consumidores para os outros membros, pontos de entrega centralizados, e até entrega individual de cestas no domicílio dos consumidores.

Todos os custos de *marketing* são eliminados. Assim, os consumidores e os produtores podem juntos criar uma “agri-cultura” alimentar baseada nas culturas da época e nas características socioculturais da região, compartilhando tanto as suas responsabilidades pela produção dos alimentos, quanto pela conservação da paisagem e do solo.

O valor pago mensalmente por cada família consumidora baseia-se não apenas no custo de produção de cada item, mas também num valor adicional que corresponde a um “custo de vida” do produtor, ou seja, um valor para que o produtor tenha uma qualidade de vida em igualdade de condições com os consumidores, envolvendo seus custos com a manutenção e investimentos na propriedade, além da sua moradia, vestuário, educação, saúde e cultura.

Segundo ADAM (2006) as perspectivas para os sistemas alimentares locais integrados, incluindo os modelos CSA, são muito promissores para melhorar a segurança alimentar local.

Conforme LAMB (1994), o CSA fomenta o consumo local de alimentos,

possibilitando um incremento na variedade de alimentos ofertados localmente. Por consequência fortalece a Segurança Alimentar e Nutricional e se mostra uma excelente estratégia complementar as compras públicas.

SHARP et al. (2002), em entrevistas com consumidores, registrou que a escolha destes pelo CSA se dava principalmente pela intenção de fortalecer o sistema local agroalimentar e consumir alimentos de qualidade, aspectos fundamentais da Segurança Alimentar e Nutricional.

Segundo CASTELO BRANCO et al. (2011) alguns consumidores das cidades brasileiras pesquisadas em relação ao sistema CSA se mostraram dispostos a participar deste tipo de projeto principalmente pela possibilidade de receberem alimentos frescos e produzidos organicamente no meio rural, reforçando a escolha por qualidade do alimento.

CASTELO BRANCO et al. (2011) ainda aponta como vantagens: garantir o capital inicial para a produção, aumentar a produção local de alimentos de boa qualidade com baixo impacto ambiental, melhorar as relações sociais e na comunidade e incrementar a economia local. E como dificuldades: pressão para produzir variedade por um longo período de tempo, necessidade de planejar bem a produção para evitar falta ou excesso de produtos e satisfazer o desejo dos consumidores em alguns itens.

Do lado do produtor, o pré-financiamento garante boa parte do escoamento da produção e uma renda antecipada. Além disso, o produtor também ganha tempo na venda e diminui as perdas, pois não precisa selecionar nem embalar os produtos entregues pelas cestas, etapas que são obrigatórias em outros canais de comercialização. Outro ponto positivo para o agricultor é a aproximação e a fidelização da clientela, o que permite agregar outras funções à propriedade, como um restaurante rústico, uma pousada ou passeios e lazer (DAROLT, 2008).

Esses sistemas alternativos podem contribuir para uma transformação das relações de poder no âmbito dos sistemas alimentares, incluindo um maior peso e participação de consumidores e produtores na definição dos modos de produção, transformação e consumo. A evolução de mercados baseados em circuitos alternativos pode contribuir para mudança de hábitos de consumo dos consumidores em relação à alimentação saudável ao mesmo tempo em que cria novos mercados para a produção de base ecológica. Não se trata de um ganho em escala (quantidade), mas em qualidade, criando novas relações sociais, novos valores e resgate da autonomia dos agricultores (DAROLT et al., 2013).

Portanto, o CSA apresenta-se como uma alternativa de mercado local complementar aos programas de compras públicas (PAA e PNAE). Por um lado permite certa independência em relação as políticas governamentais, mas exige maior conscientização do consumidor para seu pleno desenvolvimento. Na realidade estes canais de comercialização apresentam um enorme potencial de sinergia: as compras públicas com seu fundamental papel de estimulador inicial da produção de alimentos e do desenvolvimento dos mercados locais e a agricultura sustentada pelo consumidor estreitando cada vez mais a relação produtor-consumidor.

3.4. Estratégias e possíveis arranjos

Quando pensamos no desenvolvimento rural, no fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, baseados no enfoque da segurança alimentar e nutricional, entendemos a necessidade de atuarmos em 2 principais frentes: oferta de alimentos em quantidade e qualidade, e acesso da população aos mesmos. A oferta está basicamente vinculada ao desenvolvimento da produção e seus mecanismos de fomento: crédito, Assistência Técnica e Extensão Rural, entre outros, enquanto o acesso aos alimentos está vinculado ao desenvolvimento dos mercados locais onde estes produtos possam circular a preços competitivos em relação aos alimentos vindos de fora, além de outras políticas que os disponibilizem aos menos favorecidos de renda.

Para que estas frentes possam se desenvolver concomitantemente é preciso pensar em uma política pública que agregue estratégias de produção, abastecimento e consumo local de alimentos. E estas estratégias podem ser integradas em uma Política Municipal de Segurança Alimentar.

Segundo COSTA e MALUF (2001) Os programas e ações nas diversas áreas abrangidas por uma política municipal de segurança alimentar devem ser orientados por cinco diretrizes gerais, a saber:

1. promover a produção rural e urbana e a comercialização de alimentos realizadas em bases socialmente equitativas;
2. ampliar o acesso a uma alimentação de qualidade e regular as condições em que os alimentos são disponibilizados à população;
3. promover a educação alimentar e a organização dos consumidores na defesa dos seus direitos;
4. universalizar e assegurar a qualidade dos programas alimentares com caráter suplementar ou emergencial dirigidos a grupos populacionais específicos;
5. estimular a participação da sociedade civil na formulação e na implementação da política de segurança alimentar e apoiar as iniciativas não-governamentais.

Cunha (1997), cita que a partir das experiências de políticas e programas de SAN estabeleceu-se um referencial metodológico que define 4 principais elementos: a hierarquia da principal unidade administrativa, o grau de nucleação de políticas, parcerias, participação popular e articulação inter-institucional e indicadores de cobertura e eficácia.

Segundo NABUCO in BELIK (2000), para a implementação de uma Política eficaz de Segurança Alimentar e Nutricional, os municípios devem antes diagnosticar o funcionamento do mercado de alimentos. Além disso, é importante pensar nas estratégias de aumento da oferta de produtos agrícolas, vinculadas a um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável. Tal plano também deve ser elaborado, baseado em um diagnóstico participativo. Desta forma, os diagnósticos prepararão as condições para a prática de políticas locais no setor.

Conforme BURLANDY et al. (2006) a questão alimentar pode ser aglutinadora de recursos sociais para desencadear processos virtuosos, ao mesmo tempo em que as questões ligadas a alimentação e nutrição podem cumprir um papel de ordenamento social. Pode-se dizer, portanto, que a Segurança Alimentar e Nutricional, mas do que um objetivo do desenvolvimento, é um dos eixos orientadores de estratégias e políticas para que este venha a ocorrer.

Devemos considerar que cabe ao Estado intervir na cadeia agroalimentar, no sentido de corrigir distorções que o mercado impõe na distribuição e na comercialização dos alimentos, permitindo aos setores excluídos ter acesso a alimentação em quantidade e qualidade compatíveis com suas necessidades diárias. Mas, o poder público, não necessariamente deve operacionalizar todas as suas ações neste sentido, sendo que pode e deve fazê-lo em parceria com produtores rurais, agentes econômicos privados, representantes da sociedade civil, organizações governamentais e não governamentais (NABUCO in BELIK, 2000).

De acordo com CUNHA et al in BELIK (2000), reúnem-se sob o conceito de segurança alimentar programas e projetos com distintas formas de organização, metodologia operacional, financiamentos e objetivos. Diferentes arranjos locais dão origem a inúmeras formas de parceria inter e intra-governamentais e diversos graus de participação popular na operacionalização e coordenação dos programas.

Portanto, uma premissa, para que estas políticas possam se consolidar, é o estabelecimento de parcerias e envolvimento dos atores desde o processo de diagnóstico, idealização e elaboração de propostas. Isso pode se dar efetivamente através da criação e funcionamento de conselhos municipais, neste caso mais especificamente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e/ou do Conselho Municipal de Segurança Alimentar.

Segundo Nabuco (2000), a criação deste fórum tem o papel de definir as prioridades que serão incluídas no Plano Plurianual, além de participar na determinação e fiscalização de gastos efetuados pelo poder público.

Portanto, outro ponto fundamental é a definição de ações específicas dentro do Plano Plurianual e de forma integrada e articulada entre as secretarias, diretorias e departamentos municipais. A Segurança Alimentar e Nutricional trata-se de um eixo estratégico e transversal e deve ser abordado de forma integrada no Plano Plurianual, definindo linhas de intervenção e metas conjuntas, e prevendo recursos para sua execução. Segundo COSTA e MALUF (2001) a introdução, nos programas de governo, da ótica da segurança alimentar como aqui definida, implica a articulação e a integração entre os distintos programas municipais que guardam relação com aquele objetivo, nas áreas da produção e do abastecimento alimentar, da saúde, da educação, etc.

Nos pequenos municípios há um déficit de recursos humanos capacitados para atuar com os referidos temas. O estabelecimento de uma equipe técnica, que possa dar continuidade as ações definidas na políticas, programas ou projetos, independente da troca de administração pública, é fundamental. Os técnicos devem estar apropriados de uma ATER Agroecológica, de modo que possam atender as demandas da agricultura familiar e do pequeno agricultor, não só referentes a produção em bases ecológicas, mas em relação ao estabelecimento dos circuitos curtos de mercado e até da organização social dos produtores.

Conforme SILVA (2011) um fator importante para a execução desses programas nos municípios (PAA e PNAE) são os incentivos a produção por meio de Assistência Técnica, Corte de Terra e Distribuição de Sementes que proporcionam ao homem do campo condições de trabalho, produção e renda.

Neste sentido a existência de uma Secretaria ou Departamento de agricultura e pecuária é uma ação prioritária para o estabelecimento de um sistema de ATER municipal eficaz que possa atender, juntamente com os órgãos oficiais das demais esferas de governo, as referidas demandas da agricultura familiar agroecológica.

Atualmente existem linhas de financiamento para ATER agroecológica, inclusive o PLANAPO (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica) prevê recursos por lotes de agricultores/regiões, afim de aumentar a atuação das organizações no setor, incluindo organizações não governamentais e representativas dos agricultores como executoras dos programas de Assistência Técnica. Este canal pode atender um numero expressivo de agricultores e complementar expressivamente a ATER oficial existente, embora ainda existam muitas restrições para acesso a estes recursos, principalmente relativas a documentação e infraestrutura exigida das entidades proponentes. Isso dificulta muito a participação de organizações representativas dos próprios agricultores nestes processos.

É importante também a consolidação de uma unidade administrativa municipal específica de Segurança Alimentar e Nutricional, que integre e fortaleça outros departamentos existentes que se referem ao tema, quais sejam agricultura, assistência social, saúde e educação. Esta ação pode ainda prever recursos orçamentários e juntamente como os conselhos municipais estabelecer fundos, viabilizando recursos financeiros de outras fontes e até fontes externas.

Integrar a Segurança Alimentar e Nutricional às ações de meio ambiente e turismo é uma alternativa interessante, em se tratando de municípios com potencial rico em atributos naturais, onde existem Unidades de Conservação. Inclusive, nestes casos existem recursos

orçamentários de ICMS Ecológico que podem ser aplicados nos referidos fundos municipais que apoiem o desenvolvimento rural, a agroecologia e a segurança alimentar e nutricional.

Ainda que as ações de Segurança Alimentar estejam dispersas entre os diversos níveis federativos e em setores não governamentais, a instância local ou municipal, assume um papel estratégico na nova conformação federativa. A descentralização das políticas públicas, que vêm atribuindo cada vez mais responsabilidades e recursos para os municípios, redefine um campo de articulação em torno do município que é capaz de articular ações de saúde e educação à de Segurança Alimentar (CUNHA E BORGES, 1997).

Outras ações que se relacionam com a ampliação da comercialização também devem ser contempladas em uma Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Uma estratégia interessante é a criação de espaços de comércio local para ampliar os circuitos curtos de mercado e aproximar a relação produtor-consumidor, conforme apresentado em capítulos anteriores. SEVILLA-GUZMÁN E SOLER (2010) reforçam a importância da construção de sistemas agroalimentares alternativos, de forma a reequilibrar as relações de poder entre produção e consumo, criando maior aproximação entre agricultores e consumidores.

Neste sentido os programas de compras públicas (PAA e PNAE), aliados a outras possibilidades de comercialização local, tais como a feira do produtor local, o CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura), entregas à domicílio, entre outros devem ser estimulados. Estes tem um enorme potencial de desenvolvimento no município, à medida que haja concomitantemente apoio direto a produção agrícola, de modo que o aumento da oferta local de alimentos faça frente ao crescimento de sua demanda.

Conforme DAROLT (2013) no Brasil, a maioria dos produtores de base ecológica com bons resultados de comercialização em circuitos curtos tem utilizado pelo menos dois canais de venda (feiras e programas de governo), mas há uma gama de alternativas que se desenvolvem junto com o crescimento da demanda. Entre elas existe a opção de cestas em domicílio, vendas na propriedade associadas a circuitos de turismo rural, restaurantes, lojas especializadas e cooperativas de consumidores, além de vendas em lojas virtuais pela internet.

Neste sentido reforça-se a necessidade de ampliação dos canais de comercialização direta, fundamentada pela existente demanda de consumidores por estes produtos, criando localmente uma diversidade de canais de comercialização, de modo que os produtores não fiquem dependentes das compras públicas ou mesmo de outros canais de comercialização de iniciativa privada.

Para DAROLT (2008) formas de comercialização em rede com certificação participativa e presença de consumidores no processo devem se desenvolver, pois além do aspecto social conseguem atender a aspectos econômicos como bom preço, diversidade, regularidade, quantidade e qualidade demandadas pelos consumidores. Além disso, as redes fortalecem os circuitos curtos como as feiras, os pequenos varejos, os restaurantes e os programas de governo.

Outra estratégia considerada por NABUCO (2000), é a regulação do mercado através da ocupação geográfica da cidade, de modo que haja uma articulação que garanta manutenção de espaços de comercialização direta com regulação de preços em todo o município. Em se tratando de municípios pequenos, ocupar estrategicamente a cidade, significa ampliar formas de comercialização direta e melhor estruturar as já existentes, de modo que se estabeleçam padrões de higiene e apresentação de produtos, controle de qualidade e preço, o que torna os espaços de comercialização mais atrativos para o consumidor.

O consumidor consciente busca nos mercados locais produtos com a cara do produtor, nos quais sejam ressaltadas as características locais das comunidades, como as tradições, o modo de vida, a valorização do saber-fazer, o cuidado com a paisagem, além de produtos ecológicos, de época e com preços justos. Esse conjunto de características singulares pode ser

a marca local que os consumidores procuram. Não se trata apenas de um ganho em escala (quantidade), mas, sobretudo, em qualidade. Isso cria novas relações sociais, novos valores e resgate da autonomia dos agricultores (DAROLT, 2008).

Conforme KNEAFSEY et al.(2008) os consumidores estão cada vez mais atentos a origem e qualidade dos produtos e querem saber de onde os produtos vem, como são produzidos e quem os produzem. Além disso, se importam com o preço justo tanto pago ao produtor como acessível ao consumidor, garantindo alimentos de qualidade. E estão se conscientizando do papel fundamental dos sistemas agroalimentares locais no desenvolvimento local.

Uma questão fundamental nas estratégias e possíveis arranjos é entendermos os limites de se pensar na escala municipal, apesar de ser um recorte primordial, ou seja, uma alavanca necessária para qualquer arranjo de caráter regional ou territorial. Nabuco, M. R. et al (2000), aponta que o conhecimento e a análise da inserção do município na produção e na comercialização regionais de alimentos são tarefas indispensáveis para o conhecimento do mercado, identificando potencialidades para a ampliação da produção e do consumo alimentares. PEREZ-CASSARINO (2012) ressalta a importância dos Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL) pelos quais se busca compreender e articular a ação dos atores tendo como foco o território.

Conclui-se que o enfoque da Segurança Alimentar e Nutricional pode trazer contribuições importantes para o desenvolvimento rural em bases sustentáveis e depende de uma diversidade de ações que se executadas de forma integrada podem fortalecer a economia local e criar as bases para arranjos regionais e territoriais. A diversidade de canais de comercialização aponta para uma maior aproximação entre produtores e consumidores e garantia das necessidades de ambos, criando conexões e arranjos mais resilientes.

CAPÍTULO IV – O abastecimento de alimentos em Liberdade-MG e potencialidades para a Segurança Alimentar e Nutricional.

Liberdade apresenta condições de produzir grande parte de seus alimentos, embora tenha um mercado abastecido por produtos do CEASA de Andrelândia, Juiz de Fora e Belo Horizonte e pouco estímulo a produção local de alimentos. Algumas iniciativas vem despontando neste cenário de ampliação da segurança alimentar e nutricional municipal, por meio do esforço de órgãos públicos locais, ONGs e agricultores, mas as informações estão ainda pouco sistematizadas e o potencial de parceira pouco desenvolvido.

No intuito de entender quais os principais entraves deste processo e as potencialidades existentes o presente trabalho realizou um diagnóstico da situação do abastecimento municipal de alimentos a partir da percepção dos atores envolvidos neste processo.

Segundo NABUCO e PORTO (2000) a elaboração de um diagnóstico sobre as condições em que se dá o fluxo de abastecimento alimentar é um importante passo para colocar em prática as políticas públicas municipais de Segurança Alimentar.

Isso se dá conhecendo-se os agentes que participam da cadeia agroalimentar no município, produtores, intermediários e consumidores, e a parcela da população que tem sua segurança alimentar ameaçada por problemas de insuficiência de renda (NABUCO E PORTO, 2000).

O diagnóstico também tem um caráter informativo na medida em que os dados levantados são levados de um público a outro, de modo a preparar as condições para a prática de políticas locais, acrescidas da divulgação de informações.

4.1 Bases Metodológicas

Para realização do referido diagnóstico utilizou-se como ferramenta metodológica a pesquisa qualitativa para levantamento das informações e documentos existentes e das percepções dos agricultores, comerciantes, gestores públicos e de organizações não governamentais e consumidores sobre o abastecimento municipal de alimentos e a segurança alimentar e nutricional no município.

Os procedimentos utilizados, de natureza qualitativa, produzem resultados que não são alcançados por meios estatísticos, pois dependem da observação e da interação com pessoas, através da linguagem e dos termos por elas utilizados.

Segundo SPINK (2004) a escolha do método qualitativo tem por base a natureza social do problema. Dessa forma é possível obter detalhes intrincados sobre o processo de intervenção em questão e informações difíceis de obter por meio de métodos de pesquisa quantitativos, uma vez que transitam em um universo de significações, motivos, crenças e valores.

Nessa perspectiva, primeiramente realizou-se o levantamento bibliográfico e a pesquisa documental sobre o universo de estudo, para situar a pesquisa no contexto local. Deste modo, partimos de dados existentes em pesquisas anteriores e informações dos gestores públicos e de organizações não governamentais atuantes no município.

Documentos e registros diversos são importantes para a pesquisa qualitativa, pois podem fornecer detalhes para corroborar e valorizar dados de fontes distintas, bem como podem apresentar indícios para outros questionamentos e elementos, além de averiguar a veracidade de informações fornecidas verbalmente. Assim como podem possibilitar uma visão histórica dos fatos ou da instituição abordada (HODDER, 2000; YIN, 2005).

O segundo procedimento metodológico foi a realização de entrevistas com objetivo de obter dos entrevistados depoimentos que permitissem responder às questões da pesquisa. Para

tanto, optou-se por roteiros semiestruturados, os quais combinam perguntas fechadas e abertas, que segundo MINAYO et al. (2005) possibilitam ao entrevistado discorrer sobre o tema abordado sem se limitar a indagação formulada.

Foram aplicados 4 roteiros distintos (anexos 1, 2, 3, 4 e 5) visando captar as distintas questões e percepções que envolvem as diferentes esferas de atores entrevistados: gestores (públicos e de organizações não governamentais), comerciantes, agricultores e consumidores. Foram entrevistados durante os trabalhos em campo, 12 agricultores, 3 comerciantes, 6 gestores públicos, 3 gestores de ONGs e 4 consumidores. As entrevistas foram realizadas em 5 etapas de campo de 3 dias cada, durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2013 e fevereiro e março de 2014. Os gestores públicos e de ONGs (Organizações Não Governamentais) entrevistados foram selecionados em função dos cargos estratégicos que ocupam em relação ao tema abordado. Os agricultores foram escolhidos por sorteio, a partir da lista de DAPs (Declarações de Aptidão ao PRONAF) do município. Os consumidores foram convidados aleatoriamente durante visita a feira do produtor e mercados. E os comerciantes selecionados foram os 3 maiores mercados de hortifrúti da cidade.

Autores como TRIVIÑOS (1987) e MANZINI (1990/1991) têm tentado definir e caracterizar o que vem a ser uma entrevista semiestruturada. Para TRIVIÑOS (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Para MANZINI (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Um ponto semelhante, para ambos os autores, refere-se à necessidade de perguntas básicas e principais para atingir o objetivo da pesquisa. Dessa forma, MANZINI (2003) salienta que é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. O roteiro serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante.

A natureza das perguntas básicas para a entrevista semiestruturada também foi estudada por ambos os autores (TRIVIÑOS, 1987; MANZINI, 1995, 2001, 2003). Ao se referir aos tipos de perguntas na entrevista semiestruturada, TRIVIÑOS (1987) faz uma diferenciação embasada no tipo de vertente teórica: fenomenológica ou histórico-estrutural (dialética).

Numa linha teórica fenomenológica, o objetivo seria o de atingir o máximo de clareza nas descrições dos fenômenos sociais. Assim, as perguntas descritivas teriam grande importância para a descoberta dos significados dos comportamentos das pessoas de determinados meios culturais. Numa linha histórico-cultural (dialética), as perguntas poderiam ser designadas como explicativas ou causais. O objetivo desse tipo de pergunta seria determinar razões imediatas ou mediatas do fenômeno social. Para ilustrar, TRIVIÑOS (1987, p. 151) apresenta alguns exemplos: “por que pensa que os alunos têm dificuldades para assimilar os conteúdos de matemática? A que se deve, segundo o seu ponto de vista, a evasão escolar?” Em relação às perguntas mediatas, o autor ilustra com dois exemplos: “você está participando na organização de uma cooperativa, por que acha que essa forma de

desenvolvimento econômico contribui para o progresso seu e de sua comunidade? Você diz que pertence à classe média. Existem outras classes sociais e por que elas existem?”.

Além dos tipos de perguntas apresentados, TRIVIÑOS (1987, p. 151) distingue quatro categorias:

- 1) perguntas denominadas consequências como, por exemplo, “o que pode significar para a comunidade urbana, na qual vive a grande quantidade de pessoas, quem não sabe ler nem escrever?”;
- 2) perguntas avaliativas, do tipo, “como julga a resposta da vizinhança ao convite para participar da organização de uma cooperativa?”;
- 3) questões hipotéticas, como, “se você observasse que seus alunos brigam frequentemente entre si, qual seria seu comportamento como professor?”; e
- 4) perguntas categoriais, se você observasse a respostas de seus vizinhos frente à possibilidade de organização de uma cooperativa, em quantos grupos nós poderíamos classificá-los”.

Conclui o autor salientando que as categorias de perguntas não deveriam ser amarras para entrar a pesquisa, mas para abrir perspectivas para análise e interpretação de ideias.

Preocupado com as pesquisas desenvolvidas na área de Educação e Educação Especial que utilizam a entrevista como forma para coletar informações, MANZINI (2003) apresenta várias considerações sobre a elaboração de roteiros para entrevista semiestruturadas. Alguns cuidados que o pesquisador deveria observar ao formular as questões para o entrevistado poderiam ser resumidos em:

- 1) cuidados quanto à linguagem;
- 2) cuidados quanto à forma das perguntas; e
- 3) cuidados quanto à sequência das perguntas nos roteiros.

A escolha da entrevista como instrumento de levantamento de dados possibilitou obter informações que somente poderiam advir dos atores envolvidos (MINAYO, 1998), para descrever e compreender a cosmovisão das pessoas e examinar os modos como cada entrevistado percebe e significa sua própria realidade.

Dessa maneira, também cremos que contribuimos para que o entrevistado pudesse analisar e refletir sobre o seu meio social e sobre si mesmo e a sua própria situação por outro viés, que talvez não se detivesse em outras circunstâncias, conforme complementa DUARTE (2004).

O roteiro das entrevistas semiestruturadas foi fundamentado na combinação entre a literatura científica, o reconhecimento preliminar do campo e as discussões com demais colegas pesquisadores, conforme descreve GASKELL (2002). Por isso, organizamos o roteiro por tópicos temáticos como sugere MINAYO e SOUZA (2005). Tais tópicos orientaram o percurso da interlocução e permitiram flexibilidade e assimilação de novos temas e questões pertinentes trazidas pelo entrevistado.

Entretanto, esses temas sofreram algumas mudanças, basicamente na fase exploratória e no início do trabalho de campo. Suprimimos algumas questões, que foram contempladas nas respostas em tópicos anteriores e tornaram-se redundantes.

Na definição do número de entrevistas, seguimos a indicação de alguns autores. Para DUARTE (2002), o número médio de entrevistas em processos qualitativos varia em razão do objeto e do universo da investigação. De acordo com o autor, a prática tem indicado um número mínimo de 20 entrevistas.

Na voz de GASKELL (2002), existe um limite máximo no número necessário de entrevistas a se fazer, e possível de analisar, levando-se em consideração o ponto de saturação e o tamanho do *corpus* a ser analisado. Para esse autor, para cada pesquisador esse limite é algo entre 15 e 25 entrevistas individuais.

Os resultados do diagnóstico do abastecimento alimentar municipal, dos entraves e potencialidades apresenta-se a seguir.

4.2. Resultados do levantamento bibliográfico, pesquisa documental e das entrevistas.

A pesquisa iniciou-se com um levantamento bibliográfico sobre o tema, acrescido de um levantamento documental nas instituições locais, quais sejam prefeitura e suas diretorias, e departamentos estaduais (EMATER e IMA). Além disso, entidades não governamentais formais e informais ligadas ao tema agricultura e segurança alimentar e nutricional.

Os representantes das entidades foram contatados para levantamento de informações sobre o histórico dos referidos temas no município e agendamento de entrevistas. Nesta fase percebeu-se que as organizações no município apresentam pouca informação sobre os temas abordados. Deste modo, foi realizado um levantamento em sítios oficiais via internet e partiu-se para a realização de entrevistas a campo.

As **primeiras entrevistas** foram realizadas com os gestores públicos do município, conforme segue: representante da EMATER local, Diretora de Assistência Social, Diretora da escola municipal, Vice-diretor da escola estadual, nutricionista e diretor de agricultura, pecuária e meio ambiente da prefeitura.

A percepção deste grupo de entrevistados sobre o abastecimento de alimentos em Liberdade é que existem poucos produtores rurais dedicados a produção de alimentos, quando excetuados os produtores de leite, uma cadeia de produção que vem sendo estimulada e tida como aptidão da região.

O representante da EMATER apontou que antigamente a diversidade de produtos agrícolas era maior, inclusive a produção de milho, feijão e hortaliças. Mas que com os programas de incentivo a produção de leite e a presença de laticínios na região estimulou-se a referida cadeia produtiva, reduzindo a diversidade de produtos agrícolas. Esta também foi a percepção da Diretora de Assistência Social que, além de gestora pública, é agricultora nativa do município. A nutricionista da prefeitura concordou que são poucos produtores produzindo pouca variedade de alimentos, mas que isso ocorre por falta de estímulo. Trouxe a experiência do município de Barra Mansa no Estado do Rio de Janeiro onde residiu e a produção de alimentos era reduzida até o momento em que o governo municipal começou a estimular projetos do PAA. Os demais entrevistados não apresentaram informações adicionais a respeito por estarem a poucos anos no município ou não trabalharem nesta área específica de conhecimento.

O representante da EMATER, A Diretora de Assistência Social e a nutricionista da prefeitura apontaram que a maioria dos produtos alimentares que abastecem o município de Liberdade vem dos CEASA de Juiz de Fora e Belo Horizonte, através dos 2 maiores mercados da cidade e do principal hortifrúti. Os demais entrevistados deste bloco desconheciam a origem do abastecimento de alimentos, embora reconheçam que a produção local é insuficiente para atender a referida demanda. Estes estão mais familiarizados com alguns produtores (3 produtores) que entregam alimentos nas escolas via PNAE.

Sobre o acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, os entrevistados deste bloco apontaram que não há problemas. Embora a produção venha quase totalmente de fora do município, não existem questões de desnutrição relevantes e mesmo os mais pobres conseguem acessar alimentos. Mas refletem q que isso é uma questão que não internaliza a

circulação de recursos financeiros e não cria demanda junto aos agricultores, dificultando o desenvolvimento rural e aumentando a migração para a área urbana.

Com relação aos alimentos produzidos localmente o representante da EMATER, que possui mais informações sobre o tema, apontou que são poucos produtores que comercializam sua produção diretamente no município, via feira livre e PNAE, e que os principais produtos são leite e hortaliças. Segundo o entrevistado, a EMATER recentemente começou a distribuir sementes de hortaliças num programa de diversificação da produção e esse é o motivo de existirem estas espécies sendo comercializadas localmente. Segundo o mesmo a oferta tem crescido, mas existe ainda uma dificuldade de ser absorvida pelo comércio local, que ainda não reconhece o diferencial de adquirir produtos produzidos localmente. A feira livre, implementada recentemente tem atendido estes produtores e aumentado a procura de consumidores interessados em produtos locais e sem agrotóxicos. Neste sentido existe uma demanda não atendida por frutas orgânicas e produtos que necessitam de conhecimento técnico mais aprofundado para serem produzidos.

Este grupo de entrevistados também expressou que os consumidores locais tem se tornado mais conscientes e tem procurado produtos locais e sem agrotóxicos, o que mostra o sucesso que feira livre tem alcançado, apesar de ainda pequena e pouco estruturada.

Sobre a questão das compras públicas todos os entrevistados do bloco entendem que é um ótimo caminho para estimular a produção da agricultura familiar no município e que apresenta enorme potencial de ampliação. Os representantes das escolas que estão diretamente ligados ao tema estão muito satisfeitos com os alimentos que chegam via PNAE e tem interesse em expandir a compra que chega a no máximo 30% da merenda nas 2 escolas. Segundo os mesmos falta produção e a documentação do produtor para aderir ao programa é um ponto de estrangulamento. Muitos produtores não tem a documentação necessária em dia e essa também foi a posição do representante da EMATER, que complementou apresentando como outra dificuldade importante o fornecimento constante de alimentos, referindo-se a dificuldade de planejamento de produção destes agricultores. Segundo o mesmo, apesar de haver 96 DAPs (Declarações de Aptidão ao PRONAF) no município, o que supera os municípios vizinhos, poucos agricultores estão, no momento, ativos e apresentam os demais documentos em dia para poder acessar o mercado público ou privado. Muitos não tem a Nota de Produtor, o que dificulta as vendas nos supermercados do município.

Outros entraves apontados pelos entrevistados são a falta de pessoal na EMATER para dar conta do apoio técnico e documental aos agricultores e a falta de um programa mais amplo do poder público local que possa identificar e propor ações para o desenvolvimento rural e a segurança alimentar e nutricional do município. Inclusive este ponto foi apresentado como uma forte intenção do poder público local (prefeitura e EMATER), de elaborar um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e um programa de SAN. Aqui também chamam a atenção para o fato de não haver uma instância decisória sobre o tema Desenvolvimento Rural (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural) em Liberdade e que ausência deste organismo dificulta o diálogo com os diversos atores envolvidos no tema. Assim como não há instância decisória sobre o tema Segurança Alimentar e Nutricional.

O representante da EMATER apresentou algumas diretrizes para um Plano de Desenvolvimento Rural, mas expôs que ainda não conseguiu articular os atores para construção do mesmo. Tem apresentado esta demanda para uma Organização Não Governamental e para a prefeitura.

Um fato importante é que, segundo o representante da EMATER e Diretora de Assistência Social, existem muitas questões básicas a serem resolvidas no município, referentes a saúde, educação e os recursos financeiros e humanos são nestas áreas priorizados. Portanto, existe pouca disponibilidade de recursos para atendimento as questões de

desenvolvimento rural e Segurança Alimentar e Nutricional. Esse é tido como um forte entrave pelos entrevistados para estimular a agricultura local produtora de alimentos.

Outra questão que dificulta a implementação de uma Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional refere-se a ausência histórica de participação social na construção de políticas públicas, que reflete na ausência de conselhos municipais relacionados aos temas aqui abordados (conforme entrevistas).

Segundo os entrevistados a falta de oferta local de alimentos em diversidade cria condições desafiantes para a população mais pobre de adquirir alimentos de qualidade. Apesar de não haver problemas de acesso, pois há oferta a preços baixos nos mercados e famílias subsidiadas (bolsas e cestas básicas), os alimentos não apresentam qualidade nutricional, sendo produtos convencionais (com agrotóxicos), em contraste com alunos que recebem via PNAE, em parte, uma alimentação de maior qualidade, em se tratando de produtos locais e orgânicos.

A **segunda fase de entrevistas** foi realizada com representantes das seguintes Organizações Não Governamentais: Associação Terra Una, Associação de Produtores e Agricultores Rurais de Santa Rita de Cássia (Asparsrica) – Barra Mansa – RJ e APAL – Associação dos Produtores Agroecológicos de Liberdade (em formação).

Com relação ao abastecimento municipal de alimentos os entrevistados deste bloco apresentaram conhecimento de que a maior parte do alimento vem do CEASA de Juiz de Fora e Belo Horizonte, e abastecem os 3 principais mercados (mercados Vitória e Ibralândia e o Hortifruti do Carlinhos). Reafirmaram a informação dos gestores públicos de que existe uma oferta crescente de alimentos produzidos localmente, embora ainda pequena e que falta estímulo de mercado para que estes produtores possam investir no aumento e diversificação da produção.

Segundo os mesmos, os problemas de acesso a alimentos são pontuais em termos de quantidade e preço. Apesar disto, a qualidade dos produtos é comprometida, vindos de distancias grandes, produtos com agrotóxicos. Segundo o representante da Associação Terra Una, isso é uma questão muito séria, em se tratando de um município com condições ótimas em termos de capital social, humano e natural, de produzir alimentos de qualidade e ao mesmo tempo fomentar o desenvolvimento rural sustentável.

O representante da ASPARICA, comparando com a experiência do município de Barra Mansa-RJ, onde é vereador, aponta para a necessidade do poder público de Liberdade estimular a produção local via programas de compras públicas que ainda é uma política pública pouco explorada no município.

Segundo o representante da APAL, o município produz pouca diversidade de alimentos e não tem condições ainda de atender a demanda da população. Mas existe uma forte intenção de pelo menos 20 agricultores, envolvidos com o processo de regularização da APAL (Associação dos Produtores Agroecológicos de Liberdade), de aumentar e diversificar a produção para atender este mercado. Segundo o mesmo, existem diversos agricultores com DAP, com condições de investir na diversificação da produção de alimentos e, portanto, o potencial de produção local é muito grande e as condições de solo e clima muito favoráveis. Quinze agricultores já produzem uma diversidade de olerícolas, grãos e frutas e tem atendido parte desta demanda via feira livre, entrega nas residências e fornecimento direto para alguns restaurantes. Segundo o mesmo, algumas experiências de entrega em mercado já ocorreram, mas não tiveram continuidade devido ao preço baixo pago pelo comprador.

Com relação a consciência do consumidor os entrevistados foram unânimes de que tem crescido a busca por produtos orgânicos e produzidos localmente por agricultores familiares. O representante da APAL, apontou que a feira existente a 1 ano aproximadamente, tem estimulado a população para o consumo destes produtos e que atualmente até alguns restaurantes da cidade compram produtos na feira livre.

Com relação a existência de uma política pública que fomente a segurança alimentar e nutricional, a agricultura familiar e a agroecologia, os entrevistados disseram que tudo está muito no começo e que existem pequenas iniciativas, como por exemplo: 3 agricultores vendendo no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), 10 agricultores envolvidos com um projeto do CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) de produção e comercialização de mudas de hortaliças orgânicas e PANCS (Plantas Alimentícias Não Convencionais), 15 agricultores envolvidos na feira livre aos sábados, entregas domiciliares e para restaurantes. Mas que isso já é uma demanda importante por apoio.

Além disso, há uma experiência na Associação Terra Una (Organização Não Governamental sediada no município) com a criação de uma rede de segurança alimentar que abastece o refeitório de seu centro de vivências e moradores. É uma iniciativa de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) partindo da organização dos consumidores que apoia agricultores familiares vizinhos para produzirem alimentos orgânicos.

O representante da ASPARICA que é vereador de Barra Mansa, tem apoiado o prefeito para introduzir o PAA no município, assim como a Associação Terra Una, que tem apoiado a prefeitura para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Rural que foque na produção e consumo local de alimentos. Segundo representante de Terra Una, é fundamental agir em torno de um Plano de Desenvolvimento Rural com o foco na produção de alimentos, pois muitos pequenos agricultores tem deixado o campo e seus filhos deixado o município em busca de estudos, por falta de um incentivo maior as cadeias produtivas alternativas ao leite.

Existe uma grande expectativa dos entrevistados de que se aprofunde a parceria das entidades com o poder público local para implementar as políticas públicas já existentes, tais como: o PRONAF, PAA, PNAE, assim fomentar outras formas de aproximação produtor-consumidor e consolidar a criação do CMDR (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural) e do CMSAN (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional), como instância oficial de diálogo sobre os referidos temas.

Com relação aos entraves, os entrevistados apresentaram os seguintes pontos: a falta de organização dos agricultores, a falta de capacidade técnica do poder público local e o pequeno número de técnicos tanto da EMATER quanto da prefeitura, o que reflete em uma ATER precária, a conscientização ainda pequena do consumidor na escolha dos produtos orgânicos e locais, a ausência de instrumentos legais municipais para apoiar o Desenvolvimento rural (PMDRS, CMDR e CMSAN).

Segundo os mesmos existe uma oportunidade única de avançar nesta questão, pois apesar dos entraves apontados os gestores públicos e a população em geral tem consciência dos problemas enfrentados no abastecimento municipal e um diálogo tem se estabelecido com as ONGs para trazer novos caminhos e soluções ao tema.

A questão da Segurança Alimentar e Nutricional no município, segundo os entrevistados, está mais ligada ao acesso a alimentos de qualidade orgânica do que a quantidade e preço, pois os mercados apresentam uma variedade grande de produtos a preços acessíveis, apesar de vindos de longas distâncias e convencionais (não orgânicos).

A **terceira fase de entrevistas** foi realizada com os responsáveis pelos comércios locais: Mercado Ibralândia, Mercado Vitória e Hortifruti do Carlinhos.

Os comerciantes expuseram que realizam suas compras de hortifrutigranjeiros nos CEASA de Andrelândia, Juiz de Fora e Belo Horizonte. Os 3 entrevistados disseram que já tiveram experiência com compra de alimentos produzidos localmente, mas que não houve continuidade no processo por conta de 2 questões principais: Falta de Nota Fiscal por parte dos produtores e falta de regularidade no fornecimento de produtos. A baixa diversidade de produtos também foi um ponto importante na descontinuidade das compras.

Os mesmos mostraram interesse em realizar compras locais e compreendem a importância para o município e para o fomento a agricultura familiar local, embora tenham

ainda apresentado outras razões que dificultam o processo, tais como: preços maiores e baixa qualidade. Quando questionados sobre qual qualidade estavam se referindo, mencionaram o aspecto estético.

Os representantes dos mercados disseram que não há procura por produtos orgânicos por parte do consumidor de Liberdade, embora o representante do hortifruti tenha notado algum interesse neste sentido quando questionado por alguns consumidores.

Na opinião dos entrevistados não há ainda uma demanda significativa que estimule estes mercados a investirem em compras de alimentos de agricultores locais, ou seja, que compense o maior preço pago e o enfrentamento das dificuldades mencionadas.

Com relação a feira livre é um motivo de preocupação dos mercados à medida que a mesma vem crescendo e criando uma clientela maior. Mas, segundo os mesmos ainda há espaço pra todos e mostram simpatia pela possibilidade dos agricultores realizarem a venda direta de seus produtos. Segundo o representante do hortifruti, isso pode até estimular os agricultores a aumentar a produção, se regularizarem e conseqüentemente o comércio comprar da agricultura familiar local.

Segundo os mesmos não existe problemas de acesso a alimentos no município, pois o comércio apresenta variedade e preço compatíveis com a demanda municipal. Apesar disso, é consensual que, superadas as dificuldades apresentadas, a produção local tenha condições de produzir um alimento de melhor qualidade.

A **quarta fase das entrevistas** foi realizada com 12 agricultores familiares, produtores de alimentos locais.

Os agricultores entrevistados são na maioria produtores de olerícolas, principalmente folhosas, brássicas e abóboras. Um dos produtores entrevistado é produtor de yogurte e queijo. Outros três produtores produzem além das olerícolas citadas, milho, mandioca e banana. Um outro produtor produz ainda laranja, limão, caqui e iniciou produção de oliveiras para fins de extração de azeite. Portanto, há uma certa diversidade de alimentos produzidos no município e segundo os mesmos um enorme potencial em diversificar mais à medida que a demanda cresça.

Conforme os agricultores entrevistados essa diversificação da produção depende não só do aumento da demanda de compra direta que vem se desenvolvendo no município, mas também do apoio do poder público e outras organizações para aplicação de instrumentos de políticas públicas e organização social. Todos produzem também para o autoconsumo e agora tem produzido uma quantidade significativa de excedente em função deste aumento da demanda por compras locais.

Os agricultores entrevistados comercializam na feira livre, sendo que dois destes comercializam ainda no PNAE para 2 escolas em Liberdade (uma municipal e outra estadual). Um deles comercializa olerícolas e o outro comercializa derivados de leite.

Existe outra forma de comercialização bastante utilizada pelos entrevistados que trata-se da entrega a domicílio, não exatamente de uma cesta completa de produtos, mas de alguns produtos encomendados pelos consumidores ou mesmo através da venda sem encomenda, realizada por meio da abordagem direta nos domicílios. Existe ainda dois agricultores entregando pequenas quantidades (folhosas e mandioca) diretamente para restaurantes, quando estes não adquirem os referidos produtos na feira.

A renda mensal dos agricultores com a comercialização de alimentos no município varia entre R\$ 300,00 a R\$ 3.000,00 por família. Aqueles que tem renda mais baixa com a atividade dedicam-se apenas a feira livre aos sábados comercializando principalmente folhosas (Alface, rúcula, agrião e couves). Aqueles com renda maior dedicam-se a feira livre, entrega a domicílio, restaurante e PNAE, compondo uma diversidade maior de formas de comercialização. Segundo os entrevistados a diversificação dos canais de comercialização

promovem maior segurança financeira e tendem a criar certa especialização por produtos que dão melhor retorno.

Com relação a experiência destes agricultores com os programas de compras públicas (PAA e PNAE) apenas três deles já tiveram contato com PNAE. Nenhum deles teve contato com o PAA. Atualmente, dois agricultores comercializam junto ao PNAE. A impressão que estes tem do programa é que foi crucial para estimular a produção e incrementar a renda de cada um. As questões mais desafiantes se referem a falta de apoio técnico para o planejamento de produção e logística de entrega dos produtos, que tem uma frequência alta. Segundo os mesmos, planejamento de produção é o “calcanhar de aquiles” para os produtores que trabalham com as compras públicas, envolvendo os desafios da diversificação da produção.

A frequência de entrega alta em pequenos volumes foi o principal motivo de desistência de um dos agricultores de comercializar junto ao PNAE. Este entregava banana e mandioca e tinha dificuldades com a logística parcelada de entrega, aumentando custos desde a mão-de-obra de colheita parcelada até a entrega efetivamente. Acabou optando por ficar só na feira, entrega domiciliar e restaurantes.

Outra experiência que três agricultores entrevistados apresentaram é a venda para a Associação Terra Una, que compra para o refeitório de seu centro de formação. Ela encomenda produtos de acordo com as épocas de produção e faz uma espécie de compra antecipada, configurando-se num sistema de Agricultura Apoiada pelo Consumidor. Conforme relato dos agricultores tem sido uma importante fonte de renda e um canal de comercialização bastante seguro.

Há um baixo grau de associativismo no município e dos entrevistados nenhum deles participa formalmente de uma associação ou cooperativa. Os mesmos, inclusive em função da existência da feira livre, tem, há dois anos, conversado sobre a formalização da APAL (Associação dos Produtores Agroecológicos de Liberdade), mas tem tido dificuldades no processo burocrático. Falta apoio técnico para eles avançarem nas questões de documentação e finalmente regularizar este sonho coletivo, conforme apontado pelos entrevistados.

Referente a proximidade de relação com os gestores públicos, em se tratando de um município pequeno, há, naturalmente, uma facilidade de troca entre os agricultores entrevistados e os referidos gestores. Há acesso direto ao prefeito, ao técnico da EMATER, ao CRAS, embora isso não se caracterize como um acesso amparado por uma representatividade legal do setor. Não há CMDR ou CMSAN no município e atualmente não existem espaços de concertação operando no município, segundo os entrevistados.

Os agricultores entrevistados consideraram que há um crescente interesse não só dos consumidores, mas dos gestores públicos e comércio em geral, em relação ao fortalecimento da produção local agroecológica. Segundo os mesmos o abastecimento é quase que totalmente realizado por alimentos vindos de fora do município, inclusive de grandes distâncias, mas há uma vontade geral de que isso mude. Acreditam que com essa gradual mudança Liberdade apresenta condições tanto ambientais quanto sociais de produzir todo o seu alimento consumido.

Foram apontadas outras iniciativas em andamento, além da feira livre e PNAE, tais como o viveiro de mudas de hortaliças no CRAS o projeto de PANCS e a distribuição de sementes de hortaliças pela EMATER. Além disso, contribuições do Vereador de Barra Mansa-RJ sobre as possibilidades de implementar o PAA e estimular a produção local de alimentos. O NEA (Núcleo de Estudos em Agroecologia) regional é outra iniciativa importante. O grupo de agricultores realiza com frequência visitas a iniciativas regionais em agroecologia.

Sobre as possíveis estratégias de segurança alimentar e oportunidades de fomento a agricultura local, os entrevistados concluem que a continuidade da diversificação das formas

de comercialização, incluindo o desenvolvimento do PAA no município, é uma ótima alternativa. Aliada a esta iniciativa, a implementação de um plano de desenvolvimento rural, onde se estabeleça uma assistência técnica mais direcionada a produção agroecológica de alimentos e mercados locais. Outra estratégia importante é a formalização da APAL e a criação de conselhos municipais como instância de diálogo oficial com poder público (CMDR e CMSAN).

Segundo os agricultores não existem problemas de acesso a quantidade de alimentos na cidade, pois são abastecidos pelos mercados que apresentam também certa diversidade de produtos. Mas produtos sem agrotóxicos, de qualidade orgânica, não estão acessíveis nos mesmos.

Outra questão apontada foi o autoconsumo que, ao longo dos anos, foi prejudicado pela baixa oferta de produtos e diversidade. Sendo assim, muitos agricultores no município tem que comprar alimentos nestes mercados abastecidos com produtos externos. E os agricultores entrevistados que estão envolvidos com a produção de alimentos tem seu autoconsumo assegurados.

A **quinta e última fase de entrevistas** foi realizada com 4 consumidores locais com perfil diversificado (2 consumidores de hortifruti da feira do produtor e 2 consumidores hortifruti de mercados).

Os consumidores entrevistados realizam a maioria de suas compras nos principais mercados da cidade (Vitória, Ibralândia e Hortifruti do Carlinhos). Segundo dois dos entrevistados, há um crescente interesse por produtos locais e orgânicos, principalmente depois que teve início a feira do produtor rural aos sábados. Estes realizam compras na feira do produtor local e através de entregas domiciliares realizadas por alguns agricultores. Os demais entrevistados realizam compras nos três mercados citados e acham que os alimentos ali comercializados são de qualidade.

Os entrevistados expressaram interesse em adquirir produtos locais, reforçando a importância de estimular o agricultor a aumentar a produção de alimentos no município e estimular o desenvolvimento local. Segundo os mesmos a produção de alimentos em Liberdade já foi maior e mais diversificada, quando muitos agricultores ofereciam produtos na rua ou entregavam a domicílio em carroças. Com o aumento da produção de leite e a expansão da indústria do leite na região, muitos acabaram se especializando nesta produção e deixaram de produzir outras coisas. A melhoria das estradas e a facilidade em comprar de fora, fizeram com que os mercados pudessem se abastecer em regiões distantes por preços menores. Segundo os mesmos, isso tudo contribuiu para a situação em que nos encontramos.

Os consumidores também expressaram interesse em produtos orgânicos, mesmo os menos conhecedores do assunto, principalmente porque os meios de comunicação tem falado bastante no problema dos agrotóxicos e porque os agricultores locais na feira tem estimulado o consumo de produtos sem veneno, conforme eles comercializam. Apontaram que a feira local tem sido o melhor veículo de divulgação dos produtos locais e orgânicos.

Não percebem ainda um interesse por parte do comércio em adquirir produtos locais e orgânicos, mas como esta demanda tem crescido nos consumidores, acreditam que os comerciantes vão começar a se preocupar com esta questão.

Além da feira conhecem outras formas de comercialização direta, tais como entrega a domicílio e entrega nas escolas (PNAE). Um dos entrevistados apresentou uma experiência de CSA iniciada pela Associação Terra Una com agricultores vizinhos que tem criado demanda por produtos locais e ecológicos e fomentado a agricultura familiar. A referida associação compra para abastecer seus moradores e o centro de vivências que recebe, constantemente, visitantes.

A segurança alimentar e nutricional, segundo os consumidores entrevistados, fica prejudicada principalmente no acesso a alimentos sem agrotóxicos, sendo que quantidades e certa diversidade de alimentos podem ser adquiridas nos mercados a preços acessíveis.

4.3. Discussão Dos Resultados

Conforme informações levantadas nas instituições e entrevistas, além de dados secundários, identificamos que Liberdade apresenta um sistema de abastecimento de alimentos ainda pouco resiliente. Tal fato ocorre em função da maioria dos produtos alimentares serem adquiridos de outras regiões e de o município não ter parceiras estratégicas que possam estimular a produção local e os circuitos curtos de mercado ou mesmo estruturado políticas públicas com enfoque sistêmico da Segurança Alimentar e Nutricional.

Os dois principais mercados do município são abastecidos por produtos alimentares do CEASA de Andrelândia, Juiz de Fora e de Belo Horizonte. Além disso, existe um hortifruti que também adquire seus produtos do CEASA de Juiz de Fora. Existem ainda pequenos mercados de bairro que são abastecidos pelo hortifrúti local, de modo que o abastecimento alimentar do comércio se dá, quase que completamente, por fornecedores externos via CEASA.

Os produtores ainda estão despreparados para atender a demanda municipal por alimentos, principalmente por falta de uma política de apoio a produção local, a organização social, crédito, canais de comercialização, entre outras funções inerentes a uma Assistência Técnica e Extensão Rural voltada para este público, qual seja, pequenos produtores e agricultores familiares.

Conforme depoimentos dos gestores públicos entrevistados, um ponto fundamental de estrangulamento na assistência técnica ao agricultor refere-se ao planejamento de produção, associativismo e regularização da documentação para consequentemente acesso ao crédito e as compras públicas, além de outras políticas de fomento. Não há equipe técnica suficiente e capacitada para atender este público no município. Há 1 (um) técnico da EMATER que inclusive atende outro município (Carvalhos-MG). A prefeitura não possui técnicos que atendam as demandas destes agricultores. Os 99 agricultores familiares com DAP ativa em Liberdade, não tem acesso a uma ATER que os apoie na produção. Os 15 agricultores que já produzem e que participam da feira não tem apoio efetivo para regularizar a APAL ou mesmo para se inserir nos mercados públicos (PAA e PNAE). Inclusive esta ação é extremamente dependente da primeira, qual seja, a assistência na produção, no campo, que possa gerar uma produção de quantidade e qualidade continuadas.

Foi possível notar que existe uma preocupação destes gestores públicos em trabalhar as questões do desenvolvimento rural, mas isso ainda não está efetivamente na pauta prioritária do governo local, principalmente em termos de alocação de recursos. O rural ainda está distante da gestão pública, pois existem outras questões também importantes nas quais a prefeitura tem investido esforços, tais como na área de saúde e educação. E, como na grande maioria dos municípios, e mais recentemente também nos pequenos, o rural virou sinônimo de atraso e os investimentos públicos são alocados para urbanização. Não há, portanto, um claro entendimento das possibilidades de integração entre as áreas da saúde e educação com o desenvolvimento rural utilizando como eixo orientador de estratégias e políticas a Segurança Alimentar e Nutricional. Na Assistência Social existe uma visão mais estratégica neste sentido e isso se revela pelo fato da maioria dos projetos com enfoque em SAN estarem alocados neste departamento municipal. Mas estas ações ficam isoladas num contexto mais amplo e os instrumentos de gestão, tanto as políticas públicas, como os processos para execução das mesmas, estão ainda pouco integrados e planejados. Aqui também se percebe que há um desconhecimento do universo de políticas públicas já existentes em outras esferas

de governo e que podem ser articuladas e executadas na espera municipal. Isso se deve provavelmente a qualificação dos técnicos envolvidos com as secretarias e departamentos municipais, que na maioria dos pequenos municípios, é baixa, assim como os respectivos salários. No âmbito legislativo a percepção é semelhante, refletindo na inexistência de leis ou projetos de lei que tratam de uma política municipal de agricultura, de Segurança Alimentar e Nutricional ou de desenvolvimento rural. Outro ponto importante de ser salientado é a inexistência de um plano diretor municipal que poderia abarcar o rural como prioridade na gestão pública, em se tratando de um município onde a agricultura é bastante representativa na economia.

Já os gestores de Organizações Não Governamentais confirmaram algumas questões apresentadas pelos entrevistados do bloco anterior, tais como: a falta de assistência técnica (de pessoal e capacitação) e a falta de políticas e ações públicas de fomento a produção local de alimentos e acesso destes a população. Estes parecem ser os principais motivos da baixa oferta de alimentos no município.

Os mesmos trazem aportes e experiências de outros municípios e regiões e uma importante contribuição para o tema. Há indicações destes gestores de que é preciso apostar nas compras públicas e alternativas de aproximação produtor-consumidor para sanar as questões de produção alimentar e acesso a alimentos saudáveis e em quantidade suficiente, mas que isso precisa estar atrelado a um plano maior de desenvolvimento rural no município com participação social. O enfoque sistêmico e transversal da SAN é fundamental para integrar políticas públicas criando condições para que o desenvolvimento local possa ocorrer.

A participação social é um assunto apontado com ênfase pelos gestores de ONGs. A ausência de um CMDR e de um CMSAN dificultam o diálogo oficial e construtivo a respeito do tema e a ausência de uma organização formal dos agricultores dificulta a participação social do setor. Portanto, o apoio a organização dos agricultores, mas especificamente a formalização da APAL, foi apontado como um assunto de pauta prioritário e que pode contribuir para a discussão de um PMDR (Plano Municipal de Desenvolvimento Rural). As referidas instâncias de concertação devem ser instituídas afim de se estabelecer os espaços necessários de formulação de ideias e decisão de ações. A importância dos conselhos municipais ainda não é totalmente compreendida tanto pelos gestores públicos como pela população. Portanto, não há cobrança da população pela implementação dos mesmos, e quando existentes são pouco frequentados. Há um hábito dos munícipes de requerer suas questões de forma particular, diretamente com o gestor público ou com um vereador. Este hábito estabelece certa competição dos gestores e vereadores com os conselhos, pois quando há participação da população nestas instâncias decisórias diminui a dependência e a troca de favores eleitor-eleito.

Nas entrevistas realizadas com os comerciantes verificou-se que a compra de alimentos locais ainda é algo que está no discurso, mas que o mais importante para a tomada de decisão de compra ainda é o preço do produto. Há certa consciência a respeito da importância das compras locais para estimular a produção local e conseqüentemente o desenvolvimento do município, mas ainda prevalece uma visão comercial segmentada pela individualidade. O comerciante ainda não despertou plenamente para esta potencial parceria e de como isso pode contribuir para o desenvolvimento do município.

Outra questão que merece destaque foi a ausência de documentação do agricultor que dificulta os processos de compra com estes comércios, fundamentalmente a falta de Nota do Produtor. Essa questão foi apontada pelos 3 comerciantes entrevistados como 1(um) dos 2 (dois) motivos de desistência das compras de produtos dos agricultores locais. O segundo foi a descontinuidade na entrega, marcada pela falta de planejamento de produção (via Assistência Técnica). Estes pontos criam certa desconfiança do comerciante perante a capacidade de fornecimento do agricultor, e distanciam as partes da tentativa de se apoiarem.

Estas 2 (duas) questões já foram referenciadas anteriormente como resultantes da falta de assistência técnica suficiente e capacitada, mas estão também relacionadas com a falta de experiência destes agricultores em fornecer alimentos para o mercado local, dentro das formalidades do comércio atual. A qualidade do produto, também apontada pelos comerciantes, se relaciona com a falta de experiência dos agricultores em produzir comercialmente uma diversidade grande de produtos. Portanto, é primordial a existência de uma ATER qualificada que possa superar estas questões relacionadas ao processo produtivo.

Apesar disso, o sucesso da feira do produtor local já tem impactado ao menos a consciência destes comerciantes de que este tipo de mercado vem crescendo no município e que isso pode até criar um tipo de concorrência num município pequeno como Liberdade. Fica aí uma dúvida no comerciante entre concorrência ou parceria.

Os agricultores entrevistados se mostraram confiantes no crescimento do mercado local de alimentos, pois tem sido bem sucedidos não só na feira do produtor local, como em pedidos domiciliares e até de restaurantes.

Os mesmos apontaram para problemas semelhantes já explicitados pelos gestores públicos e de ONGs e a falta de um corpo técnico no município que possa apoiá-los nas questões de organização social, planejamento da produção e acesso as políticas públicas, é a grande questão a ser trabalhada. Em relação a organização social o grupo de 15 agricultores da feira estão há quase 3 anos discutindo a criação da APAL e tem dificuldades de resolver questões administrativas e documentais para a efetivação da mesma. Além disso, muitos ainda não compreendem plenamente o papel, funcionamento e importância da associação. Esta questão poderia ser melhor encaminhada com apoio do contador da prefeitura em um curso de associativismo. Em relação ao planejamento de produção os agricultores apontaram dificuldades em realizar cálculos de quantidades a serem produzidas semanalmente/mensalmente associados as demandas existentes. Por isso, perdem alguns produtos e ficam em falta com outros no momento da entrega. Além disso, durante o processo produtivo, por falta de assistência técnica perdem muito com tratamentos culturais inadequados.

Ainda não existe na visão dos agricultores um olhar claro sobre a importância de um Plano de Desenvolvimento Rural, conforme expressado pelos gestores públicos e principalmente pelos gestores de ONGs. Nota-se que, decorrendo deste fato, não há também uma visão clara destes produtores rurais sobre a importância da participação social na formulação das políticas públicas locais e existência dos Conselhos Municipais como instância de diálogo oficial do tema, conforme já apontado anteriormente. Não há também clareza deste grupo de entrevistados em relação a utilização do eixo orientador da SAN para o desenvolvimento de políticas e estratégias de desenvolvimento rural. Esse ponto é bastante relevante, pois a reivindicação dos agricultores junto ao poder público local seria muito mais poderosa caso utilizassem argumentos que mostrassem o enfoque sistêmico destas políticas e os benefícios não restritos ao rural ou a classe produtora. Nota-se que esta lacuna na compreensão da SAN não é exclusiva dos agricultores. Dos entrevistados os gestores de ONGs mostraram maior compreensão da questão.

Os agricultores acreditam no potencial de crescimento da oferta local de alimentos, com preço, qualidade e diversidade superior ao existente no comércio local atualmente. Tem plena consciência da importância de ampliação das compras públicas no município e outras possibilidades de aproximação produtor-consumidor para estimular a produção local.

Já os consumidores entrevistados, mais distantes do assunto, estão começando a perceber a importância do consumo de alimentos saudáveis e a importância dos circuitos curtos de mercado para o desenvolvimento local.

Apesar disto, na ausência de oferta, optam quase sempre pela aquisição de alimentos nos três principais mercados no município, que adquirem produtos do CEASA Juiz de Fora e Belo Horizonte. Há uma tendência no movimento urbano, não exclusiva de Liberdade-MG,

mas de consumidores em geral, de frequentar lojas/supermercados onde podem adquirir todos os produtos necessários ao dia-a-dia de uma residência (de limpeza á alimentos), em detrimento do consumo em feiras, ou mesmo lojas especializadas, como hortifrutis. Esses supermercados estão crescendo em Liberdade e o consumidor tem procurado esta facilidade.

Apesar disso, um outro movimento de aproximação produtor-consumidor e de valorização do produto local tem despontado e a feira do produtor local tem sido um grande aglutinador de novas formas de pensar o abastecimento municipal. O diálogo entre agricultores e consumidores tem contribuído muito para a conscientização de ambos e para um consumo mais consciente e espaços como a feira do produtor local tem enorme potencial de crescimento.

Outras iniciativas como o CSA na Associação Terra Una, também tem se mostrado exemplar e os agricultores estão satisfeitos com esta nova possibilidade de mercado, com os ganhos de mercado e a possibilidade de ter assegurada a venda de seu produto antes de produzi-lo. Alguns mecanismos de estreitamento da relação produtor-consumidor existentes em outras experiências de CSA no Brasil e no mundo podem contribuir para aprimorar o sistema e criar núcleos de expansão deste movimento.

Podemos concluir que há um espaço em construção de conscientização de gestores, comerciantes, agricultores e consumidores e que o tema tem sido objeto de um dialogo mais profundo em busca de soluções via parceria. Há uma vontade política para trabalhar o tema, embora pouco conhecimento por parte da maioria dos atores, das formas de viabilização dos processos aqui elencados. Isso dificulta a abertura das portas de saída, mas também leva para a reflexão a necessidade de participação social no processo de formulação de ideias, planejamento e execução das mesmas.

As questões apontadas, a partir dos diversos pontos de vista, são semelhantes, o que mostra um bom nivelamento dos atores sobre o diagnóstico da situação do abastecimento alimentar em Liberdade e credita veracidade das informações. Isso é um ponto de partida muito interessante, sendo que este alinhamento, apesar da ausência de instâncias decisórias (espaços de concertação) importantes, já é natural. Talvez pela pequena dimensão do município estes espaços de diálogo ocorram na rua, nas relações do dia-a-dia.

Há também uma clara disposição tanto do poder público local quanto das ONGs em apoiar o município nesta transição para uma oferta de alimentos de qualidade e em quantidade para atender a população de Liberdade, impactando positivamente no comércio. E os agricultores apesar da falta de apoio diagnosticada se encontram num processo de organização, com pequenas intervenções de ONGs e gestores públicos, e que tem despertado toda a população para o tema.

Existem pequenas, mas ótimas iniciativas no município que podem servir de inspiração, semente para ampliação, tais como: projetos junto ao CRAS, mercados locais em ocorrência tais como feira livre, entrega a domicílio, projetos de compras publicas (PNAE) e de CSA (Associação Terra Una).

Finalmente, percebe-se que os problemas relacionados a Segurança Alimentar e Nutricional no município, estão mais vinculados ao acesso a alimentos de qualidade orgânica do que a alimentos em quantidade e diversidade (existentes no comércio local a preços acessíveis). Os alimentos de qualidade orgânica só podem ser adquiridos na feira do produtor local, ou diretamente dos mesmos, em quantidades insuficientes. Segundo agricultores entrevistados os produtos da referida feira acabam em 3 horas, sendo que a demanda já é maior que a oferta e sinaliza a possibilidade de entrada de novos produtores e a necessidade de aumento da oferta de produtos em quantidade e diversidade.

Isso confere a importância de se pensar a agricultura familiar no município a partir do enfoque da Segurança Alimentar e Nutricional. Integrar as políticas públicas e estratégias

orientadas pelo eixo da SAN, definindo ações que impactem positivamente na oferta e acesso a alimentos de qualidade no município. Ações que culminem na reestruturação do sistema agroalimentar local, baseado nos princípios, da intersetorialidade, equidade no acesso, participação social, descentralização e sustentabilidade, e que possam conectar-se a outros municípios formando redes ampliadas regionais e territoriais, subsistemas integrantes de um SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional).

Considerações finais

Entendemos até aqui a importância de se desenvolver o rural no município de Liberdade a partir do enfoque da Segurança Alimentar e Nutricional, fortalecendo os circuitos curtos de mercado, mercados públicos, assim como outras alternativas de aproximação produtor-consumidor. Além disso, desenvolver ações que atuam diretamente na melhoria da capacidade de oferta de alimentos produzidos localmente.

O desenvolvimento do mercado local é, portanto, um campo de ação fundamental, embora dependente de ações complementares que possam contribuir significativamente para as 2 (duas) principais frentes apontadas: aumento da oferta de alimentos em quantidade e qualidade, e acesso da população aos mesmos.

Pautamos também, a importância da agricultura familiar e pequeno produtor neste contexto e dos sistemas de produção ecológicos que tendem a favorecer a oferta e o acesso a alimentação em quantidade e qualidade suficientes para atender a demanda da população.

Uma política pública que congregue as diversas áreas abrangidas neste contexto pode se estabelecer como uma Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que tem a capacidade de integrar e articular secretarias e temas complementares, tais como: saúde, educação, meio ambiente, etc. A Segurança Alimentar e Nutricional trata-se de um eixo estratégico e transversal e deve ser abordado de forma integrada no Plano Plurianual de um município, definindo linhas de intervenção e metas conjuntas, e prevendo recursos para sua execução. Assim como deve ser considerado tema prioritário num futuro Plano Diretor Municipal.

Uma questão fundamental refere-se a participação da sociedade civil na formulação e na implementação destas políticas. Diferentes arranjos locais dão origem a inúmeras formas de parceria inter e intra-governamentais e diversos graus de participação popular na operacionalização e coordenação dos programas. Portanto, uma premissa, para que estas políticas possam se consolidar, é o estabelecimento de parcerias e envolvimento dos atores desde o processo de diagnóstico, idealização e elaboração de propostas. O poder público local deve utilizar seus mecanismos de comunicação para estimular a criação dos conselhos municipais e a participação da população na gestão do município.

Conforme apresentado, no tema aqui discutido, isso pode se dar efetivamente através da criação e funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e/ou do Conselho Municipal de Segurança Alimentar. Em Liberdade estes fóruns ainda são inexistentes e devem ser criados para estabelecimento das parcerias e a formulação oficial de propostas. Estes fóruns tem o papel de definir as prioridades que serão incluídas no Plano Plurianual, além de participar na determinação e fiscalização de gastos efetuados pelo poder público.

Há no município de Liberdade uma demanda clara por Assistência Técnica e Extensão Rural, inclusive para formalização da APAL (Associação dos Produtores Agroecológicos de Liberdade), entre outras demandas: projetos de crédito, PNAE, PAA, abertura de outros mercados locais, além de assistência técnica individual, principalmente relacionada a planejamento e diversificação da produção, e apoio a transição agroecológica. Isso demanda corpo técnico especializado e em quantidade suficiente para atender o universo de agricultores do município.

Apesar de haver na prefeitura local o departamento de agricultura, pecuária e meio ambiente, este não apresenta estrutura e recursos humanos para atender as demandas apresentadas, ficando sob responsabilidade da EMATER o atendimento aos agricultores, ainda que, de forma precária.

Neste sentido a reestruturação do Departamento de agricultura, pecuária e meio ambiente é uma ação prioritária para o estabelecimento de um sistema de ATER municipal eficaz que possa atender, juntamente com a EMATER local, as referidas demandas da agricultura familiar agroecológica.

É importante também criar uma unidade administrativa específica de Segurança Alimentar e Nutricional, que integre e fortaleça os departamentos existentes que se referem ao tema, quais sejam agricultura, assistência social, saúde e educação. Esta ação pode ainda prever recursos orçamentários e juntamente como os conselhos municipais estabelecer fundos, viabilizando recursos financeiros de outras fontes e até fontes externas.

Torna-se prioritária a efetivação de redes de Assistência Técnica e Extensão Rural que compreendem não só a melhoria dos serviços oficiais existentes, mas a ampliação destes serviços com organizações Não Governamentais e entidades representativas dos agricultores, ações estas previstas no PLANAPO (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica).

Neste quesito algumas outras ações devem ser desenvolvidas no âmbito da formação, capacitação e assistência técnica e extensão rural, quais sejam: incentivar e apoiar a capacitação de técnicos de ATER, agentes de desenvolvimento e agricultores familiares, potencializar os saberes e as atividades da agricultura familiar, valorizando as trocas e a construção coletiva do conhecimento, promover a inclusão da Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional e do Desenvolvimento Rural nos conteúdos curriculares das escolas no município, produzir e disponibilizar materiais pedagógicos em Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional e temas complementares, para as escolas no município, promover, integrar e assegurar a realização de cursos de formação e de capacitação visando à formação de multiplicadores através de programas de governos e outros, identificar e fortalecer instituições parceiras que promovam a Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional, em projetos voltados à produção, pesquisa, validação, transformação e comercialização de produtos, promover eventos sobre estes temas no município e região e fomentar através de bolsas de estudos e estágios o envolvimento de estudantes de ensino médio, com ênfase na rede de ATER, em convênio com entidades públicas e privadas.

Em Liberdade, é possível ainda, integrar a Segurança Alimentar às ações de meio ambiente e turismo, criando circuitos de turismo rural, em se tratando de um município repleto de atributos naturais, onde existe diversas Unidades de Conservação. Estes circuitos tendem a estimular a demanda por alimentos locais e conseqüentemente a produção. Inclusive existem recursos orçamentários de ICMS Ecológico que podem ser aplicados nos referidos fundos municipais que apoiem o desenvolvimento rural, a agroecologia e a segurança alimentar e nutricional. Uma legislação específica que facilite a aplicação dos recursos de ICMS Ecológico no desenvolvimento rural pode ser uma alavanca importante para o setor. Inclusive o desenvolvimento de legislação municipal específica que contemple os sistemas agroecológicos em áreas de mananciais de abastecimento público, nas unidades de conservação e entornos, APP e reserva legal.

Ações que se relacionam com a ampliação da comercialização também devem ser contempladas em uma Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Uma estratégia interessante que já vem se desenvolvendo em Liberdade, mas que precisa ser mais incentivada, é a criação de novos espaços pra venda direta para ampliar os circuitos curtos de mercado. Existe a feira do produtor local, criada pelos próprios produtores em 2013, que tem estimulado o aumento da produção local e contribuído para o acesso da população a alimentos de qualidade, além das entregas a domicílio e 3 projetos de PNAE individuais. Outras possibilidades de comercialização local, tais como PAA e CSA precisam ser desenvolvidos, assim como PNAE e a entrega à domicílio devem ser ampliados. Estes tem um enorme potencial de desenvolvimento no município, à medida que haja concomitantemente apoio direto a produção agrícola.

As compras públicas podem desempenhar um papel importante no crescimento dos mercados locais, principalmente num município pequeno como Liberdade. Os programas de compras públicas podem ter seus processos simplificados, de modo a atender melhor a demanda dos agricultores locais e as estruturas de comercialização para venda direta podem ser estimuladas e apoiadas financeiramente pela prefeitura.

Existem diversas formas de promover o apoio institucional ao mercado de venda direta de produtos locais, inclusive por meio de parcerias com o setor privado para a promoção e divulgação destes produtos, criando um canal de comunicação com estes agentes do mercado de varejo para discussão permanente de restrições e potencialidades dos produtos locais.

Ampliar a comercialização via entrega a domicílio é outra estratégia interessante. Desta forma, os alimentos produzidos localmente podem ocupar geograficamente outros pontos da cidade através, por exemplo, de um veículo feira. O CSA é outra estratégia muito interessante e que pode ser criada por grupos de consumidores junto com agricultores. Conforme consumidores entrevistados, existe uma demanda por produtos produzidos localmente e ecologicamente e a estratégia do CSA pode dar o apoio necessário ao grupo de agricultores da APAL, e ser complementar as compras publicas que as vezes demandam mais tempo e articulação política para ocorrerem. A estratégia do CSA já vem sendo utilizada pela Associação Terra Una criando uma rede de fornecedores de alimentos ecológicos e locais para seu centro de formação na Ecovila no bairro do Soberbo. É um exemplo de como o CSA pode ser fomentado no município.

Neste sentido reforça-se a necessidade de diversificação dos canais de comercialização direta em Liberdade, fundamentada pela existente demanda de consumidores por estes produtos, criando localmente diferentes canais de comercialização que tendem a dar mais segurança tanto ao produtor quanto ao consumidor. E tendem a se vincular com outras redes locais formando redes regionais.

A estratégia de ocupação geográfica da cidade para manutenção de espaços de comercialização direta com regulação de preços precisa ser melhor desenvolvida. Em se tratando de um município pequeno, ocupar estrategicamente Liberdade, significa ampliar formas de comercialização direta (PAA e CSA) e melhor estruturar as já existentes (feira, PNAE, entrega a domicílio). A feira do produtor local, que já ocorre na região central da cidade, deve se melhor estruturada, inclusive regulamentada pelo poder público, através de um Decreto Municipal. Os produtores se associados formalmente através da APAL, podem estabelecer um regimento interno que crie regras de convívio e funcionamento na feira, que possam melhor atender os objetivos da referida ação. Com isso pode-se estabelecer padrões de higiene e apresentação de produtos, controle de qualidade e preço, o que torna o espaço de comercialização mais atrativo para o consumidor.

O consumidor de Liberdade tem tomado mais consciência do papel que o sistema agroalimentar local desempenha no desenvolvimento do município. Isso possibilita que esta categoria apoie mais as iniciativas de produção e comercialização locais. Este deve ser motivado a participar de processos organizativos direcionados ao desenvolvimento da agricultura de base ecológica, por meio de ações de educação para o consumo responsável, visando ao aumento da comercialização de produtos e serviços. Programas de educação para o consumo como tema nas escolas do ensino fundamental podem ser implementados, assim como o estímulo as organizações de consumidores para que assumam o desafio de construir relações mais conscientes, justas e solidárias nos mercados.

Outro ponto importante é o poder público local proporcionar condições às entidades de pesquisa, de realização de pesquisas básicas em agroecologia e segurança alimentar e nutricional, com suporte de custeio, pessoal e investimento ou mesmo apoiar projetos de pesquisa em redes nos diferentes territórios, buscando a parceria com instituições de pesquisa

e universidades. Apoiar o NEA regional que já vem desenvolvendo alternativas locais para a agroecologia e para o pequeno produtor rural.

Conforme já apontado é imprescindível apoiar as organizações dos agricultores familiares de base ecológica e fomentar os processos relacionados com a produção, transformação, acondicionamento, transporte e comercialização dos produtos.

Outras contribuições que possam desencadear deste processo de desenvolvimento no município, tais como a formação de redes regionais de comercialização, certificação participativa e processos de desenvolvimento territorial a partir do enfoque da segurança alimentar e nutricional não serão aqui abordados, mas são de extrema importância para futuros estudos. Neste caso nos limitamos a fazer um recorte local/municipal entendendo que neste nível podemos desenvolver diversas ações importantes, estruturantes e desencadeantes de processos mais amplos regionais territoriais. Portanto realçamos aqui o papel e o poder de transformação do município, sem desconsiderar a importância dos sistemas mais amplos dentro de uma visão sistêmica.

Espera-se que a presente dissertação possa contribuir para o desenvolvimento rural, a agricultura familiar, a agroecologia e a segurança alimentar e nutricional em Liberdade-MG e sirva de inspiração para o desenvolvimento de estratégias em Segurança Alimentar e Nutricional no município e região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. **Alimentação Escolar na América Latina**: programas universais ou focalizados/políticas de descentralização. Merenda Escolar. 1995, v.15, n. 67, jul.-set. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/cibec/linha>> Acesso em 10 de maio de 2013.
- ADAM, Katherine L. **Community supported agriculture**. ATTRA-National Sustainable Agriculture Information Service, 2006.
- AGUIAR, V. V. P.; STROPASOLAS, V.L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry. **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. CORDEIRO, Rosineide, MENEZES, Marilda (Org.). 1 ed. Florianópolis: Mulheres, 2010, v. 1, p. 159-183.
- BELIK, W. Mecanismos de coordenação na distribuição de alimentos no Brasil. In: BELIK, W. & MALUF, R. (orgs.) **Abastecimento e segurança alimentar**: os limites da liberalização. Campinas, IE: UNICAMP, 2000. (pp.131-159)
- BORGES, R.G. **Espacialização das prevalências de subnutrição e obesidade em pré-escolares e correlações socioeconômicas**. 2005. 126f. (Dissertação Mestrado em Alimentos e Nutrição) – Faculdade de Ciências Farmacêuticas, UNESP, Araraquara, 2005.
- BRASIL/MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. 2011. Disponível: <www.mda.gov.br/pnae>. Acesso em 20/04/2014.
- BRASIL/MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos**. www.mda.gov.br. 2011. Disponível: <www.mda.gov.br/saf/programas/paa>. Acesso em 20/04/2014.
- BRASIL/FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Alimentação Escolar**. 2009. Disponível em: <www.fnde.gov.br/index/ae/historico>. Acesso em 15/05/2014.
- BRASIL, COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Ações da CONAB em 2003. s.d.a Disponível em: www.conab.gov.br Acesso em 10/01/2012.
- BRASIL. Decreto n°. 1.946 de 28 de junho de 1996 do Presidente da República. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências**. 1996. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/ile?fileid=2596574&showallversionsp=f> Acesso: 07/06/2013.
- BUAINAIN, Antônio Márcio; FONSECA, Rinaldo B. **Agricultura familiar no Brasil**: a visão acadêmica. Agropólis, ano III, número 4, p.108-113, 2012.
- BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R.; MALUF, R.S. **Construção e promoção de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional**: aspectos produtivo, de consumo, nutricional e de políticas públicas. Relatório Final de Pesquisa Projeto CNPq. 2006. 03.656/2003-8. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/cpda/ceresan/documentos.php>>. Acesso em: 25/03/2014.
- CONSEA, **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional**. Brasília, 2004

- CUNHA, Altivo RA, e BORGES, Mauro Lemos. **Segurança alimentar sob o prisma das políticas urbanas de abastecimento**. UFMG. Texto para discussão. Vol. 113. 1997.
- DAROLT, M. R. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura** / organizadores Paulo André Niederle, Luciano de Almeida, Fabiane Machado Vezzani.— Curitiba : Kairós, 2013. 393 p.
- DAROLT, Moacir Roberto; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. **13767- Alternativas de comercialização de produtos ecológicos no Brasil e na França**. Cadernos de Agroecologia, v. 8, n. 2, 2013.
- CASTELO BRANCO, M.; LIZ RS.; ALCÂNTARA FA; MARTINS HAG.; HANSON JC.; **Agricultura Apoiada pela Comunidade: poderia a experiência dos agricultores americanos ser útil para os agricultores urbanos brasileiros?** Hortic. Bras. Vol.29 no.1 Brasília Jan/Mar, 2011
- CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: CONSEA, 2004.
- COSTA, Christiane e MALUF, Renato. **Diretrizes para uma política municipal de segurança alimentar e nutricional**. Publicações Pólis, 38. São Paulo, Pólis, 2001. 60 p.
- CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J. A. 2003. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. Ciência & ambiente, Santa Maria (RS), v. 1, n. 27, p. 153-165.
- DUARTE, R. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 139-154, março/ 2002.
- DELGADO, Guilherme C.; CONCEIÇÃO, Júnia C.P.R; OLIVEIRA, Jader J. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. Texto para a discussão nº.1145, Brasília (DF): IPEA, 2005.
- DAROLT, M.R.; CONSTANTY, H. Estratégias de Fortalecimento entre Produtores e Consumidores Orgânicos. In: ORGÂNICA 2008 – Fórum Internacional do Complexo Agroindustrial Orgânico e Biotecnologias. **Anais...** Curitiba-PR: Orgânica, 2008.
- DORETTO, Moacyr; MICHELLON, Ednaldo. Avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos. **Sociedade e desenvolvimento rural**, v.1, n.1, 2007.
- DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar em revista, nº 24, Universidade Federal do Paraná, Paraná: Editora UFPR, Brasil. 2004, pp 213-225,
- FRIEDMANN, Harriet. Uma economia mundial de alimentos sustentável. In: BELIK, W. e MALUF, R. (orgs.). **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas, IE: UNICAMP, 2000. P. 1-21.
- GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W; GASKELL, G. (Ed.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. 2 ed., Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2000.

- GRAZIANO DA SILVA, J. Uma década perversa: as políticas agrícolas e agrárias nos anos 80. In: GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.
- GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar. **Políticas públicas para a agricultura familiar: entre avanços e desafios**. Boletim do OPPA, n.03, 2010.
- GRISA, C. et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, v.08, n.3, 2011. P. 34-41.
- GRISA, C. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- GUEDES, M. V. C. **Agricultura agroecológica como estratégia de segurança alimentar**, 2009. In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luis, MA.. 2009. 10p.
- HESPANHOL, Antônio Nivaldo. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: **Geografia agrária: teoria e poder** / Bernardo Mançano Fernandes, Maria Inez Medeiros Marques, Julio Cesar Suzuki (orgs) – 1. Ed. –São Paulo: Expressão Popular, 2007. 384 p.
- HODDER, I. The interpretation of documents and material culture. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.) **Handbook of qualitative research**. 2. ed. London: Sage, 2000.
- IAASTD. **Reports from the International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development**, 2008. Disponível em <<http://www.agassessment.org/>>. Acessado em 09 de fevereiro de 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **CENSO 2010**. Banco de dados/cidades: disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=313850&search=minas-gerais|liberdade>. Acesso em: 06 mar. 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro (RJ): 2006.
- KNEAFSEY, M., Cox, R., HOLLOWAY, L., DOWLER, E., VENN, L., and TUOMAINEN, H. (2008) **Reconnecting Consumers, Producers and Food: Exploring Alternatives**. Berg: Oxford.Short Food Supply Chains and Local Food Systems in the EU.A State of Play of their Socio-Economic Characteristics.
- LAMB, Gary. **Community supported agriculture**. Threefold Review, v. 11, p. 39-43, 1994.
- MALUF, R.S. O novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar. In: BELIK, W. & MALUF, R. (orgs.), **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas, IE: UNICAMP, 2000. P.37-63.
- MALUF, R. et al. **Caderno segurança alimentar**. CONSEA. MALUF R. S. et al. Brasília. 2001. Disponível em <www.zooide.com>. Acesso em 11/2/2014.
- MALUF, Renato S. Produto agroalimentares, agricultura multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. In. LUIZ, Roberto José Moreira; COSTA, Flávio de Carvalho (org). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro. Mauad x, 2002, p. 241-262.
- MALUF, Renato. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

- MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.
- MANZINI, E.J. **Formas de raciocínio apresentadas por adolescentes deficientes mentais: um estudo através de interações verbais**. Tese (doutorado). Instituto de Psicologia da USP, São Paulo, 1995.
- MANZINI, E. J.; SIMÃO, L.M. Formas de raciocínio apresentadas por adolescentes deficientes mentais: um estudo por meio de interações verbais. In: MANZINI, E. J. (Org.) **Linguagem, cognição e ensino do aluno com deficiência**. Marília: Unesp, 2001.
- MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: eduel, p.11-25, 2003.
- MARECHAL, G. **Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires**. Ed. Educagri, 2008. 216 p.
- MARSDEN, T. K. **The condition of rural sustainability**. Assen: The Netherlands, Van Gorcun, 2003. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/>. Acesso em 23 de março de 2013.
- MINAYO, M. C. de S. (org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.
- MINAYO, M. C. de S; ASSIS, S. G. de; SOUZA, E. R. de. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- MOREIRA, Rodrigo Machado. **Da hegemonia do agronegócio à heterogeneidade restauradora da agroecologia: estratégias de fortalecimento da transição agroecológica na agricultura familiar camponesa do Programa de Extensão Rural Agroecológica de Botucatu e Região – Progera**, São Paulo, Brasil. Tese de doutorado apresentada no Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos da Universidade de Córdoba, Espanha, 2012.
- MORGAN, K.; SONNINO, R. **The school food revolution**. London: Earthscan, 2008.
- NABUCO, M.R.; PORTO, S.I. Como planejar e executar o bastecimento alimentar municipal. In: BELIK, W; MALUF, R.S. (org.). **Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da liberalização**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2000. P. 209-234.
- NETO, M.P.N. **O programa de aquisição de alimentos – PAA no município de Lagoa Seca – PB: Análise das transformações vivenciadas na Agricultura Familiar**. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2012.
- ORTEGA, A. C., & da Silva BORGES, M. **Codex Alimentarius: a segurança alimentar sob a ótica da qualidade**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 19(1): 2012. P. 71-81,
- PANDOLFO, M.C. **O programa de aquisição de alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais**. Revista Agriculturas, v. 5, n. 2, jun. 2008. P. 14-17.
- PACHECO, M. E. L. et al. **Soberania e segurança alimentar na construção da agroecologia: sistematização de experiências / [organização Silvia do Amaral Rigon... et**

- al.] ; Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia - GT SSA/ANA. - 1.ed. - Rio de Janeiro : FASE, 2010
- PEREZ-CASSARINO, J. **A construção de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia.** Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Curitiba: UFPR, 2012.
- PNUD, 2013. **Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento.** Atlas do desenvolvimento Humano dos Municípios, 2013: disponível em http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasMunicipios. Acesso em: 22 de agosto de 2013.
- REIS et al. **Programa de desenvolvimento regional e políticas públicas no município de Liberdade – MG** (projeto fapemig-sha-140-09). Lavras: UFLA/FAEPE, 2011. 26p.
- RIBEIRO, A.N.P.; CERATTI, S.; BROCH, D.T. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul.** Revista Gestão E Desenvolvimento Em Contexto - Gedecon, vol.1, Nº. 01, 2013.
- SCHIMITT, C.L.; GUIMARÃES, L.A. **O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica.** Agriculturas, v.5, n.2, 2008. P. 7-13
- SCHNEIDER, S., CAZELLA, A. e MATTEI, L. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** In: Schneider, S. et al. (orgs.). Políticas públicas e participação social no Brasil rural. P. Alegre, Ed. da UFRGS, 2004.
- SEN, Amartya. **Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation.** Oxford, Clarendon Press. 1981.
- SEVILLA GUZMAN, E.; SOLER, M. **Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria.** PH Cuadernos, v. 26, 2010.
- SHARP, Jeff; IMERMAN, Eric; PETERS, Greg. **Community supported agriculture (CSA): Building community among farmers and non-farmers.** Journal of extension, v. 40, n. 3, p. 5, 2002.
- SILVA, K.F.D;. **Análise da comercialização e do impacto do PAA e PNAE na condição de vida das famílias agricultoras de Bananeiras, na Paraíba.** 2011. 22f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal). Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2011.
- SILVA, J.G.S.; OLIVEIRA, C.M.G.; CAJADO, D.M.; AIRES, K.S. Segurança alimentar e agroecologia: uma perspectiva do desenvolvimento sustentável. João Pessoa: I Encontro de Pesquisas e Práticas em Educação do Campo na Paraíba, 2011. 9p.
- SPINK, M. J. O estudo empírico das representações sociais. In: SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social.** São Paulo: Brasiliense, 2004. P. 85-108
- STAMATO, Beatriz. **Pedagogía del Hambre Versus Pedagogía del Alimento: contribuciones hacia un nuevo proyecto pedagógico para las Ciencias Agrarias en Brasil a partir del programa de formación de técnicos de ATER en Botucatu/SP y**

- de los cursos de grado en Agroecología.** Tesis Doctoral. Departamento de Educación. Universidad de Córdoba. España. 2012.
- STURION, G. L, SILVA, M. V, OMETTO, A. M. H, FURTUOSO, M. C. O, PIPITONE, M. A. P. **Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil.** Rev. Nutr., Campinas, 18(2), mar./abr., 2005. P. 167-181.
- SURITA, R. **Alimentando a cidadania.** Revista Agriculturas. v. 1, n. 0, 2004. P. 8-10
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- TAKAGI, Maya. **A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil:** seus limites e desafios. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia (IE/UNICAMP). Campinas (SP), 2006.
- TRICHES, R.M.; FROEHLICH, E. **Reconectando o consumo à produção:** a aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. In: II Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: PGDR, 2008.
- VALENTE, F.L. **O Desafio de promover a segurança alimentar e nutricional sustentável no contexto político do processo de globalização** - do global ao local e vice-versa. Belo Horizonte: Enc. Nac. Foruns e Consea's, 2000.
- VEIGA, José Eli da, (2006), A CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE MINAS GERAIS in de Paula, João Antonio and alli, et eds., Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira [Proceedings of the 12th Seminar on the Economy of Minas Gerais], Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais.
- VIEIRA, D.F.A. e VIANA, C. A. S. **O programa de aquisição de alimentos–PAA e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar.** 2009. Disponível em:< www.conab.gov.br/.../98d489686768a24d24fa7f0d1acabf81..pdf>. Acesso em 12/05/2014.
- WEID, J.M. **Agroecologia:** Condição para a segurança alimentar. Revista Agriculturas, v. 1, n. 0, 2004.
- YIN, R. K. **Estudo de caso:** Planejamento e Métodos. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2005
- ZEE-MG, **Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais,** <http://www.zee.mg.gov.br>. Acesso em: 25 outubro 2013.

ANEXOS

- A. Roteiro 1 – Gestores Públicos
- B. Roteiro 2 – ONGs
- C. Roteiro 3 – Comerciantes
- D. Roteiro 4 – Agricultores
- E. Roteiro 5 – Consumidores

ANEXO A

O roteiro 1 (gestores públicos) utilizado nas entrevistas foi:

1. Como você percebe o abastecimento de alimentos em Liberdade? Sabe de onde vem os alimentos ? como se dá o fluxo no município ?
2. Existe problemas de acesso a alimentos em Liberdade, de qualidade e suficiente?
3. Existe oferta de alimentos via produção local? Em diversidade? Quais alimentos não são produzidos no município/região ?
4. Há consciência dos consumidores quanto ao consumo de alimentos saudáveis e que fomentem a agricultura familiar local?
5. Conhece alguma política pública aplicada no município sobre o tema? Programa, projeto ?
6. Tem conhecimento de compra pública? Existe alguma questão sobre o assunto ? existe potencial de ampliação ?
7. Conhece outras formas de comercialização da produção local ocorrendo?
8. Existe alguma instância decisória de agricultura, segurança alimentar, abastecimento?
9. Quais os principais entraves para a implementação de uma política municipal de SAN?
10. Quais os principais entraves para o fortalecimento da agricultura familiar, da agroecologia e dos circuitos curtos de mercado em Liberdade?
11. Tem alguma ideia das possíveis estratégias para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural?
12. Como estas questões se relacionam com SAN?

ANEXO B

O roteiro 2 (ONGs) utilizado nestas entrevistas foi:

1. Como você percebe o abastecimento de alimentos em Liberdade? Sabe de onde vem os alimentos? Como se dá o fluxo no município ?
2. Existe problemas de acesso a alimentos em Liberdade, de qualidade e suficiente?
3. Existe oferta de alimentos via produção local? Em diversidade? Quais alimentos não são produzidos no município/região?
4. Há consciência dos consumidores quanto ao consumo de alimentos saudáveis e que fomentem a agricultura familiar local?
5. Conhece alguma política pública aplicada no município sobre o tema? Programa, projeto?
6. Tem conhecimento de compra pública? Existe alguma questão sobre o assunto ? existe potencial de ampliação?
7. Conhece outras formas de comercialização da produção local ocorrendo?
8. Existe alguma instância decisória de agricultura, segurança alimentar, abastecimento?
9. Quais os principais entraves para a implementação de uma política municipal de SAN?
10. Quais os principais entraves para o fortalecimento da agricultura familiar, da agroecologia e dos circuitos curtos de mercado em Liberdade?
11. Tem alguma ideia das possíveis estratégias para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural?
12. Como estas questões se relacionam com SAN?

ANEXO C

O roteiro 3 (comerciantes) utilizado nestas entrevistas foi:

1. De onde compram os alimentos?
2. Já tiveram alguma experiência com compra local? Quais as questões ?
3. Têm algum interesse nisso?
4. Percebem interesse dos consumidores por produtos locais e orgânicos?
5. Caso tivessem não realizam compras locais, quais as principais razões?
6. Vc vê alguma contribuição para o município realizando compra local?
7. Como vc vê a feira livre ? É concorrente?
8. Qual a relação das questões anteriores com SAN?

ANEXO D

O roteiro 4 (agricultores) utilizado nestas entrevistas foi:

1. Você é produtor de alimentos?
2. Quais alimentos produz?
3. Produz para auto-consumo e tem excedente?
4. Para quem e como vende?
5. Quanto tem de renda por mês?
6. Já participou de programas governamentais/compras públicas?
7. Como foi a experiência?
8. Participa de alguma associação?
9. Tem acesso aos gestores públicos/instâncias decisórias?
10. Como vê o abastecimento municipal de alimentos?
11. Você percebe que o consumidor se interessa por produtos orgânicos e locais?
12. Existe alguma iniciativa em andamento? SA, agroecologia
13. Há algo a ser feito? O que e como?
14. Existe problemas de SAN no município?
15. Como é questão de autoconsumo para os agricultores?

ANEXO E

O roteiro 5 (consumidores) utilizado nestas entrevistas foi:

1. De onde compram os alimentos?
2. Já tiveram alguma experiência com compra local? Quais as questões/desafios?
3. Têm algum interesse nisso?
4. Tem interesse em adquirir produtos orgânicos?
5. Percebem interesse do comércio por produtos locais e orgânicos?
6. Você vê alguma contribuição para o município realizando compra local/orgânico?
7. Conhece alguma forma de comercialização direta agricultor-consumidor existente no município? Como a Segurança Alimentar e Nutricional se relaciona com as questões anteriores?